

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Luiza Faleiro Goulart

O JORNALISMO INVESTIGATIVO EM JORNAIS DIÁRIOS DO VALE DO RIO  
PARDO

Santa Cruz do Sul  
2018

**O JORNALISMO INVESTIGATIVO EM JORNAIS DIÁRIOS DO VALE DO RIO  
PARDO**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientador(a): Ms. Hélio Afonso Etges.

Santa Cruz do Sul  
2018

**O JORNALISMO INVESTIGATIVO EM JORNAIS DIÁRIOS DO VALE DO RIO  
PARDO**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

*Ms. Hélio Afonso Etges*

Professor Orientador – UNISC

*Dra. Cristiane Lindemann*

Professora Examinadora – UNISC

*Dr. Diego Weigelt*

Professor Examinador – UNISC

Santa Cruz do Sul  
2018

## AGRADECIMENTOS

Assim que decidi começar este trabalho de pesquisa, percebi que não seria uma jornada fácil. Se dedicar a uma monografia e lidar com outras responsabilidades diárias se torna um ofício um pouco menos difícil quando nós temos, ao nosso redor, boas pessoas. E neste sentido, sempre tive sorte.

Antes mesmo de começar a graduação, tinha a certeza de que teria o apoio de meus familiares para o que der e vier. Estes merecem ser nomeados. Agradeço à minha mãe Ana Cléria, que, sempre de forma incansável, auxiliou esta pesquisadora a seguir um caminho responsável. Ao meu pai Rogério pelo acompanhamento. Definitivamente, a história dele será sempre um grande exemplo para mim.

Aos meus tios Vera e Alex, que, no último semestre desta graduação fizeram de tudo para que eu conseguisse concluir com o financiamento estudantil disponível. Aos meus padrinhos Vivianne e Nelson que perceberam em mim a capacidade de exercer uma atividade tão nobre quanto a do jornalista.

Um abraço aos amigos que me acompanharam nesta caminhada. Em especial, para minha colega e grande amiga da faculdade, Gabriela Etges, que demonstrou paciência e sempre teve bons conselhos em momentos difíceis.

Este trabalho de pesquisa simboliza a minha maior paixão: o jornalismo. Ele sempre esteve presente na minha vida e de minha família. Por vezes, temos uma relação de amor e ódio. Mas, com a conclusão deste estudo, não existem dúvidas de que esta é a minha vocação.

## RESUMO

Esta monografia propõe identificar se e como os jornais *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate* realizam jornalismo investigativo, a partir de quatro reportagens. Para isso, discute-se a construção de reportagens investigativas com base nas características do jornalismo investigativo, relacionamento com fontes e diferença entre jornalismo investigativo e jornalismo diário, a partir de autores como Cleofe Monteiro de Sequeira (2005), Leandro Fortes (2005), Percival de Souza (2002) e Solano Nascimento (2010). Durante o estudo, aplicou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, entrevista em profundidade e grupo focal. A partir dos dados coletados, foi possível aproximar os conceitos citados na abordagem teórica com a prática. Constatou-se que somente as reportagens publicadas pela *Gazeta do Sul* são consideradas investigativas. Percebeu-se dificuldades que tornam a apuração investigativa no interior difícil. No entanto, concluiu-se que profissionais tentam trabalhar conforme o conceito de jornalismo investigativo. Mesmo em um contexto contrário, o jornalismo investigativo está presente no Vale do Rio Pardo.

**Palavras-chave:** Jornalismo investigativo. *Gazeta do Sul*. *Folha do Mate*. Reportagem. Dificuldades.

## ABSTRACT

This monograph proposes identifying if and how the newspapers *Gazeta do Sul* and *Folha do Mate* do investigative journalism, based on four reports. For that, the newsgathering of investigative reports is discussed based on the investigative journalism features, relationship with sources and differences between investigative journalism and daily journalism, based on authors like Cleofe Monteiro de Sequeira (2005), Leandro Fortes (2005), Percival de Souza (2002) and Solano Nascimento (2010). During the study, bibliographic research, documentary research, in-depth interview and focus group were applied as methodology procedures. With the data collected, it was possible to approximate the practice with the concepts mentioned in the theoretical approach. It was verified that only the reports published by *Gazeta do Sul* are considered investigatives. Adversities that turn the making of investigatives reports from country towns in something hard were noticed. However, it was concluded that professionals do try to work by the concept of investigative journalism. Although in a contrary context, the investigate journalism is present at Vale do Rio Pardo

**Key-words:** Investigative journalism. *Gazeta do Sul*. *Folha do Mate*. Report. Difficulties.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	O REPÓRTER COMO DETETIVE: A CONSTRUÇÃO DA REPORTAGEM INVESTIGATIVA.....	12
2.1	Diferenciais da investigação: características e conceitos.....	21
2.2	Fontes de informação: conflito e relacionamentos .....	29
2.3	O contraste entre o trabalho do jornalista investigativo e diário.....	32
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1	Pesquisa bibliográfica.....	37
3.2	Coleta das reportagens analisadas através da pesquisa documental	38
3.3	Entrevista em profundidade como ferramenta para explorar a opinião de profissionais.....	39
3.4	Uma discussão sobre a existência de investigação nas reportagens através do grupo focal.....	42
4	OS DESAFIOS DA INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA EM CIDADES DO INTERIOR.....	47
4.1	A investigação jornalística sob o olhar de profissionais da <i>Folha do Mate</i> .....	52
4.2	A infiltração e o uso de câmera escondida nas reportagens da <i>Gazeta do Sul</i> .....	54
5	UM DEBATE SOBRE A INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA NOS JORNAIS DIÁRIOS DO VALE DO RIO PARDO.....	58
5.1	A apuração como forma de identificar a investigação jornalística.....	59
5.2	A necessidade de planejamento das reportagens investigativas.....	70
5.3	Uso de câmera escondida e de imagens na reportagem investigativa.....	84
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS.....	96
	ANEXOS.....	99
	ANEXO A – REPORTAGEM “MP VAI INVESTIGAR ÁUDIOS ENVOLVENDO DUDA KAPPEL”.....	99
	ANEXO B – REPORTAGEM “ÁGUA POTÁVEL É DESAFIO PARA COMUNIDADE DE PAREDÃO PIRES.....	101
	ANEXO C – REPORTAGEM “BINGOS: O JOGO NÃO PARA”.....	102
	ANEXO D – REPORTAGEM “INFORMALIDADE QUE VIROU NEGÓCIO”.....	103
	APÊNDICES.....	104
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS DO GRUPO FOCAL.....	104
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS.....	108
	APÊNDICE C – DVD DO GRUPO FOCAL.....	113
	APÊNDICE D – DVD DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE.....	114

## 1 INTRODUÇÃO

A atividade jornalística fornece informações às pessoas através de notícias e reportagens. Estar bem informado, atualmente, pode ser considerado como essencial. Quando imaginamos diversos cenários, percebemos que as informações estão sempre presentes nas tomadas de decisões da população. Através de notícias sobre economia, famílias podem decidir se irão dar início a um investimento ou não. Com a previsão do tempo, um profissional que está saindo para o trabalho sabe se vai carregar um guarda-chuva. Todas estas informações são publicadas por jornais, narradas por radialistas ou apresentadas em programas de televisão. Elas fazem parte do trabalho jornalístico que compreende diferentes áreas de atuação como esportes, cultura e polícia.

Diferentes abordagens jornalísticas podem acontecer nestas editorias. Uma delas é o jornalismo investigativo, que busca revelar informações de interesse público e do público que estão escondidas da população. A investigação jornalística conta com técnicas de apuração que vão além daquelas utilizadas no jornalismo diário. O uso de disfarces, a inserção do repórter no centro do acontecimento e gravações escondidas são alguns exemplos. Apesar destes diferenciais, há quem acredite que o conceito de jornalismo investigativo é inválido, pois toda a reportagem conta com a apuração do repórter. Porém, nem todas as publicações jornalísticas contam com este trabalho. Algumas reportagens foram adaptadas de informações repassadas por assessorias de imprensa. Na rotina das redações, já não há muito tempo para trabalhar em somente uma reportagem. O cotidiano exige agilidade e acaba deixando as investigações em um segundo plano.

Mesmo com essa falta de tempo, a publicação de uma investigação jornalística acontece conforme algumas etapas: pesquisar, trabalhar em campo, analisar e redigir. O resultado da construção desta pauta pode se tornar o assunto de uma família, o debate de estudantes, uma investigação oficial ou até mesmo um processo jurídico. Por isso, profissionais que trabalham nas redações devem ter responsabilidade e cuidado ao lidar com as informações apuradas. Elas devem ser redigidas com cautela para manter a credibilidade dos veículos e jornalistas, sempre pensando na função social do jornalismo investigativo de fiscalizar. O papel de vigia e guardião exercido



pelo jornalismo investigativo parece colaborar com os avanços em sociedades. Por noticiar fatos de interesse público e do público, a leitura das reportagens colabora com o desenvolvimento de espírito crítico. A publicação destes conteúdos possibilita aos leitores uma interpretação da realidade.

Para que esta interpretação seja feita de forma justa, os jornalistas devem ter compromisso com a verdade. A investigação de um assunto precisa começar pelo planejamento e pesquisa, antes de partir para o uso das técnicas investigativas. Ao cumprir estes passos, o jornalista investigativo demonstra buscar pela informação escondida incansavelmente. O exercício da profissão determina que jornalistas busquem o máximo de dados e depoimentos que conseguirem para a construção de uma reportagem. O resultado será determinante para definir se a reportagem pode ser considerada investigativa ou não. A identificação de investigações jornalísticas está diretamente relacionada ao conteúdo da reportagem. As informações publicadas devem sempre demonstrar o trabalho de investigação feito pelo repórter.

Esta investigação feita pelo jornalista pode ser longa. O profissional precisa ser persistente ao buscar por estas informações ocultas, desenvolvendo técnicas que nem sempre apresentam resultados em um curto espaço de tempo. Esta é uma das maiores dificuldades das redações atualmente. As informações são tratadas com agilidade e as equipes de reportagem são cada vez menores. Tendo em vista este cenário, o jornalismo investigativo acaba sendo esquecido pelas redações.

Para que jornalistas consigam investigar, é necessário ter o apoio dos chefes da redação e da empresa em que o profissional trabalha. A partir do desejo de descobrir, aprofundar e pesquisar ângulos diferentes para um assunto, o jornalismo investigativo pode agir como um auxiliar dos órgãos públicos. As adversidades citadas anteriormente se tornam ainda mais latentes em cidades do interior, onde há menos estímulo financeiro por parte da empresa. A investigação do repórter pode causar conflitos de interesses políticos e econômicos. Ao mesmo tempo, por tratar de informações ocultas e relevantes, a publicação desta reportagem talvez influencie o público a se tornar leitor do jornal. Uma reportagem investigativa promove reflexões e pode causar transformações no ambiente em que acontece.

Essas reações acontecem, pois, a investigação jornalística revela algo original e inédito. As reportagens podem tratar de informações que antes eram desconhecidas dos leitores, do poder público e até mesmo da polícia. Para que uma reportagem seja investigativa, o repórter deve assumir um papel de detetive. Em algumas reportagens

divulgadas como investigativas, isso sequer acontece. Alguns textos noticiam investigações dos órgãos públicos e são vendidos pelos jornais como reportagens investigativas. Estas definições equivocadas demonstram desconhecimento do conceito de jornalismo investigativo. Tendo em vista a importância da investigação jornalística e tudo o que ela promove, um estudo sobre suas características e definições é necessário. Especialmente em veículos do interior, onde dificuldades prejudicam as investigações jornalísticas.

Pesquisar a investigação jornalística em jornais pequenos se torna necessário pois a produção investigativa destes veículos, geralmente, é ignorada em trabalhos acadêmicos. Pensando neste fator, este trabalho busca entender como veículos impressos diários de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, cidades do Vale do Rio Pardo, no interior do Rio Grande do Sul, realizam reportagens investigativas. Além disso, também busca compreender o que jornalistas e acadêmicos de jornalismo pensam sobre a investigação jornalística na região. Durante a pesquisa foram analisadas reportagens escolhidas pelos veículos *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate*. As reportagens estudadas são do segundo semestre de 2016 ao segundo semestre de 2018. Da *Gazeta do Sul*, foram examinadas as reportagens “Informalidade que virou negócio”, publicada na edição de 24 e 25 de junho de 2017 e “Bingo: o jogo não para”. Da *Folha do Mate*, foram analisadas as reportagens “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, publicada na edição de 27 de setembro de 2017 e “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”, publicada na edição de 19 de janeiro de 2018. A análise tem o objetivo de responder a seguinte questão: como a *Gazeta do Sul* e a *Folha do Mate* trabalham com jornalismo investigativo?

A partir desse questionamento, foi identificado se e como veículos impressos diários do Vale do Rio Pardo realizam reportagens investigativas. Em um primeiro momento, foi possível identificar se os dois jornais trabalham com investigações jornalísticas. O trabalho dos repórteres foi analisado, visando detectar se a apuração conta com técnicas e características do jornalismo investigativo. Esta pesquisa partiu do princípio que este assunto é pouco explorado nas pesquisas de comunicação, especialmente com foco em cidades do interior. A escolha das localidades onde se encontram instalados os jornais justifica-se por serem da mesma região que está instalada a Universidade de Santa Cruz do Sul. Trabalhar com a investigação jornalística também é uma motivação pessoal. O sonho de seguir a profissão nesta área determinou a escolha do tema. O profissional que deseja atuar em um segmento

específico da graduação deve conhecer conceitos, problemas e métodos em maior profundidade. Por isso, adquirir conhecimento a respeito das pesquisas sobre jornalismo investigativo é um passo importante.

Para dar conta dos objetivos, a pesquisa foi qualitativa e contou com as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, entrevista em profundidade e grupo focal. Foram coletadas reportagens apontadas pelos jornais *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate* como investigativas. Para identificar como a apuração aconteceu, foram entrevistados os autores de cada uma das reportagens. Do primeiro veículo, foram feitas entrevistas com Fernanda Szczecinski, João Pedro Kist, Letícia Mendes e Pedro Garcia. Já do segundo jornal citado, foram feitas entrevistas com Carlos Dickow e Álvaro Pegoraro. Com objetivo de relembrar investigações jornalísticas que já aconteceram e contextualizar o trabalho de jornalistas nas redações em tempos anteriores ao estudado nesta pesquisa, Otto Tesche, da *Gazeta do Sul* e Álvaro Pegoraro, da *Folha do Mate*, também foram entrevistados. As conversas foram registradas através de um gravador.

Após as entrevistas, foi promovido um grupo focal de oito participantes, repórteres e acadêmicos de jornalismo. Este método foi inserido nesta pesquisa para obter diferentes opiniões sobre a condução de reportagens jornalísticas pelos jornais *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate*. Junto com o capítulo da metodologia, este trabalho foi dividido em quatro seções.

A abordagem teórica foi feita no capítulo inicial. Nele é apresentado o conceito de jornalismo e jornalismo investigativo. Discorre-se a respeito das características que fazem de uma reportagem investigativa, como o disfarce, a busca por informações no centro dos acontecimentos e o uso de câmera escondida. Outro fator crucial nas reportagens investigativas foi abordado: o relacionamento com fontes. Em alguns casos, esta relação pode contar com conflitos de interesse. As diferenças entre o jornalismo diário e o jornalismo investigativo também foi pautada a partir de autores como Cleofe Monteiro de Sequeira (2005), Leandro Fortes (2005), Percival de Souza (2002) e Solano Nascimento (2010).

Em seguida, são apresentados os veículos que foram analisados durante este trabalho de pesquisa. Nessa seção, foi feito um breve histórico a respeito das redações da *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate*. Fatores prejudiciais para o andamento do jornalismo investigativo em veículos do interior foram debatidos. A forma como as

reportagens foram idealizadas, escritas e elaboradas pelos repórteres também foi pautada neste capítulo, tendo em vista o depoimento de cada um dos entrevistados.

A análise de todos os dados coletados foi iniciada no capítulo final. Nesta seção, as entrevistas dos jornalistas dos veículos e as falas dos participantes do grupo foram relacionadas ao referencial teórico. Em seguida, foram apresentadas as considerações finais do estudo. Durante a construção desta discussão, objetivou-se expor os motivos pelos quais algumas reportagens examinadas podem ser consideradas investigativas e outras não.

## 2 O REPÓRTER COMO DETETIVE: A CONSTRUÇÃO DA REPORTAGEM INVESTIGATIVA

Para falar de jornalismo investigativo, é necessário antes disso falar do próprio jornalismo. Para Kovach e Rosentiel (2003), a principal finalidade do jornalismo é fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar (p. 22) Fundamentado por notícias e reportagens nas quais divulga acontecimentos, o Jornalismo possui vários significados. Conforme os autores, a imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. (p. 31). Esta definição de comunidade ressaltada por Kovach e Rosentiel (2003), conforme Pena (2005a) está baseada no medo do desconhecido. Ele diz que com o conhecimento, o homem acredita que pode “administrar a vida de forma mais estável e coerente, sentindo-se um pouco mais seguro para enfrentar o cotidiano aterrorizante do meio ambiente (p. 23). Conforme o autor, para que isso aconteça, é preciso ousar.

Não basta produzir cientistas e filósofos ou incentivar navegadores, astronautas e outros viajantes. Também é preciso que eles façam os tais relatos e reportem informações a outros membros da comunidade que buscam a segurança e a estabilidade do “conhecimento”. A isso, sob certas circunstâncias éticas e estéticas, posso denominar jornalismo. (PENA, 2005a, p. 23)

A ousadia que gerou o jornalismo citada por Pena (2005a) é vista por Genro Filho (2012) como geração de conhecimento. O autor baseou-se em três categorias para definir o jornalismo como conhecimento: o singular, particular e o universal. O autor fala que ele é “uma forma de conhecimento que surge, objetivamente, com base na indústria moderna, mas se torna indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura” (2012, p. 11). Para o autor, o jornalismo surgiu com base no desenvolvimento do capitalismo. Há uma concordância entre Genro Filho (2012) e Meditsch (1992), que afirma ter sido esse sistema único que gerou a necessidade do Jornalismo. “Se não houvesse o desenvolvimento da indústria, que é a base da própria universalização da humanidade, do desenvolvimento capitalista, não teria havido a possibilidade do Jornalismo, que inicialmente surgiu como jornal. Hoje o Jornalismo não é mais apenas aquilo que é comunicado através dos jornais.” (MEDITSCH, 1992, p. 30). Por isso, ambos os autores acreditam que o jornalismo é uma forma de conhecimento. Assim

como Genro Filho (2012) e Meditsch (1992), Pena (2005b) ressalta que o jornalismo pode ser tratado como um campo do conhecimento. “As várias tentativas de sistematizar a teoria do jornalismo já permitem a plena configuração da área como um campo específico do conhecimento humano” (PENA, 2005b, p. 47). O autor afirma que o estudo das teorias do jornalismo está centrado em duas questões: “1) Por que as notícias são como são?; 2) Quais são os efeitos que essas notícias geram?” (PENA, 2005b, p. 45).

Segundo ele, ao estudarmos as notícias nos preocupamos com a própria produção jornalística e a sua circulação. “Esta, por sua vez, é resultado da interação histórica e da combinação de uma série de vetores: pessoal, cultural, ideológico social, tecnológico e midiático.” (PENA, 2005b, p. 45). Ainda de acordo com o autor, estudos sobre os efeitos das notícias são divididos em afetivos, cognitivos e comportamentais. “Também acabam influenciando na própria produção da notícia, em um movimento retroativo de repercussão” (PENA, 2005b, p. 45). Diferente de Pena, Groth (2011) elaborou a Ciência dos Jornais, teoria onde o autor diz que os resultados do trabalho de veículos de comunicação - jornais e revistas - devem ser estudados como uma grande obra. Neste caso, a “realidade”, a efetividade de um jornal, de uma revista, não começa com a impressão ou com a distribuição de cada número e exemplar publicado periodicamente. Para Groth (2011), a obra começa quando a ideia dela começa a agir no autor da mesma. “Quando alcança a sua “autonomia” com relação a ele. Da “ideia” faz-se uma “realidade imaterial. Agora o autor se dedica ao seu ofício, chama a atenção para ela, esforça-se, “sacrifica-se” por ela.” (GROTH, 2011, p. 148). O autor comenta que a ideia moldada de cada jornal só se torna realidade por meio das pessoas. Os jornais só podem se manter e produzir efeitos em pessoas que estão sempre submissas a ele. Dessa forma, a obra mantém uma existência concreta, individual, com uma vida própria.

Geralmente no início do seu desenvolvimento, ela recebe um nome próprio para expressar a sua individualidade. Assim como no caso de pessoas, o nome de um veículo também muda. Gradativamente, ele é definido. O jornal, com o avançar dos anos, passa a tornar-se uma “personalidade”. “Ele se ata ao ambiente ou ao meio de informação, ao conteúdo ou à tarefa do jornal, fala direto sobre o jornal como se fosse uma pessoa.” (GROTH, 2011, p. 148). É através da continuidade das publicações periódicas que a personalidade autônoma é garantida pelo conjunto.

Para Groth, ser uma publicação periódica é a característica que diferencia jornais e revistas de outras publicações semelhantes. “Todo o jornal (ou revista) tem que ter a “qualidade” de retornar periodicamente. Esta qualidade foi denominada de periodicidade. A periodicidade pertence à “natureza” de qualquer jornal (ou revista).” (GROTH, 2011, p. 150). O retorno periódico do jornal é uma qualidade da sua essência. Assim como Groth, Pena (2005) também cita a periodicidade como uma das características dos jornais modernos. Conforme o autor, é a regularidade que a define. “A periodicidade consiste no espaço de tempo fixo e determinado entre uma edição e outra de um veículo jornalístico. Há jornais diários, semanais e até mensais” (p. 15). Muito além da periodicidade, Pulitzer (2009) traz um conceito de jornal aliado à prática dos repórteres. Para o autor, uma das características dos veículos em geral é a propensão a prestar serviço à população. “O coração e a alma de um jornal se sustentam em seu senso moral, sua coragem, sua integridade, sua humanidade, sua simpatia pelos oprimidos, sua independência, sua devoção ao bem comum” (p. 40).

A união entre a periodicidade, citada por Groth (2011), e o trabalho de repórteres, citado por Pulitzer (2009), resultam no jornal. Outras definições, como a de Koszyk e Pruys (1976, p. 146), citados por Michael Kunczik (1997, p. 16), aliam a periodicidade à atualidade: “O jornalismo é considerado a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias: ou que comentam os fatos do momento”. Assim como os autores, Pena (2005, p. 15) afirma que “a atualidade consiste na veiculação de notícias atuais, ou seja, fatos que tenham acontecido no espaço de tempo entre uma edição e outra do jornal”. Ambos os autores citam um dos aspectos mais latentes do jornalismo, responsável pela manutenção dessa continuidade: a notícia.

Nem todos os acontecimentos de um dia são transformados em notícia. Para explicar o conceito de notícia, Motta (2002) começa com a frase de Amus Cummings<sup>1</sup> que diz “se um cachorro morde um homem, não é notícia, mas, se um homem morde um cachorro, é notícia.” Motta explica que a frase quer indicar a anormalidade, a excepcionalidade como o valor-notícia básico. (p. 307). O autor ainda conclui o pensamento com um questionamento:

Neste caso, notícia seria o “anormal”, aquilo que é contrário à ordem habitual das coisas, contrário às normas. Ou seja, para um acontecimento ganhar o estatuto de notícia, ele teria que representar um rompimento com a ordem natural das coisas, um desvio do comportamento esperado. Mas, é somente

---

<sup>1</sup> Ex-editor do New York Sun

este caráter de transgressão que transforma um acontecimento em notícia?  
(p. 307)

Ainda que a obra conte com conteúdos que vão além da atualidade, a característica central do jornalismo está na publicação dos acontecimentos mais recentes, que, dentro do jornal, se transformam em notícias. Através dos veículos de comunicação, os leitores recebem informações atuais. “As notícias são a vida de um jornal. Elas estão em permanente mutação – mais variadas que qualquer caleidoscópio, trazendo a cada dia algumas novas surpresas, algumas novas sensações e, sempre, o inesperado.” (PULITZER, 2009, p. 53). É a atualidade que determina quais os acontecimentos vão se tornar notícia. Eles devem ser recentes. Além disso, “um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância. Por tanto, qualidades do próprio fato ou acontecimento.” (MOTTA, 2002, p. 308). No entanto, noticiar vai além de prestar atenção às características do acontecimento. “À notícia, cabe a função essencial de assinalar os acontecimentos, ou seja, tornar público um fato (que implica em algum gênero de ação), através de uma informação (onde se relata a ação em termos compreensíveis).” (FERRARI; SODRÉ, 1986, p. 17).

A partir do conhecimento da função das notícias, explicado por Ferrari e Sodré (1986), é interessante ressaltar a sua definição. Para definir o que é notícia e o que não é, Mota (2002) propõe pensarmos nos valores-notícia. São através destes valores que repórteres conseguem identificar o que “deve ser escolhido, omitido, realçado” (p. 308). De acordo com Mota (2002):

Os critérios de noticiabilidade fornecem aos jornalistas as regras mais ou menos objetivas na seleção e apresentação dos fatos. Elas parecem funcionar como critérios de objetividade na produção jornalística, sendo assim importante componente na definição do conceito de notícia. (p. 309).

Assim como Mota (2002) Pena (2005) afirma que os profissionais possuem critérios para escolher os fatos que se transformarão em notícia. “Apenas uma pequena parte vira notícia. O fato é que os jornalistas valem-se de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ou seja têm critérios próprios, que consideram óbvios, quase instintivos” (p. 30). Ao conhecer estes fatores, o próprio repórter deve entender quais os conteúdos podem ser publicados ou não. Chaparro afirma que “pertence à competência do jornalista transformar o acontecimento em notícia” (1993, p. 79). É necessário entender que notícia e acontecimento são diferentes. Pensando nesta necessidade, Alsina (2009) concorda com a ideia de Chaparro (1993). O autor



diz que “na passagem do acontecimento para a notícia, a primeira diferenciação que faço é que o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração do sistema” (ALSINA, 2009, p. 45). É necessário estabelecer um ponto de referência para esta diferenciação.

O que é notícia para um sistema pode ser acontecimento para outro. Poderíamos diferenciar o acontecimento da notícia dizendo que o acontecimento é uma mensagem recebida enquanto que a notícia é uma mensagem emitida. Ou seja, o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração desse sistema. No entanto, o que é notícia para um determinado sistema, para outro sistema é acontecimento. (ALSINA, 2009, p. 133).

O pensamento de Ferrari e Sodré (1986) vai ao encontro com o de Alsina (2009). Para os autores, os acontecimentos só se transformam em notícias ao serem publicados. “Noticiar, portanto, seria o ato de anunciar determinado fato e, independente do número de acontecimentos que possam ocorrer, s  será notícia aqueles que forem anunciados.” (p. 17). Conforme eles, o fato deve ser recente e o anúncio do fato deve ser imediato. Marcondes Filho (1989) complementa o pensamento de Ferrari e Sodré. No entanto, ele acrescenta o potencial mercadológico   defini o de notícia. “Notícia é a informa o transformada em mercadoria com todos os seus apelos est ticos, emocionais e sensacionais” (p. 13). Ele ainda afirma que a notícia é um meio de manipula o ideológico de grupos de poder. A respeito disso, Ferrari e Sodré (1986) discordam de Marcondes Filho. Para eles, o suposto interesse do público é determinante no momento da publica o de uma notícia.

Sobre isso, Motta (2002) afirma que, com a interven o jornalística, acontecimentos se transformam em notícia sem passar pelos critérios de noticiabilidade pois eles estão pautados no interesse público. Geralmente, estes acontecimentos geram curiosidade “pela carga emocional ou de humor, ou ainda pelo aspecto hilariante.” (MOTTA, 2002, p. 310). Ainda de acordo com o autor, estas notícias conseguem entreter os leitores. Além disso, contam histórias humanizadas.

Pela sua carga emocional, muitas dessas notícias tomam como referentes acontecimentos inusitados, extraordinários enquanto acontecimentos humanos ou humanizados. São, geralmente, episódios que representam uma ruptura em rela o ao curso social das coisas. (MOTTA, 2002, p. 310).

Outro fator que pode ser característico deste anúncio, conforme Alsina,   se o acontecimento é comunicável ou secreto. “Para o sistema da m dia, o acontecimento deve ser simplesmente algo comunicável porque senão não pode ser considerado como um acontecimento para a constru o da notícia.” (ALSINA, 2009, p. 143). Ele

também lista possíveis maneiras de entender o interesse do leitor, pensando no fator citado por Ferrari e Sodré (1986). A lista foi feita por Tuchman:

- 1) Os leitores estão interessados nos acontecimentos que ocorrem em lugares específicos. Se um leitor compra um jornal local, possivelmente estará mais interessado em obter informação sobre acontecimentos locais do que sobre a política internacional. Portanto, o jornal deverá cobrir essas informações que dificilmente obterá através da imprensa.
- 2) Estão interessados nas atividades de organizações específicas. Com certeza, esse leitor do jornal local vai querer saber as decisões que foram tomadas na sua prefeitura ou o que fez o time de futebol da região.
- 3) Estão interessados em itens específicos. Como vemos facilmente, o nosso leitor do jornal local está interessado nos temas da política municipal e os esportes. (1983, p. 38).

A partir dos três aspectos apontados por Tuchman, percebemos que há uma característica central que também norteia o trabalho dos jornais. Os acontecimentos traduzidos em notícias, em sua maioria, serão os locais. Groth (2011) explica essa característica de forma simples. Para o autor, notícias sobre uma enchente na China, terremotos no Japão ou fome na Índia abalam pouco o morador da Europa. Apesar de serem realidades, elas só sensibilizariam mais se o leitor estivesse próximo.

Elas estão distantes da nossa percepção de vida atual para alcançar as nossas reações práticas e emocionais espontâneas ao meio ambiente. Totalmente diferente de quando este tipo de acontecimento nos impele de perto ('na própria carne'), quando então se torna muito 'relevante' para nós, na nossa realidade viva 'como' europeus, 'como' pertencentes da nossa nação ou da nossa tribo ou da nossa cidade ou de uma determinada categoria profissional. (ROTHACKER, 1938, p. 68, apud GROTH, 2011, p 169).

Além de considerar a localização geográfica, também é necessário prestar atenção no momento em que o fato aconteceu. Para Lage (2003), sem dúvidas existem notícias que nasceram para ser manchetes, outras não. “Numa época, são as denúncias que importam; em outra, declarações violentas ou ofensivas de políticos; mais adiante, tragédias sociais.” (p. 35). No entanto, é necessário sempre considerar o interesse do leitor. Neste caso, a proximidade realmente pode ser considerada um dos fatores mais importantes. A palavra “interesse”, de acordo com Chaparro (1993, p. 118), é a que mais se repete quando consideramos as definições de jornalismo.

Ao retomarmos a Ciência dos Jornais, percebemos um conceito que contrapõe o pensamento de Chaparro. Groth introduz o conceito de universalidade e diz que os periódicos – apesar de precisarem publicar notícias que estejam relacionadas ao interesse do leitor e a proximidade – também veiculam outros conteúdos, que, provavelmente, interessam a poucos nos mundos específicos diante de si. “De fato, o jornal não se preocupa com cada suposta característica essencial e as exigências baseadas nela, mas também traz coisas que só são relevantes para um ou dois.”

(GROTH, 2011, p. 174). Também é necessário pensar que, neste contexto, o jornalista serve como mediador. Ele é responsável por traduzir o mundo para seus leitores: “O jornalista possui uma audiência que precisa compreender, em consonância com seus próprios marcos de referência, o que acontece em contextos muito distantes e diferentes.” (ALSINA, 2009, p. 271). Groth acrescenta ao pensamento de Alsina que “Mediar o conhecimento de todas estas relevâncias de todas as áreas da vida e da cultura, da sociedade em toda sãs suas partes, esta é hoje a tarefa do periódico” (2011, p. 172).

Sem citar a mediação, Pulitzer traz uma definição que corrobora os conceitos expostos até o momento sobre a profissão. “O jornalista ocupa uma posição singular. Sozinho, ele tem o privilégio de moldar a opinião, tocar os corações e apelar à razão de centenas de milhares de pessoas todos os dias.” (2009, p. 20). O jornalista como mediador também é apontado por Michael Kunczik. Ele cita Langenbucher (1974): “A mediação em uma sociedade democrática é o principal papel do jornalista, e a tarefa dos jornalistas é facilitar a mútua comunicação entre os diferentes grupos da sociedade” (1997, p. 100). Ainda sobre a mediação jornalística, Alsina diz que os meios de comunicação adaptam as informações recebidas aos padrões culturais da audiência com o objetivo de tornar os acontecimentos compreensíveis. “Apesar de que possam existir diversas comunidades interpretativas em uma cultura, os meios costumam se aproximar da interpretação hegemônica, ou, pelo menos, da interpretação facilmente consensual.” (ALSINA, 2009, p. 271). Anteriormente ao comentário de Alsina, Lagenbucher e Mahle (1974, p. 15, apud KUNCZIK, 1997, p. 101) disseram que

Uma sociedade democrática precisa é de jornalistas que queiram ser, antes de tudo, mediadores, que não adotem a atitude demagógica para com a sociedade nem desejem “preparar”, manipular ou guiar as pessoas, mas que tenham o objetivo de possibilitar o diálogo, através das diferentes correntes, entre as várias classes e agrupamentos; gente, em outras palavras, que esteja preparada para tornar compreensíveis os fatos essenciais da política atual para o operário cansado e pouco instruído; jornalistas que não escrevam para outros jornalistas, mas para as “massas”. Às vezes, tem-se a impressão de que a classe intelectual tinha uma consciência mais clara desse seu dever em épocas anteriores, não-democráticas.

Chaparro também acredita que o jornalista possui um papel de mediador. “Denunciar à sociedade o comportamento corrupto e imoral de um presidente da República é dever do jornalismo e do jornalista; derrubá-lo é prerrogativa do povo organizado.” (1993, p. 121). Mesmo sem citar o jornalista como mediador, Pulitzer (2009) diz que a profissão não é ser gestor de negócios, empreiteiro de publicações

ou proprietário. O autor define o profissional como alguém sempre atento aos pequenos detalhes.

Um jornalista é o vigia da ponte de comando do barco do Estado. Ele percebe uma vela que passa, as pequenas coisas interessantes que pontuam o horizonte quando o tempo está bom. Ele avisa sobre o nadador à deriva que o navio pode salvar. Perscruta através da neblina e da tempestade para avisar dos perigos adiante. Não fica pensando em seu salário ou nos lucros dos proprietários. Está ali para zelar pela segurança e pelo bem-estar das pessoas que nele confiam. (p. 27).

Pensando desta forma, é relevante lembrar que o jornalismo vai além das notícias. Jornalistas também trabalham com outros formatos, como a reportagem, uma forma de narrar acontecimentos de diferentes pontos de vista. Conforme Ferrari e Sodré, para que a reportagem aconteça é necessário ter um “quem” e um “o quê”. “Estes dois elementos têm de existir, mas têm, sobretudo, de despertar interesse humano – ou não serão suficientes para sustentar a problemática narrativa.” (1986, p.14).

Considerando características da reportagem, os autores acreditam que a humanização do relato é algo forte e natural. O repórter acaba servindo de ponte entre o leitor e o acontecimento. Lage (2003) vê no repórter um agente inteligente: “O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante.” (p. 23). Tudo isso parte de uma programação prévia. Conforme Costa (2010) “o editor, ao tratar a pauta com o repórter, pode indicar uma reportagem sobre um fato ou sugerir, para humanizar o fato, um perfil.” (p. 44) Lage (2003) acredita que esse planejamento acontece a partir de fatos geradores de interesse, encarados de certa perspectiva editorial. Para o autor, não se trata apenas de acompanhar o desdobramento (ou fazer a suíte) de um evento, mas de explorar suas implicações, levantar antecedentes – em suma, investigar e interpretar. (p. 39)

Assim como a notícia, a reportagem também faz parte de um dos gêneros jornalísticos. Geralmente, dividimos os conteúdos em duas categorias: informativo e opinativo. No gênero informativo, encontramos a reportagem, a notícia, a entrevista e a nota. Os gêneros jornalísticos são considerados como uma convenção social, usada tanto dentro das redações quanto nas academias. O jornalismo informativo possui uma característica central: a tentativa de “reprodução do real”. (COSTA, 2010, p. 48).

Para que o jornalismo alcançasse ou, ao menos, tentasse alcançar a objetividade, Philip Meyer (1993) criou uma metodologia chamada “jornalismo de precisão”, centrado em métodos de conhecer e verificar aquilo que depois poderá ser contado em qualquer estilo (DADER, 1993, p. 11, apud COSTA, 2010, p. 49). O método é relacionado ao jornalismo investigativo e, conforme Meyer (1993), tenta superar a intuitiva, voluntarista e desorganizada atividade jornalística. O jornalismo de precisão é baseado em princípios estatísticos e análise de dados.

O jornalismo investigativo está ligado ao gênero jornalístico informativo, mas também ao gênero interpretativo. Para alguns autores, a definição gênero interpretativo é questionável. Nava (1996), apud Costa e Lucht (2010), acredita que o gênero interpretativo integra o gênero informativo. Além disto, também considera que se convencionou chamar o interpretativo, no meio profissional, de jornalismo investigativo. Marques de Melo (2003), apud Costa e Lucht (2010), também desacredita da autonomia do gênero interpretativo. De qualquer forma, é interessante citar as características do gênero interpretativo, ressaltadas por Leandro e Medina (1973), citados por Costa e Lucht (2010):

As linhas de **tempo** e **espaço** se enriquecem: enquanto a notícia registra o **aqui**, o **já**, o **acontecer**, a reportagem interpretativa determina um **sentido** desse aqui num círculo mais amplo, **reconstitui** o já antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um **estar acontecendo** atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situem ou interpretem o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a grande reportagem é interpretação do fato jornalístico (p. 23, grifo no original).

Além de explicar características do gênero interpretativo, Leandro e Medina (1973), citados por Costa e Lucht (2010), também apresentam três direções que transformam notícia em uma reportagem interpretativa. A primeira seria contextualizar o fato isolado, a segunda é a valorização do humano e a terceira é a aproximação da informação jornalística com a científica. Estas são características que se assemelham ao desenvolvimento da investigação jornalística.

O jornalismo investigativo tem como função desvendar as causas, as origens de um acontecimento, sem nunca ficar limitado ao factual; driblar lobbies e estratégias de marketing usadas por assessores de imprensa, na sua função de criar uma imagem positiva diante da sociedade dos grupos políticos, econômicos e sindicais que representam. É função ainda do jornalismo investigativo seguir o rastro de histórias ou acontecimentos que, em determinado momento foram notícia, mas acabaram saindo das páginas dos jornais – com o objetivo de checar se esses fatos, da forma como foram divulgados, não trouxeram prejuízos à sociedade. (SEQUEIRA, 2005, p. 112-113).

A respeito desse campo profissional, Kunczik (1997) acredita que o trabalho genuíno de investigação – que não envolve métodos como o de Meyer – já não existe na atualidade. “Não raro os jornalistas, graças ao seu bom desempenho, são promovidos a postos onde já não podem utilizar suas habilidades jornalísticas” (p. 17). Há dificuldades na prática da investigação jornalística. No entanto, outros autores comprovam que ela ainda existe. Talvez não aconteça de forma recorrente, mas a investigação ainda está presente no jornalismo. Seus conceitos e características vão ser apresentados na sequência.

## **2.1 Diferenciais da investigação: características e conceitos**

Nesta seção, aborda-se as características e formas de apuração da reportagem investigativa como a diferença entre os demais tipos de jornalismo. A investigação jornalística é vista como inexistente por alguns autores, como Kunczik (1997), por exemplo. Mesmo assim, o autor acredita que os meios de comunicação de massa preservam uma das suas características mais antigas. “A de servir como inspetor geral de todo o sistema político a fim de poder proporcionar a crítica pública necessária para garantir algum grau de integridade política por parte daqueles que detêm o poder”. (1997, 74). Pensando no papel de um inspetor, o jornalista não poderia publicar reportagens com o teor citado por Kunczik (1997) caso não estivesse em um contexto social democrático. Da mesma forma, Sequeira (2005) afirma que esta é uma das necessidades para que a investigação jornalística prossiga com o mínimo de dignidade.

Não é a toa que as investigações jornalísticas se tornaram comuns no Brasil assim que o período ditatorial chegou ao fim. Segundo Fortes (2005), aconteceram algumas iniciativas pontuais antes disso. Mas o grande estouro das reportagens investigativas aconteceu depois de 21 anos de ditadura militar, em 1985. No entanto, Nascimento (2010) acredita ser difícil reconhecer quando as reportagens investigativas surgiram no país.

Ressaltando as iniciativas pontuais citadas por Fortes, Nascimento comenta sobre investigações jornalísticas que aconteceram no início da década de 1920. Uma delas, por exemplo, fala sobre “O Caso do Colar”, uma reportagem acusando o ex-presidente da República, Epitáfio Pessoa, e ter beneficiado exportadores de açúcar em troca de uma joia oferecida à sua mulher. A acusação foi publicada em 1923, pelo

Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. Para Nascimento, essa foi uma das primeiras investigações jornalísticas. Por isso, ele se contrapõe às crenças de Fortes, mas não nega a relevância do período ditatorial para o crescimento desse âmbito do jornalismo. “Os poucos editores e repórteres que tomaram distância do governo e permaneceram fazendo jornalismo investigativo com frequência pagaram com prisão, tortura, exílio e morte.” (2010, p. 42).

Mesmo com a tendência crescente de investigações jornalísticas após a redemocratização, Fortes (2005) diz que foi durante a presidência de Fernando Collor de Mello, entre 1990 e 1992, que as redações passaram a organizar métodos de investigação. Ele acredita que “o *impeachment* de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil.” (2005, p. 10, grifo no original). De acordo com o autor, a Era Collor colocou em movimento um conjunto difuso de regras que, guardadas as proporções, reproduziu dentro das redações brasileiras o mesmo clima de exaltação profissional deflagrado, trinta anos antes, pelo Caso Watergate (2005, p. 20). A investigação de Carl Bernstein e Bob Woodward causou a renúncia do então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon.

O fato a investigar era aparentemente simples: cinco homens haviam sido presos na noite de 16 de junho de 1972 tentando instalar aparelhos eletrônicos de espionagem no comitê do Partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington. Ao investigar o caso, porém, os repórteres acabaram chegando à Casa Branca e ao coordenador de segurança do comitê para a reeleição do presidente Richard Nixon. (SEQUEIRA, 2005, p. 11-12).

De acordo com Sequeira (2005), a apuração dos dois repórteres transformou o jornalismo nos Estados Unidos e no Brasil. A partir de 1974, quando começa a abertura política no país, a imprensa passou a ousar mais. Em 1976, o *Estadão* publica uma série de três matérias intitulada “assim vivem os nossos superfuncionários”, que abala o país ao desnudar para a sociedade brasileira a boa vida de ministros e altos funcionários da corte instalada em Brasília e capitais federais. (SEQUEIRA, 2005, p. 12). Conforme a autora, a partir destas publicações, o jornalismo investigativo se transformou em representante dos interesses dos cidadãos – desvendando informações que grupos de poder tentam manter escondidas da sociedade (SEQUEIRA, 2005, p. 12).

Ao revermos a história do jornalismo investigativo no Brasil, de maneira breve, é possível perceber que muito já mudou. As reportagens investigativas estão na contramão do fluxo da informação: elas são bem diferentes dos materiais produzidos

dentro das redações diariamente. “Quer pela apuração entre as fontes utilizadas (já que nessa categoria as fontes estáveis são descartadas), quer pelo tempo de que o repórter necessita para concluir seu trabalho.” (SEQUEIRA, 2005, p. 38). É um tipo de jornalismo solitário. Raramente jornalistas investigativos têm alguém com quem compartilhar as angústias do caminho percorrido aos poucos. O repórter é responsável por administrar a sua situação sozinho. Durante a apuração, ele precisa lançar mão de técnicas pouco usadas durante a rotina diária.

Os cuidados, a estratégia, o ensaio de cada passo, o domínio do cenário são técnicas que não foram escritas em lugar nenhum. Não existe, nas faculdades, uma disciplina chamada História da Reportagem. Ela é a alma do jornalismo, mas vive a contradição de não ser tratada com o respeito que dignifique a sua grandiosidade. (SOUZA, 2002, p. 34).

É justamente na diferença entre a apuração do cotidiano das redações com aquela feita durante investigações de repórteres, que percebemos o conceito de jornalismo investigativo. O trabalho é sempre intenso quando acontece uma investigação jornalística. “Demandam do profissional uma rotina estafante, às vezes perigosa e quase sempre solitária” (SEQUEIRA, 2005, p. 183). Ao se submeter a esse trabalho diferente do comum, o repórter deseja [...] levar ao leitor histórias que podem desvendar os meandros da corrupção no setor público, a violência policial, casos escabrosos como a exploração sexual de crianças e adolescentes, ou o tráfico de órgãos para transplantes (SEQUEIRA, 2005).

Mesmo levando em conta uma diferença perceptível em relação ao jornalismo diário, há pesquisadores e jornalistas que discordam da definição de jornalismo investigativo como algo além do comum. “A expressão jornalismo investigativo implicaria um pleonasmo ou uma redundância, já que todo o jornalismo precisa investigar, pois, se não fizer isso, não será jornalismo” (NASCIMENTO, 2010, p. 13). Segundo Fortes (2005), à primeira vista, esse é um termo que dói no ouvido. Especialmente para os jornalistas formados antes do fax e da internet. “De fato, até o surgimento das facilidades das ferramentas eletrônicas de busca, toda a apuração, por mais simples que fosse, tomava ares de investigação.” (p. 10). Martino e Silva (2013) reconhecem que há um pouco de redundância no termo jornalismo investigativo. Os autores pressupõem que a investigação é algo intrínseco à produção de notícias. Mas, eles não desconsideram completamente o tema.

O uso consagrado entende a expressão “jornalismo investigativo” como procedimento prático dotado de uma série de características específicas, responsáveis por garantir não apenas uma definição conceitual, mas também



permitirem aos praticantes pleitear um elemento de distinção dentre as diversas modalidades da prática jornalística. (2013, p. 18).

Diferente de Martino e Silva (2013), Nascimento (2010) acredita que o jornalismo investigativo é algo diferente do jornalismo diário. O autor cita um exemplo fictício a respeito da diferença entre o jornalismo diário das redações e o jornalismo investigativo. Para ele, dizer que a nomeação da prática é redundante pode ser considerada uma utopia. Ele sugere que imaginemos uma entrevista coletiva com o ministro da Agricultura às 18 horas. Na ocasião, o político vai dizer qual é a revisão da próxima safra de grãos. Às 18h30, um repórter de um grande jornal deixa a coletiva e corre para terminar o texto até as 19 horas para que ele saia na edição nacional. Então, Nascimento propõe um questionamento interessante:

Com 30 minutos para a tarefa, o repórter não tem tempo para telefonar a outras fontes, fazer pesquisa ou repercutir a informação dada pelo ministro. A matéria publicada com base no anúncio feito pelo ministro é investigativa? Não, já que o trabalho de ouvir as declarações do ministro, fazer algumas perguntas e redigir o texto não é uma investigação. (2010, p. 13.).

Então, partimos do pressuposto que jornalismo investigativo é uma terminologia válida. Para conceituar o gênero, podemos pensar que o trabalho dos repórteres investigativos está presente nas mais diversas editorias (AGUIAR, 2006). O autor diz que as investigações podem acontecer tanto no esporte quanto na política e na economia. Portanto, o tema da reportagem pouco importa para definirmos o jornalismo investigativo. E sim, a prática. É ela quem diferencia as reportagens diárias das investigativas. Para complementarmos a ideia de Aguiar (2006), é interessante entender como acontece a busca pela reportagem investigativa. Para Souza (2002), tudo o que envolve a apuração durante uma investigação jornalística transforma o ofício em uma irresistível paixão. Conforme o autor, o jornalismo investigativo tem uma relação de busca intensa pela informação. “É buscá-la, é fazer o garimpo da notícia, não se conformar com a notícia escondida, localizar as fontes, que preferem viver enclausuradas, e buscar o interesse coletivo, sempre superior ao individual.” (2002, p. 240). Para Alves, Medeiros e Menezes (2010), é através do jornalismo investigativo que a comunidade tem a oportunidade de negar ou afirmar, corrigir ou ignorar uma importante ocorrência na sociedade. Dentro dessa procura incansável, é necessário ter tempo. Além disso, é preciso que haja espaço nas publicações para repassar a informação de maneira adequada. Alves, Medeiros e Menezes (2010) atribuem isso à necessidade de divulgar a informação segundos depois que o fato acontece. “Isso

fragiliza o trabalho do repórter, devido à superficialidade com que ele tem que tratar a notícia.” (p. 8).

Ainda que as redações tenham sido fragilizadas pelo imediatismo, há uma definição de jornalismo investigativo que cita elas como participantes no processo de nascimento das investigações jornalísticas. Eugênio Bucci<sup>2</sup> (2000), citado por Fortes (2005), comenta que o jornalismo investigativo surgiu dentro da rotina das redações, a partir do momento que a burocracia e máfias nacionais barraram o direito de saber de todo o cidadão. Bucci ainda parte do pressuposto que jornalismo investigativo é, antes de tudo, jornalismo. Mas, há uma diferença entre os dois: o objeto da pauta, o método de apuração e a forma como a reportagem se apresenta. Marcelo Beraba<sup>3</sup> (s.d./s.p., citado por Fortes, 2005, p. 15), sente desconforto com a nomeação. No entanto, para ele, acabou se tornando a melhor maneira de resumir a atividade: as apurações que resultam em reportagens de mais fôlego e maior investimento. “Aquele que exige mais tempo e paciência para pesquisas, entrevistas, observação direta, checagem e recheagem - a busca obsessiva por documentos e provas.”

Considerando o comentário de Beraba, é perceptível que a investigação jornalística exige do repórter. Martino e Silva (2013, p. 19) creem que o jornalismo investigativo possui prestígio já que todas as práticas da modalidade estão relacionadas ao que, no senso comum, entende-se como “bom jornalismo”. Além da necessidade de estar em uma democracia - aspecto citado no início do subcapítulo – Sequeira (2005) fala que também são necessários outros fatores para que o jornalismo investigativo cumpra a sua função social.

São necessários três pontos básicos: que ele trabalhe num contexto social democrático; que as empresas de comunicação tenham uma situação econômica estável, que lhes permita independência econômica e política das instituições públicas ou privadas; e, por fim, que durante o processo de construção da matéria ele trabalhe com liberdade e sob a égide da ética, quer na escolha de seu método de trabalho, quer na escolha das estratégias para concluir satisfatoriamente sua reportagem. (2005, p. 190).

A partir da citação de Sequeira (2005), percebemos que existem alguns pontos necessários para que a investigação jornalística aconteça em sua totalidade. Geralmente, o resultado do jornalismo investigativo é chamado de reportagem especial ou grande reportagem. A respeito disso, Souza (2002) possui uma certeza. “Essa grande matéria precisa de caçadores, farejadores, perdigueiros obstinados,

---

<sup>2</sup> Jornalista e pesquisador da imprensa em atividade

<sup>3</sup> A citação de Beraba provém de um artigo virtual que não está disponível

sempre dispostos a colocar o interesse público em primeiro lugar. E este tipo de notícia nunca está facilmente disponível.” (p. 230). Para que a reportagem publicada seja considerada investigativa, é necessário prestarmos atenção no intenso trabalho do repórter. É ele quem trabalha para obter informações antes desconhecidas do público. Buscar essa informação exige passar por alguns sacrifícios e “ter [...] nervos para suportar tensões, capacidade de enfrentar profissional e psicologicamente o perigo, sempre lembrando que a recompensa se dá apenas pelo prazer de saborear a sua divulgação” (SOUZA, 2005, p. 230). Alves, Medeiros e Menezes (2010) complementam a citação de Souza e dizem que a investigação jornalística tem o objetivo de ir à essência das coisas, tenta responder os porquês que provocam uma situação prejudicial ao interesse público. Conforme os autores, o repórter deve definir e denunciar o que seja operacional ou conceitualmente falso (p. 9).

Com faro de repórter, uma investigação jornalística pode surgir de vários fatores. Conforme Lage (2003), até mesmo pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos podem se transformar em uma reportagem investigativa. “Pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas [...] ou a observação direta da realidade.” (p. 139). Quando é o próprio repórter quem coleta esses dados, é possível fazer uma análise que vai além daquela que poderia ser feita por órgãos públicos. “O repórter tem maior capacidade de analisar contradições, incongruências e equívocos que aparecem na investigação.” (NASCIMENTO, 2010, p. 102). A respeito disso, Souza (2002) cita um exemplo que nós precisamos levar em conta:

Um caso considerado exemplar como jornalismo de investigação foi a cobertura de um julgamento por homicídio. A repórter leu todo o processo, coisa que ninguém havia feito, descobriu todas as falhas e contradições e depois foi conversar com os jurados, um por um. Assim descobriu a razão de um veredicto aparentemente contraditório. O que a Justiça não viu, ela viu e revelou. (p. 229).

Pela fala do autor, logo percebemos que o jornalismo investigativo realmente é diferente do que acontece nas rotinas das redações. Um repórter nem sempre tem o tempo necessário para ler todo o processo de um julgamento por homicídio. “O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração.” (FORTES, 2005, p. 37). O trabalho de uma reportagem investigativa exige um tempo maior que aqueles comuns dentro das redações diárias. “O jornalismo investigativo é geralmente definido como uma forma extremada de reportagem. Trata-se de dedicar tempo e esforço ao levantamento de um tema pelo

qual o repórter, em geral, se apaixona.” (LAGE, 2003, p. 138). Há algumas ocasiões em que o jornalista deve ter um sexto sentido aguçado. Em alguns momentos, ele precisa tomar decisões rápidas e ousadas já que não sabe se vai conseguir coletar o material esperado. Tudo isso, considerando o prazo – geralmente curto – de apuração. Nem sempre é possível calcular e estudar a viabilidade da matéria. Por vezes, é necessário criar uma estratégia com o objetivo de provar uma hipótese. Mas, isso é praticamente impossível. “Dificilmente nas redações, um repórter tem a chance de colocar à prova o seu sexto sentido, sua argúcia, pois seus superiores imediatos – quer o editor, quer o chefe de reportagem – raramente lhe dariam autorização para isso.” (SEQUEIRA, 2005, p. 123). Considerando as observações de Sequeira, percebemos que existem dificuldades durante a apuração dentro do jornalismo investigativo. Além destes impasses, na visão de Souza (2002), o jornalismo investigativo é um trabalho que não recebe reconhecimento.

Ser jornalista investigativo é morar de aluguel, viver com orçamento apertado, e denunciar escândalos de milhões. É remar contra a correnteza num rio cheio de pedras e ser aconselhado a viver uma vida mais tranquila. É ter medo de tomar um tiro e sofrer uma emboscada. É imaginar que os opositores tentem vingar-se atingindo seu calcanhar-de-aquiles, a família. (p. 230).

A não publicação de investigações jornalísticas é ruim para a imprensa e terrível para a sociedade. Na percepção de Nascimento (2010), as investigações feitas por jornalistas e aquelas feitas de maneira oficial, devem ter atuações distintas. Se feitas com princípios éticos, o autor as considera como fundamentais para a transparência. “Se a imprensa deixa de investigar e se limita a publicar o que investigadores oficiais estão descobrindo, uma das duas formas de investigação é anulada.” (p. 105). Pensando no conceito de uma investigação jornalística, Lage acredita que há certo esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas, contar como as coisas são ou foram e como deveriam ser ou ter sido. Ele ainda fala que nem sempre o resultado (textos extensos) é publicado em veículos convencionais. Com isso, acabam se transformando em livros ou documentários. Mas, ainda pensando no fato de que a imprensa perde com o fim das investigações jornalísticas, também é necessário refletir sobre as necessidades do leitor. “Livres de injunções, os repórteres se permitem explorar linhas de raciocínio divergentes e chegar a conclusões que, se não verdadeiras, pelo menos inquietam os bem-pensantes.” (LAGE, 2003, p. 139).

Cada vez mais, as reportagens investigativas possuem menos espaço nos veículos. Ao repórter investigativo é praticamente impossível cumprir os prazos operacionais para a produção de matérias exigidas nas redações (SEQUEIRA, 2005, p. 189). Há outros fatores que colocam a investigação jornalística em risco. Conforme a autora, as mudanças no tamanho das publicações é algo negativo para as grandes reportagens. Quase não há espaço para as informações coletadas. “As características que um jornalista precisa ter para ser considerado um bom profissional – estar apto a cumprir prazos e redigir notícias curtas – não se coadunam com o perfil do jornalista investigativo.” (2005, p. 189). Apesar dessas exigências da atualidade, precisamos acreditar em outras definições a respeito do papel do jornalista. A de Pulitzer, por exemplo, é similar com o trabalho de investigação jornalística. “Ele deve ter senso crítico, pois todo o trabalho jornalístico envolve crítica e análise. O jornalista critica tudo o que existe sob o sol; seus olhos têm que estar sempre postos no microscópio da mente e sua mão preparada para dissecar o que for.” (2009, p. 37).

Precisamos acreditar que ainda existem profissionais com as características citadas por Pulitzer. Inclusive, existem razões para isso. Conforme Sequeira (2005), os jornalistas dessa área não se conformam com o ambiente contrário às investigações. “Esse contexto adverso não tem esmorecido os profissionais da área, conscientes da importância do jornalismo investigativo para a sociedade, denunciando as mazelas que corroem não só o serviço público, mas todos os segmentos do país.” (p. 189). Trabalhar com esse tipo de reportagem pode ser uma verdadeira paixão. É um trabalho que envolve sensibilidade. “É coração batendo forte, é sangue nas veias, tudo bem mais profundo do que a vulgar definição de “tesão”, porque trabalha concretamente com o primado do real, absorvendo palavras e garimpando imagens.” (SOUZA, 2002, p. 35). Se considerarmos o ofício, conseguimos entender que a sensibilidade é intrínseca ao jornalista investigativo. Devemos partir deste princípio, pois os conteúdos expostos pela investigação jornalística podem ser considerados delicados.

Este segmento busca promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes, dar a conhecer o que os poderes públicos querem ocultar, detectar quais instituições não cumprem seus deveres, demonstrar como funcionam os organismos públicos, dar informações aos leitores sobre os políticos e suas intenções e reconstruir acontecimentos importantes. (ALVES; MEDEIROS; MENEZES, 2010, p. 9).

A investigação ressaltada por Alves, Medeiros e Menezes, segundo Sequeira (2005) passa por sete fases básicas. Com base nas informações obtidas através de

entrevistas com profissionais da área, a autora listou etapas que envolvem a produção de uma reportagem investigativa. Conforme ela, cada reportagem é única. Além disso, cada repórter possui a sua metodologia. Mas, é notável que existe um padrão nesta rotina:

1) A busca de um novo tema; 2) o estudo de viabilidade do tema; 3) o estudo aprofundado do assunto por parte do repórter; 4) a criação de um projeto de trabalho; 5) a fase de apuração (pesquisa documental e entrevistas entre as fontes de informação) e cruzamento de informações; 6) a redação final; e 7) a edição e publicação da reportagem. (p. 184).

Mesmo que essa seja uma rotina comum, ela não é uma regra. Nem todos os repórteres conseguem cumprir todas as etapas. Além destes sete passos, os entrevistados de Sequeira (2005) também citaram outra característica relacionada ao exercício do jornalista investigativo. A palavra-chave, para a autora, é sensibilidade. “É só disso que o repórter investigativo precisa para descobrir enfoques inéditos, por trás de notas, acontecimentos rotineiros e notícias que passam despercebidas pelos veículos de comunicação.” (p. 184). O repórter precisa estar atento a tudo que acontece ao seu redor. Nessa rotina, há um fator que consideramos ser necessário destacar: o relacionamento do repórter com as fontes. Nós já podemos perceber que o jornalismo investigativo está relacionado a assuntos delicados e difíceis, se comparados com as notícias e reportagens do jornalismo diário. Nesse ambiente, o repórter precisa estar atento à maneira como trata e lida com as fontes. Conforme Lage (2003), o repórter é quem tem a tarefa de (...) selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, além de situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas. (p. 49). Presentes dentro do jornalismo e no jornalismo investigativo, as fontes são uma parte extremamente importante para a construção de notícias e reportagens. Dentro de uma investigação, o relacionamento com as fontes pode se tornar difícil, dependendo do conteúdo investigado. Por isso, precisamos saber e estudar mais sobre a relação de jornalistas e fontes.

## **2.2 Fontes de informação: conflitos e relacionamentos**

Antes de detalharmos como acontece o relacionamento com as fontes dentro de uma investigação jornalística é necessário saber um pouco sobre como ele acontece dentro do jornalismo em geral. De acordo com Lage (2003), esse relacionamento depende da intenção que a fonte atribui ao repórter.

Se acha que o repórter é uma ameaça (posição frequente entre os ricos e os que têm algo a esconder), será parcimoniosa nas respostas; se vê na conversa uma oportunidade de defender seus direitos (o que é provável entre as pessoas pobres), enfatizará reivindicações e reclamações; se teme que o repórter não compreenda algo (o que ocorre, em regra, com cientistas e pesquisadores de ciências exatas), procurará ser minuciosa e redundante na explicação. (p. 57).

Por isso, é necessário ter atenção durante as entrevistas com fontes. Podem acontecer “conflitos de relevância - quando fonte e repórter desenvolvem estratégias discordantes, cada qual pretendendo levar a conversa para o ponto que considera mais importante.” (LAGE, 2003, p. 61). Se considerarmos que o jornalismo investigativo geralmente ocorre em um ambiente onde há a necessidade de descobrir algo que está encoberto, partimos do princípio que – pensando na citação de Lage – o repórter é considerado uma ameaça. A relação entre fonte e repórter mudou nos últimos quarenta anos (SEQUEIRA, 2005).

Enquanto os profissionais mais antigos, que hoje estão por volta dos 55 aos 60 anos, estabelecem com suas fontes uma relação de respeito e, às vezes, de amizade, os repórteres das gerações mais novas, que estão por volta dos 30 aos 40 anos, propõem uma relação profissional, uma espécie de pacto em que cada um faz a sua parte. (SEQUEIRA, 2005, p. 187).

A autora aponta que enquanto os repórteres da velha-guarda acreditam que “fonte de informação” é sagrada e não deve ser revelada, os mais novos preferem manter distância das fontes que não querem divulgar o seu próprio nome (p. 188). Nascimento (2010) acrescenta ao pensamento de Sequeira (2005), que o repórter investigativo precisa ouvir a todos os envolvidos. “Quando dá prioridade de forma exagerada a algum tipo de fonte para alimentar suas reportagens com denúncias, a imprensa está valorizando os interesses dessa fonte em detrimento das demais.” (p. 103). O autor salienta a necessidade de manter uma parceria com as fontes relacionadas às investigações oficiais. No entanto, diz ser necessário manter uma investigação por parte do jornalista. Somente dessa forma, o profissional da redação conseguirá evitar possíveis recortes escolhidos pelas fontes. “Por ter acesso só à parcela da investigação que lhe é liberada, o repórter se expõe ao perigo de ser usado pela fonte que está passando as informações da investigação oficial.” (p.102). Ele ainda comenta que quando o próprio jornalista investiga a situação já é diferente. Isso porque “o repórter tem maior capacidade de analisar contradições, incongruências e equívocos que aparecem na investigação.” (p. 102).

Tendo em vista esta temática, Sequeira (2005) entrevistou jornalistas investigativos durante a sua pesquisa. Em determinado momento, a autora questionou

os repórteres a respeito da relação com as fontes. Souza (2005) fala que a relação entre as duas partes está distorcida. Para o repórter, teóricos criaram uma distância entre a fonte e o repórter. “A impressão que me dá, pelo que tenho lido nos livros, é que há uma espécie de desprezo pela fonte de informação, do tipo: eu sou o autor, você é a fonte. Fique no seu lugar.” (SOUZA, 2005, p. 80). Para ele, há sim alguns momentos em que a convivência não é agradável. Especialmente quando o assunto da reportagem é difícil. Ainda assim, ele afirma que o jornalista não se pode colocar em um plano superior à fonte. Ele ainda ressalta a importância dos funcionários de segundo e terceiro escalão.

São fontes de informação preciosas, que, às vezes, por arrogância, o repórter não dá importância. Por isso, trato a todos bem, do funcionário da portaria aos ascensoristas, que, aliás, ouvem muita coisa em uma empresa ou mesmo num edifício público, pois ninguém presta atenção a eles. Por incrível que pareça, conversas importantes, às vezes, são travadas nos elevadores. Os ascensoristas vão ouvindo fragmentos daqui e dali, e ao juntar tudo têm muita informação a passar para o repórter. São dicas que, às vezes, podem se transformar em boas matérias. Mas, não só por isso faço a maior festa para os mais humildes, mas porque todos merecem ser notados e tratados de forma civilizada, o que muitos colegas esquecem, quando entram numa empresa privada, num prédio público. (SOUZA 2005, p. 82).<sup>4</sup>

Por vezes, o repórter pode topor com fontes que não desejam revelar os próprios nomes. Para Souza (2005, p. 83), é necessário estar seguro das informações antes de usar fontes anônimas. O jornalista chegou a criar uma maneira de classificar as suas fontes. Ele as cataloga em três maneiras. As do tipo 1 são as de total confiança. As fontes de tipo 2 dão informações corretas, mas possuem um interesse. O tipo 3 são as fontes que estão corretas na origem, mas depois a informação segue outro rumo. Em entrevista com Sequeira, o jornalista Antônio Carlos Fon afirmou que a fonte de informação é sagrada. “O jornalista vai para a cadeia, mas não entrega a sua fonte de informação. [...] Da relação de confiança que se estabelece entre o jornalista e a sua fonte é que surgem as grandes matérias investigativas.” (FON, 2005, p. 83)<sup>5</sup>. Por isso, é necessário estar sempre atento aos objetivos daqueles que estão envolvidos no fato investigado. Fortes (2005) deixa um conselho no momento de uma apuração investigativa.

Entrevistas, muitas entrevistas, com o objetivo de obter o maior número possível de informações, contrapontos, críticas, pistas e, sobretudo, contradições dentro da apuração. Lembrar sempre de gravar cada uma delas e guardar as fitas em local seguro. (p. 38).

<sup>4</sup> A fala de Souza consta de entrevista e foi utilizada por Sequeira (2005). A citação não está em forma de publicação.

<sup>5</sup> A fala de Fon consta de entrevista e foi utilizada por Sequeira (2005). A citação não está em forma de publicação.



A partir do depoimento dos profissionais, Sequeira (2005) fala que a relação entre fonte e jornalista é complexa. Para a autora, isso obriga o repórter a sempre confrontar todas as informações repassadas pelas fontes. “O jornalista não pode esquecer que é o responsável legal [...] pelo material publicado, não podendo alegar, no caso de uma fonte mentir ou se equivocar ao fazer uma declaração, que a responsabilidade é do informante e não sua.” (p. 87). Com todos os depoimentos e afirmações coletadas, conseguimos perceber o papel do jornalista investigativo. Para obter as informações necessárias frente a uma desconfiança ou durante a apuração investigativa, o repórter pode passar por situações difíceis. Ele deve estar pronto para apurar as informações de maneira nada convencional, se comparada com a prática do jornalismo diário. Conhecer as formas de apuração utilizadas pelos repórteres no jornalismo investigativo torna-se fundamental.

### **2.3 O contraste entre o trabalho do jornalista investigativo e diário**

Os métodos de apuração dos repórteres investigativos são diferentes daqueles utilizados todos os dias nas redações. Quando falamos a respeito da investigação jornalística, o repórter deve tomar alguns cuidados durante a apuração. Uma dica importante, citada por Sequeira (2005), é sempre desconfiar. Há muitas razões que podem levar uma fonte a mentir para um jornalista, especialmente na área de investigação jornalística. “Estratégia política, rancores pessoais, vingança e disputas profissionais são algumas das causas que levam alguém a procurar o jornalista para revelar dados.” (p. 87). De acordo com a autora, é dever do repórter trabalhar com a possibilidade de a fonte estar usando-o por um motivo que ele desconhece. Para descobrir e conhecer este motivo, Sequeira (2005) apresenta algumas dicas.

O jornalista não pode denunciar uma situação só porque ela lhe parece corrupta ou incorreta, ou porque alguma fonte de informação lhe tenha sugerido. É sua obrigação ter em mãos provas documentais e toda informação pertinente ao tema. Enfim, mesmo que momentaneamente, o jornalista deve se converter em um expert no assunto que irá reportar – ou, pelo menos, ter em mãos os fatos essenciais que o levem a compreender exatamente o que está acontecendo. (2005, p. 93.).

Para obter estes documentos e entender mais a respeito desse fato que poderia ser transformado em notícia, o jornalista investigativo muitas vezes apura de forma incomum. Em determinados momentos, pode ser necessário usar disfarce, infiltração, câmeras ou gravadores escondidos. A utilização desses métodos pode causar

debates. Para Fortes (2005), essa discussão traz mais dúvidas do que respostas. Geralmente, avalia-se o resultado e não a ação. Com relação a isso, o autor faz uma crítica. “A tentação de se descobrir a verdade, ou dela se apropriar como trunfo, pode levar as redações a optarem por todo tipo de meio investigativo, legal ou não, graças à velha máxima de que os fins justificam os meios.” (p. 19). Muitas vezes, o repórter se coloca em situações arriscadas durante a apuração de uma reportagem investigativa. Momentos assim podem acontecer a partir do uso de infiltração. Segundo Sequeira (2005), essa é uma das estratégias mais comuns nas rotinas de trabalho do repórter investigativo. “O recurso leva o repórter a omitir, durante curto período, sua identidade e seus objetivos para conseguir apurar os fatos.” (p. 75).

No entanto, durante a busca por informações, o repórter não depende somente das técnicas que serão utilizadas. Ele também pode passar por alguns momentos de decisões rápidas, situações em que não possuirá tempo para consultar um editor a respeito dos procedimentos apropriados para prosseguir com a reportagem. Quando isso acontece, a única saída é tomar uma decisão. Em muitos casos, a melhor escolha é a observação de uma determinada cena. “Muitas reportagens de denúncia dependem fundamentalmente da capacidade de observação do repórter, das imagens incontestáveis, da narrativa sobre a qual ninguém pode sofismar.” (SOUZA, 2003, p. 35).

Além da infiltração e da observação, outro método utilizado por jornalistas investigativos, de acordo com Sequeira (2005), são os grampos e câmeras ocultas. Durante o seu trabalho de pesquisa, a autora entrevistou profissionais da área. Todos eles questionaram o uso desses recursos, além de se colocarem completamente contra. “Gravar uma informação à revelia da pessoa que está conversando com você informalmente, na base da confiança, na minha opinião é antiético, não é assim que se procede.” (SOUZA, 2005, p. 77). Outros entrevistados também se colocam contra o recurso. “Eu tenho o mais profundo desprezo pelo uso de grampos telefônicos. Na minha opinião, não é método para ser usado por jornalista [...] nunca usei câmera escondida ou gravador.” (FON, 2005, p. 78). É sempre necessário cercar-se de documentos prévios a respeito do assunto que está sendo apurado. Para Sequeira (2005), isso vai ajudá-lo a traçar uma estratégia relacionada ao processo de apuração sob todos os ângulos. “Somente conhecendo a totalidade da história, o jornalista poderá ter a ideia perfeita sobre as implicações do fato e como agir sobre ele.” (p. 91). Por isso, Fortes (2005) diz ser necessário fazer uma pesquisa minuciosa de cada

nuance dos fatos. “O olho do repórter investigativo tem que suplantar a pura curiosidade, assumir um quê de detetive mesmo. Uma dica importante, nesses casos, é fugir das fontes oficiais e óbvias.” (p. 35).

É realmente esta a diferença, para Souza (2003), entre o repórter investigativo e o jornalismo burocrático. Para o autor, esse mesmo jornalismo é conformado. Diante dos fatos criminais, o repórter prefere pautar-se por órgãos do estado. “Partem deles, os informantes oficiais, sugestões, abordagens e enfoques. É como, na educação, confundir educar com amestrar. O repórter investigativo é tantas vezes o seu próprio pauteiro, o senhor de suas fontes, o avaliador do interesse social.” (p. 93). A diferença entre o jornalismo investigativo para o diário é notável. A rotina de um repórter de investigação é acompanhada por métodos diferentes do comum: infiltração, busca por documentos, gravações escondidas. Todas essas maneiras de obter informações não são usadas dentro da rotina das redações. Ao mesmo tempo, é através dessa apuração diferenciada que conseguimos perceber a definição de jornalismo investigativo.

Mas, vale lembrar: alguns conteúdos publicados e vendidos como investigativos, não podem ser considerados assim. Para Fortes (2005), nem todas as reportagens se enquadram no modelo clássico da investigação primária. “A pauta, a investigação, a notícia. Ainda assim, os veículos, e principalmente, os jornalistas, tendem a imprimir às matérias de grande relevância o selo do jornalismo investigativo”. (p.17). Há uma diferença entre o jornalismo investigativo e o jornalismo sobre investigação. Feita esta discussão em torno desta área, suas características, fontes e formas de apuração, no próximo capítulo será detalhado o perfil dos integrantes do grupo focal, junto das outras técnicas utilizadas, como a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevista em profundidade.

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para abordar o tema jornalismo investigativo no interior do Rio Grande do Sul, a pesquisa partiu de reportagens publicadas em dois veículos diários do Vale do Rio Pardo – região de abrangência da Universidade de Santa Cruz do Sul. Foram analisados textos dos jornais *Gazeta do Sul*, de Santa Cruz do Sul, *Folha do Mate*, de Venâncio Aires. Para entender como esses veículos realizam jornalismo investigativo, foram coletadas duas reportagens de cada um. As publicações aconteceram entre o segundo semestre de 2016 e o segundo semestre de 2018. A partir disso, a pesquisa foi pautada na seguinte pergunta: como *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate* trabalham com jornalismo investigativo?

Antes de partir para a busca de reportagens que seriam analisadas, foram procurados autores e estudos sobre jornalismo e jornalismo investigativo. Tendo como ponto de partida estas pesquisas, os veículos-alvo deste trabalho de conclusão indicaram reportagens consideradas por eles como investigativas. Para entender mais sobre como funcionou a apuração dessas reportagens, os jornalistas que participaram da pauta foram entrevistados. Durante a pesquisa, também foram buscados jornalistas que já trabalharam nos veículos escolhidos, com o objetivo de entender o conceito de jornalismo investigativo considerado por eles em período anterior ao definido para este estudo.

Com o objetivo de coletar diferentes opiniões a respeito das reportagens estudadas, jornalistas, repórteres e acadêmicos de jornalismo do Vale do Rio Pardo foram convidados e reunidos em um grupo focal. Os participantes do evento debateram os conteúdos das publicações depois de as lerem. Finalizada a coleta de todas estas informações, falas e conceitos, partiu-se, então, para sua análise a fim de entender como a *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate* trabalham com jornalismo investigativo.

As reportagens coletadas foram escolhidas pelos próprios veículos, conforme o conceito deles de investigação jornalística. Foram estudadas as reportagens “*Bingo: o jogo não para*”, da edição de 15 e 16 de julho de 2017, publicada nas páginas 24 e 25, com manchete na capa; e “*Informalidade que virou negócio*”, da edição de 24 e 25 de junho de 2017, nas páginas 18 e 19, com manchete na capa, ambas da *Gazeta do*

*Sul. Da Folha do Mate*, foram escolhidas, da mesma maneira, as reportagens “*Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires*”, da edição de 19 de janeiro de 2018, na página 4; e “*MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel*” da edição de 27 de setembro de 2017, nas páginas 8 e 9, com manchete na capa. A pesquisa verificou se, na prática, os repórteres usam técnicas apontadas como comuns dentro do jornalismo investigativo, quais sejam o disfarce, as gravações escondidas ou a busca por documentos. Outras características também foram discutidas: se a investigação realmente partiu do repórter e se o assunto poderia ter sido omitido da população. Para estudar estas e outras perguntas, a pesquisa utilizou o método qualitativo.

Diferente da ideia que defende somente um modelo único de pesquisa para todas as ciências, a pesquisa qualitativa compreende que as ciências sociais devem ter a sua metodologia própria. Conforme Goldenberg (2009), os métodos qualitativos são usados por pesquisadores que “se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais” (p. 17). Para a autora, eles se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modo de estudo das ciências da natureza (p. 16).

Os resultados da pesquisa não seriam satisfatórios caso ela acontecesse como se estivéssemos estudando ciências físicas, onde ela é uma atividade neutra e objetiva. Nesse caso, o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 2009, p. 17). Para cobrir acontecimentos sociais de maneira adequada, são necessários “muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica” (ALLUM, BAUER, GASKELL, 2004, p. 18.)

Um trabalho aliado à ciência social exige uma coleta de experiências pessoais para chegar a uma conclusão. Através da pesquisa qualitativa, conforme Goldenberg (2009), cientistas buscam compreender valores, crenças, motivações e sentimentos humanos. Para a autora, essa é uma compreensão que só pode ocorrer caso seja colocada dentro de um contexto de significado (p. 19).

Investigar a ação empírica, conforme Allum, Bauer e Gaskell (2004), exige a observação sistemática dos acontecimentos (p. 18). Técnicas de entrevista são

usadas para compreender os sentidos dos eventos observados. Para os autores, uma análise sistemática é feita para interpretar os materiais que foram coletados de atores e espectadores. Os autores citam diferentes formas de delinear a pesquisa; de coletar dados; tratar esses dados de forma analítica; e de citar os interesses do conhecimento. “Podemos examinar um tema de pesquisa a partir de revisão da literatura, análise de conteúdo, análise de discurso, entrevistas, estudo de caso ou mesclar diversos tipos.” (BARROS; JUNQUEIRA, 2006, p. 45).

Assim como citam Barros e Junqueira (2006), este trabalho mesclou a pesquisa qualitativa com várias técnicas para estudar o jornalismo investigativo em jornais diários do Vale do Rio Pardo. Durante o desenvolvimento do estudo, foi feita pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Também foram realizadas entrevistas e grupo focal. No início da pesquisa, o primeiro passo foi começar pela revisão bibliográfica, uma maneira de estudar o que já foi publicado sobre o jornalismo e jornalismo investigativo.

### **3.1 Pesquisa bibliográfica**

É caminho natural-que a pesquisa bibliográfica seja o início do trabalho, como ocorreu neste. Conforme Stumpf (2006), nesta técnica é feita a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente ao assunto. Com o término das leituras a respeito do tema de interesse, foi feito um texto sistematizado, onde se apresentou a literatura examinada. Com isso, o pesquisador demonstra entender os pensamentos dos autores, unindo-os com as próprias opiniões e ideias. Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Essa até pode ser a única técnica utilizada na elaboração de um trabalho acadêmico, de acordo com Stumpf (2006). A autora afirma que a pesquisa bibliográfica é

Um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. (2006, p. 51).

Considerando procedimentos que identificam informações bibliográficas, existem alguns passos para facilitar o trabalho dos pesquisadores no momento de identificar e reconhecer o assunto que irá auxiliar o estudo do tema escolhido. “O

primeiro passo seria a procura de catálogos onde se encontram as relações das obras.” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 47). Depois de buscar as obras de interesse, é necessário fazer um levantamento dos conteúdos necessários para o estudo no sumário ou índice. Neste caso, o último passo seria verificar a bibliografia no final do livro ou artigo. Dessa forma, o pesquisador tem acesso a mais fontes de estudo.

Revisar a literatura é uma atividade contínua de todo o trabalho acadêmico e de pesquisa. Segundo Stumpf (2006), ela começa com a formulação do problema, objetivos do estudo e vai até a análise de resultados. Vale lembrar que nesse período de trabalho também é necessário redigir a pesquisa bibliográfica. Conforme Lakatos e Marconi (2001), a maneira como é feita a redação varia de acordo com o trabalho científico que se deseja apresentar. Stumpf (2006) afirma que é necessário estar motivado para conseguir dar prosseguimento à pesquisa. É evidente que graduandos, mestrandos e doutorandos podem ter o desejo de adquirir o título acadêmico. Mas, mais do que isso, a principal motivação pode ser a resolução de um determinado assunto.

O foco de interesse será buscado na sua vida real, especialmente na vida profissional para os já graduados, mas precisa ser estimulado através de um programa de leituras que indique haver um ponto obscuro que precisa ser investigado (STUMPF, 2006, p. 53).

A partir deste pensamento, o foco de interesse desta pesquisa foi buscado na região onde a Universidade de Santa Cruz do Sul atua. A pesquisa documental foi uma das técnicas usadas para selecionar reportagens, dos veículos *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate*, que formaram o *corpus* da pesquisa.

### **3.2 Coleta das reportagens analisadas através da pesquisa documental**

A pesquisa documental, de acordo com Moreira (2006), é frequentemente utilizada no resgate da história de meios de comunicação, personagens ou períodos. Pensando nas reportagens utilizadas durante esta pesquisa, é possível perceber que ela também é utilizada para resgatar informações publicadas em veículos de comunicação. Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental acontece quando a fonte de coleta de dados está restrita a documentos. Na maioria das vezes, a pesquisa documental caracteriza-se como qualitativa.

É, ao mesmo tempo, método e técnica. Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação Técnica porque é um recurso que

complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário. (MOREIRA, 2006, p. 272).

Normalmente, pesquisadores diferenciam as fontes da pesquisa documental como primárias e secundárias. Neste caso, pensando na classificação de Moreira, as reportagens estudadas são de origem secundária. Elas “constituem conhecimento, dados ou informação já reunidos ou organizados” (2006, p. 272). Lakatos e Marconi fazem uma divisão diferente de Moreira. A pesquisa documental, ainda que tenha o mesmo nome, é feita somente com documentos. Para as autoras, quando pesquisamos jornais impressos – como é o caso desse estudo, estamos fazendo uma pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias. Conforme elas, esse método abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. (2001, p. 183). Há, também, uma explicação de Eco (1996) que ajuda na compreensão da diferença entre fontes primárias e secundárias.

Uma fonte é de segunda mão por várias razões. Se pretendo fazer uma tese sobre os discursos parlamentares de Palmiro Togliatti, os discursos publicados pelo [jornal] Unità constituem fonte de segunda mão. Ninguém me garante que o redator não tenha feito cortes ou cometido erros. Fontes de primeira mão serão as atas parlamentares. (p. 39).

Lakatos e Marconi explicam que essa etapa do trabalho “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (2001, p. 183). Para ajudar na análise das reportagens, foram feitas entrevistas com jornalistas e repórteres. Assim foi possível conhecer a opinião de cada um dos envolvidos na pauta, além de entender melhor como foi feita a construção das respectivas reportagens.

### **3.3 Entrevista em profundidade como ferramenta para explorar a opinião de profissionais**

Considerando o interesse de conhecer a opinião sobre investigações jornalísticas foram feitas entrevistas com jornalistas e repórteres dos meios de comunicação escolhidos para esta pesquisa. No entanto, são várias formas que podem ser usadas para nortear essa conversa. A escolhida foi a entrevista em profundidade, uma técnica qualitativa se comparada com a entrevista de levantamento fortemente estruturada ou da conversação continuada menos estruturada da observação participante. Duarte (2006, p. 62) afirma que essa é uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e



experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. Ainda conforme o autor, essa abordagem possui várias qualidades como a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas.

Lakatos e Marconi complementam as afirmações de Duarte e definem a entrevista como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 195). Duarte (2006) acrescenta que essa é uma forma de recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, escolhida por deter informações que se deseja conhecer. Para isso, Lakatos e Marconi (2001) acreditam que a conversa deve acontecer face a face, de forma metódica. Duarte (2006) acrescenta ao pensamento dos autores que a entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. (p. 63). Além disso, é necessário prestar atenção ao participante que possui o papel principal. Para Gaskell (2004), este é o entrevistado.

É a sua construção pessoal do passado. No decurso de tal entrevista, é fascinante ouvir a narrativa em construção: alguns dos elementos são muito bem lembrados, mas detalhes e interpretações falados podem até mesmo surpreender o próprio entrevistado. Talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos (p. 75).

Com essa técnica, não se busca saber quantas ou qual a proporção de pessoas que identifica determinado atributo na empresa “A”. O objetivo é saber como ela é percebida pelo conjunto de entrevistados (DUARTE, 2006, p. 63). Conforme o autor, a entrevista em profundidade possibilita inúmeras descobertas como

Entender como produtos de comunicação estão sendo percebidos por funcionários, explicar a produção da notícia em um veículo de comunicação, identificar motivações para uso de determinado serviço, conhecer as condições para uma assessoria de imprensa ser considerada eficiente, identificar as principais fontes de informação de jornalistas que cobrem economia. (2006, p. 63).

Diferente de Duarte, que define a técnica como entrevista em profundidade, Lakatos e Marconi nomeiam como entrevista despadronizada ou não-estruturada. Para elas, a prática traz a oportunidade do pesquisador guiar a conversa em qualquer

direção que deseja, seguindo os objetivos da pesquisa. “Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.” (2001, p. 197). Duarte acrescenta que essa é uma técnica útil para a apreensão de uma realidade, assim como para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado. Ele aponta três tipos de entrevistas em profundidade: aberta, semiaberta e fechada. No entanto, Lakatos e Marconi (2001) classificam-nas em três tipos: focalizada, clínica, não dirigida. Pensando em Duarte, a técnica escolhida foi a semiaberta. O mesmo processo é intitulado por Lakatos e Marconi como focalizada. Esse modelo conta com um roteiro de questões-guia, criadas a partir do interesse da pesquisa. Ela possui um roteiro de controle. “A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta de forma mais aberta possível.” (DUARTE, 2006, p. 66).

Lakatos e Marconi (2001) também citam a necessidade de ter um roteiro de tópicos relacionados ao problema que se vai estudar. Para os pesquisadores, é nesse momento que o entrevistador possui a liberdade de fazer as perguntas que quiser. “Sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal. Para isso, são necessários habilidade e perspicácia por parte do entrevistador.” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 197). Geralmente, entrevistas semiabertas possuem entre quatro e sete questões. São tratadas individualmente como perguntas abertas. “O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta.” (DUARTE, 2006, p. 66). Para Lakatos e Marconi (2001), a liberdade que as perguntas dão ao entrevistado é uma vantagem. Há flexibilidade. Isso permite que elas sejam repetidas ou esclarecidas, assim como o entrevistado pode formular as questões de maneira diferente. Além disso, a entrevista é uma maneira de obter dados que não se encontram em fontes documentais.

Nesta entrevista, os jornalistas dos veículos escolhidos foram questionados a respeito de técnicas utilizadas em reportagens investigativas, importância da investigação jornalística, experiências com investigações e dificuldades que um veículo enfrenta no momento de investigar determinado acontecimento. No entanto, é necessário definir um tópico-guia. Um roteiro que vai lembrar o entrevistador das questões estabelecidas com a motivação de não fugir do objetivo da pesquisa. Gaskell (2004) afirma que ele deve caber em uma página. “Ele não é uma série extensa de

perguntas específicas, mas ao contrário, um conjunto de títulos de parágrafos.” (GASKELL, 2004, p. 67). É uma forma de monitorar o andamento da entrevista. Segundo o autor, um bom tópico-guia vai criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica.

Além disto, vale frisar que os entrevistados devem ser cuidadosamente selecionados. Eles não podem ser escolhidos conforme uma pesquisa quantitativa. São métodos com objetivos diferentes. “A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.” (GASKELL, 2004, p. 68). Ainda de acordo com o autor, a escolha dos entrevistados deve maximizar a oportunidade de compreender as diferentes posições tomadas pelos membros do meio social. Por isso, foram escolhidos repórteres e editores de dois veículos: *Folha do Mate* e *Gazeta do Sul*. Dessa forma, foi possível captar a opinião de jornalistas e repórteres com diferentes idades, níveis de formação e de cidades diferentes. Do primeiro jornal, foram entrevistados os repórteres Álvaro Pegoraro, Carlos Dickow e Juliana Bencke. Da *Gazeta do Sul*, foram entrevistados os profissionais Fernanda Szczecinski, João Pedro Kist, Letícia Mendes, Otto Tesche e Pedro Garcia.

Ainda assim, vale lembrar que não existe um método específico para escolher os entrevistados de uma pesquisa qualitativa. “Aqui, devido ao fato de o número de entrevistados ser necessariamente pequeno, o pesquisador deve usar sua imaginação social científica para montar a seleção dos respondentes.” (GASKELL, 2004, p. 70). Também é necessário estar atento ao número de entrevistas feitas já que, segundo o autor, o número de entrevistas não indica a qualidade do trabalho. Para o autor, existe um número limitado de interpelações, ou versões, da realidade. “Neste ponto, representações de um tema de interesse comum, ou de pessoas em um meio social específico são, em parte, compartilhadas.” (GASKELL, 2004, p. 71). Além das entrevistas, também foi promovido um grupo focal para captar opiniões sobre as reportagens escolhidas.

### **3.4 Uma discussão sobre a existência de investigação nas reportagens através do grupo focal**

Após as entrevistas com jornalistas dos veículos escolhidos, foi promovido um grupo focal que requer, no mínimo, 6 e, no máximo, 12 participantes. Foram

convidados jornalistas, repórteres e acadêmicos de Jornalismo. Eles não precisavam ser leitores dos jornais *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate*. Conforme Gaskell (2004), durante o grupo focal, o entrevistador – geralmente chamado de moderador – é o catalisador da interação social entre os participantes. Costa (2006) complementa a fala de Gaskell (2004) e afirma que a ferramenta ajuda a identificar tendências, o foco e desvenda problemas.

Como a pesquisa foi baseada em duas reportagens de cada um dos veículos, os participantes foram apresentados aos conteúdos antes de responder questões a respeito das reportagens. Isso foi necessário uma vez que, conforme Costa (2006, p. 182), assegura a homogeneidade de impacto do grupo. Essa é uma técnica cheia de vantagens para a pesquisa. Para Gaskell (2004) um dos objetivos do grupo focal é fazer com que os participantes conversem entre si. Conforme o autor, essa é uma interação social mais autêntica do que a entrevista em profundidade. “Os sentidos ou representações que emergem são mais influenciados pela natureza social da interação do grupo em vez de se fundamentarem na perspectiva individual.” (GASKELL, 2004, p. 75).

Costa (2006) compartilha da opinião de Gaskell (2004) e afirma que o grupo focal garante a interação entre os participantes, o que enriquece as respostas (p. 182). Para que essa interação social aconteça da melhor forma, é necessário haver características como a flexibilidade para o moderador na condução do roteiro.

Em alguns casos, as vantagens podem se transformar em desvantagens – como o descontrole que o moderador tem sobre os dados gerados. Além disso, talvez o grupo focal não seja um ambiente natural para todos. Por isso, de acordo com Costa (2006), ele pode refletir ou não o comportamento individual de todos os participantes. Talvez alguns se inibam ou sigam a opinião de uma das fontes cuja participação parece ser mais exuberante. Apesar de Costa (2006) acreditar que alguns dos participantes não se sintam tão confortáveis para opinar, Gaskell (2004) frisa que o grupo focal propõe um ambiente mais natural e holístico. “Os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros.” (2004, p. 76).

Mesmo acreditando que os participantes possam se inibir durante o grupo focal, Costa (2006) reconhece a efetividade do debate. “O grupo focal é altamente

recomendável quando se quer ouvir as pessoas, explorar temas de interesse em que a troca de impressões enriquece o produto esperado, quando se quer aprofundar o conteúdo de um tema.” (COSTA, 2006, p. 183). Gaskell (2004) também cita algumas das características que podem ser consideradas como vantagens ao ser usada a técnica de grupo focal. A primeira, para o autor, é a “sinergia” que “emerge da interação social [...]. O grupo é mais do que a soma de suas partes.” Outro ponto positivo é “observar o processo do grupo”, notando “a dinâmica da atitude e da mudança de opinião e a liderança de opinião” (p. 76).

Passada a definição da técnica, foi necessário pensar no roteiro de perguntas que seriam usadas com os participantes. Segundo Costa (2006), o roteiro deve ter entre uma e duas páginas. Ele “não deve funcionar como uma camisa de força” (COSTA, 2006, p. 183). Pelo contrário, é necessário ser flexível quando os participantes estiverem desenvolvendo uma opinião ou resposta inesperada pelo roteiro. “Há ocasiões em que os participantes respondem, com uma pergunta, duas ou três questões programadas para mais adiante.” (COSTA, 2006, p. 183). Ainda de acordo com a autora, o moderador precisa prestar muita atenção ao movimento do grupo, já que as próprias respostas dos participantes podem gerar perguntas de desdobramento.

No roteiro, foram usados dois tipos de questões: as desestruturadas e as estruturadas. No primeiro caso, os participantes foram questionados a respeito das técnicas, reportagens e características do jornalismo investigativo em geral. Com as questões desestruturadas, segundo Costa (2006, p. 184), os entrevistados podem se referir a qualquer aspecto dos estímulos apresentados na questão. As perguntas estruturadas foram feitas após a leitura das quatro reportagens escolhidas para a pesquisa, duas da *Gazeta do Sul* e duas da *Folha do Mate*. Esse tipo de questão chama atenção para um tipo particular de resposta para o objeto de estímulo. Questões estruturadas são mais direcionadas e estabelecem direções para as respostas. No entanto, não sugerem respostas específicas. “Elas tendem a mover a discussão para direções particulares e promover um estreitamento da discussão.” (COSTA, 2006, p. 185).

Neste sistema, trabalhamos como moderadora. Para a autora, uma das maiores buscas do papel de moderador é o de compreender e não inferir nem

generalizar. Como o moderador é aquele que conduz a reunião, é necessário seguir as dicas de Costa a respeito deste papel. “Um bom moderador é aquele que não induz às respostas os participantes e consegue fazer com que um maior número possível dos participantes participe ativamente da conversa”. (COSTA, 2006, p. 186). De acordo com Gaskell (2004), a tarefa do moderador é facilitar o progresso do grupo em direção à etapa final, a do “desempenho” (p. 77). É preciso cuidar o nível de envolvimento do moderador, já que

Qualquer manifestação de parcialidade pode distorcer as respostas porque, para o grupo, o moderador é a autoridade e há uma tendência de os participantes agradarem o moderador, levando a certa conformidade nos resultados. (COSTA, 2006, p. 186).

O grupo focal contou com oito participantes. Neste trabalho, eles serão identificados pelos números. A participante 1 (P1) tem 24 anos e está se formando em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Ela é estagiária no Portal Gaz, site de notícias do Grupo Gazeta de Comunicações, empresa responsável pela circulação da *Gazeta do Sul*. A participante 2 (P2) tem 22 anos, está no oitavo semestre de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Unisc. Ela é estagiária na *Folha do Mate*, em Venâncio Aires. A participante 3 (P3) tem 22 anos, está se formando em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Unisc. O trabalho de conclusão de curso dela tratou a respeito de Jornalismo Investigativo. Ela trabalha no jornal *Arauto*, de Vera Cruz, na área de criação.

O participante 4 (P4) tem 46 anos e é jornalista formado pela Unisc. Ele atua na área há 28 anos. Já não trabalha mais em redações tradicionais. É especializado em Comunicação Digital, Mestre em Letras e doutorando na área de Letras, focado na área de Narrativas da Comunicação. O participante 5 (P5) tem 32 anos, formou-se em Jornalismo pela Unisc em 2011. Atua na Rádio Atlântida desde 2007. Desde 2012, gerencia a rádio do Vale do Rio Pardo e começou, em outubro deste ano, a gerenciar a Atlântida da região de Caxias do Sul. O participante 6 (P6) formou-se na segunda turma de comunicadores da Unisc. Tem 43 anos, atua como Assessor de Imprensa da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul. Trabalha desde os 18 anos na área. Atuou com repórter na *Gazeta do Sul* por 13 anos e outros três no Informativo do Vale, localizado em Lajeado. Possui uma agência da Comunicação em Santa Cruz do Sul e duas pós-graduações em Comunicação Empresarial.

O participante 7 (P7) tem 25 anos e trabalha há dois anos no Grupo Arauto. Estagiou por dois anos na Rádio Gazeta e outros dois anos na Unisc TV. Já o último participante (P8), de 38 anos, formou-se na quarta turma de Jornalismo da Unisc. Trabalha na Rádio Gazeta há 15 anos. Antes, trabalhou por dois anos na Rádio Venâncio. Durante 13 anos na Rádio Gazeta, atuou como repórter geral. Ao mesmo tempo, atua como responsável pela editoria de Política da rádio há dez anos. Há dois anos, é coordenador de Jornalismo.

Com este detalhamento da metodologia e dos diversos passos seguidos no processo de construção deste trabalho de conclusão de curso, na sequência são apresentados de forma breve os jornais *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate*, veículos dos quais foram retiradas reportagens para identificação e presença do jornalismo investigativo.

#### 4 OS DESAFIOS DA INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA EM CIDADES DO INTERIOR

Passados os caminhos metodológicos utilizados durante esta pesquisa, faz-se necessário conhecer os veículos analisados neste estudo. Nesta seção, *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate* serão apresentados. Considerando a apuração como diferencial da investigação jornalística, também será apresentada a forma como cada uma das reportagens foram construídas, com o depoimento dos repórteres entrevistados. Os profissionais que participaram deste estudo estão inseridos em veículos de cidades do interior, onde a investigação jornalística pode ser ainda mais desafiadora. O jornalismo investigativo é prejudicado pela correria das redações e pelo encolhimento do número de repórteres, fatores que se tornam ainda mais latentes em jornais pequenos. Geralmente, os veículos priorizam as últimas notícias. Por isso, é necessário sempre ressaltar que trabalhar em uma apuração no jornalismo diário e no jornalismo investigativo tem diferenças. Enquanto o primeiro informa o factual, Sequeira (2005) afirma que a investigação jornalística visa esmiuçar os acontecimentos e denunciar situações que prejudicam a sociedade em busca da “verdade jornalística”, levando o profissional a lançar mão de estratégias que os jornalistas de atualidade não costumam empregar. (p. 74).

Estas estratégias de apuração vão além de simplesmente coletar informações com fontes de informação. “Na maioria das vezes, as reportagens apenas reproduzem declarações de pessoas interessadas nas denúncias e se escondem em uma pretensa objetividade, ouvindo a defesa dos acusados.” (PENA, 2005a, p. 202). Conforme o autor, esse tipo de trabalho não pode ser considerado como jornalismo investigativo. É necessário ir além das fontes de informações oficiais e fazer a sua própria investigação. “O repórter deve prestar atenção tanto às informações oficiais como àquelas que ele mesmo irá, obrigatoriamente, coletar durante a apuração. A partir daí, tudo passa a ser uma questão de foco” (FORTES, 2005, p. 38).

Trabalhar da forma citada pelos autores se torna complicado em alguns cenários, como os de veículos de pequenas cidades. Para Álvaro Pegoraro<sup>6</sup>, tentar fazer um pouco daquilo que jornalistas de grandes veículos fazem pode ser difícil em um município pequeno. “Tem coisas que tu vê e, claro, não são casos graves, mas tu tens que olhar para o lado, fechar metade do olho, e vamos seguir adiante.”

---

<sup>6</sup> Repórter da *Folha do Mate*



(PEGORARO, 2018)<sup>7</sup>. Repórter responsável pela editoria de polícia da *Folha do Mate*, Pegoraro trabalha no veículo há trinta anos. Ele começou no jornal de Venâncio Aires como vendedor de anúncios. Mas logo percebeu que preferia trabalhar dentro da redação, com fotografia. Acabou se tornando repórter por acaso. O repórter de polícia, na época, não pode fazer a cobertura de um acidente de trânsito com morte. Pegoraro estava disponível e foi no lugar dele.

Fundada em 6 de outubro de 1972 em Venâncio Aires, a *Folha do Mate* circula de terças a sábados. Ela é distribuída com uma tiragem de 6,5 mil exemplares<sup>8</sup>, além de Venâncio Aires, em Mato Leitão, Vale Verde, Passo do Sobrado e Santa Cruz do Sul.<sup>9</sup> Deste veículo, foram estudadas duas reportagens. Elas foram escolhidas e enviadas pela editora da *Folha do Mate*, Letícia Wacholz, que tomou como ponto de partida o conceito de investigação jornalística do jornal. Uma delas intitulada “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel” (Anexo A), de 27 de setembro de 2017, escrita pelo repórter Carlos Dickow<sup>10</sup>, e a outra é “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires” (Anexo B), publicada em 19 de janeiro de 2018 e escrita por Juliana Bencke<sup>11</sup>.

Apesar da disponibilidade de reportagens consideradas investigativas pela *Folha do Mate*, Pegoraro afirma que raramente são publicadas investigações feitas por jornalistas nas páginas policiais. Segundo o entrevistado, pessoas que não trabalham no veículo sentem o direito de cobrar a respeito das informações divulgadas. Toda e qualquer investigação se torna complicada. “Por essa questão de cidade pequena, se comprometer com outras fontes... Pode-se dizer que nada na polícia. Muito pouco, quase nada.” (2018). De fato, Sequeira (2005) afirma que a reportagem investigativa demanda tempo para ser realizada e tem cada vez menos espaço nas páginas dos jornais (p. 189). Quando o jornalismo investigativo começou a se desenvolver no Brasil, por volta de 1970, a realidade dentro das redações era diferente. Conforme a autora, atualmente o repórter da área se depara com um contexto adverso (p. 189).

As mudanças começaram nos anos 1980, com a introdução das novas tecnologias adaptadas ao jornalismo, quando é reformulado o sistema do

---

<sup>7</sup> Informações coletadas a partir de entrevista realizada em 11 de outubro de 2018 em sala de entrevistas cedida pela *Folha do Mate* em Venâncio Aires

<sup>8</sup> De acordo com a editora da *Folha do Mate* Letícia Wacholz

<sup>9</sup> Informações retiradas do portal oficial da *Folha do Mate*. Disponível em: <  
<http://www.folhadomate.com/pagina/expediente>>

<sup>10</sup> Repórter da *Folha do Mate*

<sup>11</sup> Jornalista da *Folha do Mate*

trabalho nas redações – que, para se adaptar à velocidade de circulação de notícias, passa a exigir do profissional um trabalho em ritmo acelerado (p. 189).

A rapidez da informação parece não combinar com o trabalho do repórter investigativo. Para Pegoraro (2018), jornalismo investigativo é aquele em que o repórter busca por todas as informações e checa todas elas. “Até tu teres a certeza do que foi feito, quem fez, como fez e o que fez. Quem atingiu e sem medir danos a quem quer que seja, tu mostres aos teus leitores, aos teus ouvintes, aos teus telespectadores.” (2018). A opinião de Pegoraro (2018) vai de encontro com a definição de Pena (2005a) sobre jornalismo investigativo. Para o autor, a investigação jornalística busca a informação primária e não se contenta com as versões ou com as fontes secundárias (p. 201). “Seu objetivo é transitar pelos bastidores das notícias, arrancando o véu opaco de acontecimentos obscuros, cujos protagonistas fazem de tudo para escondê-los.” (p. 201). Ainda de acordo com o Pena (2005a), investigar significa pesquisar, confrontar, verificar, analisar, insistir (p. 201).

Este processo, na opinião de Otto Tesche<sup>12</sup>, resulta na profundidade de informações. “É aquela reportagem que demanda mais tempo, que demanda mais pesquisas, busca por informações, mais fontes e mais fontes. É aquilo que é diferente do jornalismo do dia a dia.” (TESCHE, 2018)<sup>13</sup>. Tesche atua na *Gazeta do Sul* há 27 anos. Atualmente, o veículo tem uma tiragem de 12 mil exemplares durante a semana e 15 mil exemplares nos finais de semana<sup>14</sup>. Tesche (2018) começou como repórter na editoria de Geral, onde trabalhou por pelo menos um ano. Depois foi transferido para a editoria Regional. Assim como Pegoraro (2018), o jornalista também acredita que o tamanho do município pode prejudicar a investigação jornalística. De acordo com Tesche (2018), a *Gazeta do Sul* publica reportagens investigativas. “Como é um jornal pequeno e a gente não tem muita disponibilidade de repórteres, a gente faz mas não com tanta frequência. É esporádico, as vezes surge algum fato que a gente consiga fazer.” (TESCHE, 2018). O contexto adverso à investigação jornalística identificado por Tesche (2018) foi observado durante o trabalho de pesquisa de Sequeira (2005). Jornalistas de outros veículos também se sentem aflitos com o pequeno número de profissionais disponíveis.

---

<sup>12</sup> Coordenador de produção da *Gazeta do Sul*

<sup>13</sup> Informações coletadas a partir de entrevista realizada em 2 de outubro de 2018 em sala cedida pela *Gazeta do Sul* em Santa Cruz do Sul.

<sup>14</sup> De acordo com o diretor de conteúdo multimídia da *Gazeta do Sul* Igor Müller

As preocupações dos profissionais atualmente estão voltadas para a crise econômica que assola as empresas de comunicação, limitando o trabalho dos repórteres investigativos, que deparam com redações cada vez mais enxutas e pouco espaço para publicação de suas matérias. (p. 190).

Ainda que exista um contexto adverso, a *Gazeta do Sul* já trabalhou com reportagens de fôlego. Uma delas conta a história sobre o caso Kliemann<sup>15</sup> (TESCHE, 2018). Ela foi escrita por Ricardo Düren e Leticia Mendes, jornalistas considerados por Tesche (2018) como referência no veículo quando se trata de jornalismo investigativo. A dupla entrevistou inúmeras pessoas ligadas a esta história com tanta profundidade, que a reportagem se transformou em uma série. Outros jornalistas, como Pedro Garcia e Emílio Gapinski, também foram lembrados por Tesche (2018). Tesche (2018) afirma que a *Gazeta do Sul* consegue fazer entre uma e duas reportagens investigativas por mês. No passado, havia mais repórteres disponíveis. Dessa forma, investigações jornalísticas aconteciam com maior frequência.

Como tinha mais funcionários, uma equipe maior, se conseguia fazer. Destacar um repórter que pudesse dedicar uma semana inteira em torno de um assunto. Mas isso é uma característica de todos os jornais do interior. A gente não consegue fazer muitas. Não consegue fazer uma por semana, por exemplo. (TESCHE, 2018).

Estes problemas citados por Tesche (2018) também são percebidos por profissionais da chamada grande imprensa. De acordo com Sequeira (2005), muitas reportagens têm sido abortadas pela falta de recursos e pelo enxugamento das redações. “A redução das equipes de reportagem dos jornais afasta da investigação muitos profissionais, obrigados a participar do dia-a-dia da redação para que o veículo possa “fechar” dentro dos prazos estipulados pela direção da empresa” (p. 184-185). Apesar deste afastamento dos profissionais da investigação jornalística, citado por Sequeira (2005), repórteres que se propõem ou são indicados para trabalhar em investigações jornalísticas recebem o apoio da empresa. Segundo Tesche (2018), fotógrafos e veículos estão disponíveis para os jornalistas em caso de necessidade. Outros materiais como microfones e gravadores a serem usados escondidos foram comprados pela *Gazeta do Sul*. O recurso, apesar de ser uma das características do jornalismo investigativo, é questionado por alguns autores. Para Pena (2005a), usar câmera escondida é válido quando o jornalista não se passa por outra pessoa e a

---

<sup>15</sup> Deputado Estadual Euclides Nicolau Kliemann, foi assassinado em agosto de 1963 nas dependências da Rádio Santa Cruz, em Santa Cruz do Sul.

investigação é profunda, com conclusões precisas e uma rigorosa checagem de informações (p. 203).

Há repórteres que vão além do papel da política, praticando atos que são proibidos aos próprios policiais. A falsidade ideológica é mais comum. Já as escutas telefônicas ou as gravações com câmeras escondidas só podem ser feitas com autorização judicial. Mas como os jornalistas não podem recorrer ao judiciário, gravam primeiro, assumem as consequências depois. (PENA, 2005a, p. 202).

A câmera escondida foi utilizada em uma das reportagens enviadas pelo diretor de conteúdo multimídia do veículo, Igor Müller. “Bingos: o jogo não para” (Anexo C) veiculada em edição de fim de semana, nos dias 15 e 16 de julho de 2017, escrita por Letícia Mendes e Pedro Garcia. Os dois também trabalharam na reportagem “Informalidade que virou negócio” (ANEXO D), publicada em uma edição de sábado e domingo, dias 24 e 25 de junho de 2017. Esta reportagem contou com a participação dos repórteres João Pedro Kist e Fernanda Szczecinski.

Quando o repórter busca informações por conta própria, é comum que reportagens publicadas se transformem em processos jurídicos. Da mesma forma como na *Gazeta do Sul*, Pegoraro (2018) afirma ter o auxílio e o suporte da *Folha do Mate*. Os repórteres contam com assessoria jurídica quando necessário. “Eu sei o que posso publicar e o que não posso.” (PEGORARO, 2018). Assim como Pegoraro (2018), outros profissionais da área também se preocupam com processos jurídicos provenientes de reportagens investigativas.

Eles têm consciência de que o custo do jornalismo investigativo e a escalada das ações indenizatórias, com sentenças pesadas, podem inviabilizar essa categoria jornalística nas empresas de portes médio ou pequeno. Por isso, há um cuidado excessivo, entre os profissionais, para não infringir o Código de Ética dos Jornalistas, em não ultrapassar balizas éticas, preocupação que, em última instância, pode estar limitando o trabalho de apuração do profissional. (SEQUEIRA, 2005, p. 190).

Limitar o trabalho do jornalista pode ser prejudicial. Não somente pensando no âmbito do jornalismo investigativo, mas também do jornalismo em geral. Lage (2003) afirma que, atualmente, a informação é essencial à vida das pessoas (p. 21).

Para o planejamento de qualquer atividade prática – da escolha de carreira profissional a uma compra a prazo, investimento financeiro ou ida a uma casa de espetáculos -, as pessoas necessitam de informações que estão nos veículos de comunicação ou podem ser inferidas a partir do que eles noticiam. (p. 21).

Apesar de ser fundamental, nem todas as informações estão disponíveis aos leitores. Por isso, os jornalistas investigativos devem sempre buscá-las de acordo com

a função de guardião, apontada como a mais importante no jornalismo investigativo por Kovach e Rosenstiel (2003).

Mesmo sendo igual em muitos aspectos a todos os outros tipos de jornalismo, exige habilidades especiais, um temperamento especial, uma vontade especial. Requer ainda um sério investimento de recursos, um desejo de cobrir assuntos sérios e uma imprensa independente de qualquer interesse – exceto o do consumidor de notícias. Elogios à parte, o princípio do guardião, como outros aqui explicados, enfrenta hoje mais desafios do que em qualquer outra época. (p. 197).

Assim como citado pelos autores, são muitos os obstáculos. Trabalhar como jornalista investigativo já é um grande desafio. Por vezes, o profissional atua sozinho e acumula várias atividades. “O repórter investigativo é tantas vezes o seu próprio pauteiro, o senhor de suas fontes, o avaliador do interesse social, o Quixote das causas perdidas, o que consegue ver o que a maioria não consegue.” (SOUZA, p. 93). Muito além da forma como a apuração é conduzida, Bencke (2018) cita a existências de dificuldades para fazer jornalismo investigativo no interior. Ela afirma que este é um jornalismo que busca coisas que não estão aparentes, demandado mais trabalho do que uma simples entrevista ou uma matéria do dia a dia. Bencke foi a autora de uma das reportagens apontadas pela *Folha do Mate* como investigativas.

#### **4.1 A investigação jornalística sob o olhar de profissionais da *Folha do Mate***

Ao pensarmos na definição de investigação jornalística, devemos sempre pensar no trabalho do repórter. A apuração feita pelo jornalista define se a reportagem pode ser considerada investigativa ou não. “É bom deixar claro: jornalismo investigativo não se baseia em denúncias, apenas começa com elas. A base mesmo é uma sólida pesquisa por parte do repórter” (PENA, 2005a, p. 202). Para trabalhar em uma investigação jornalística é necessário ter disponibilidade. Porém, o ritmo das redações está na contramão desta apuração. “Corre-se tanto contra o tempo como a favor da verdade, e é nesse equilíbrio que reside o bom resultado de uma investigação. Em alguns casos, a disposição de se fazer uma boa reportagem incorre em uma mudança radical de rotina.” (FORTES, 2005, p. 69). Viver esta grande mudança, citada por Fortes (2005), ainda parece ser possível para alguns profissionais. Repórteres no início da carreira, conforme Kunczick (1997), acreditam que os jornalistas são livres e independentes. (p. 18). Porém, é notável que a realidade é muito diferente. Para Bencke (2018) é impossível repórteres trabalharem com

exclusividade em determinada reportagem. “Isso não é viável no jornalismo de interior, jornalismo local. Por não ter gente, por ter uma demanda muito grande para cada repórter, pela dificuldade e pela proximidade.” (BENCKE, 2018).

A autora escreveu a reportagem “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires” a partir de uma denúncia feita por moradores da localidade. Eles apareceram na sede do veículo em uma manhã com uma garrafa d’água. “Eu poderia ter pego aquilo, tirado uma foto delas com aquela garrafinha d’água e feito uma notinha para o jornal. Mas eu pensei: tem uma história boa aí por trás.” Paredão Pires é uma comunidade do interior de Venâncio Aires que fica a cerca de 60 quilômetros do meio urbano de Venâncio Aires. Todo o trajeto é composto por estrada de chão. Antes de ir até o local, a jornalista orientou os moradores a buscarem a solução nos órgãos competentes.

Ao lado do fotógrafo Alvaro Pegoraro, Bencke (2018) levou uma manhã inteira para apurar as informações no local. A jornalista acompanhou moradores durante a coleta d’água, além de tomar a água que eles consomem. “Provei a água para ver como é que era. Tudo isso. Era um gosto muito estranho. Não era uma água leve. Era uma água viscosa.” (BENCKE, 2018). De acordo com ela, eles têm acesso a duas fontes de água diferente. Um açude e um poço que, na época da matéria, estava interditado. “Ele não poderia ser usado. Ele tem níveis de flúor e de ferro muito altos.” (BENCKE, 2018). O processo de construção da reportagem e o acesso às fontes foi tranquilo. Já para Carlos Dickow, autor da reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, foi mais complicado. O caso apurado por Dickow<sup>16</sup> envolvia diversas pessoas como políticos e advogados. Ele começou a buscar informações sobre o caso em uma segunda-feira, durante uma sessão da Câmara de Vereadores de Venâncio Aires. A reportagem foi publicada na edição de quarta-feira. Não foi possível encontrar todas as fontes necessárias. Elas foram buscadas em reportagens que continuaram a noticiar sobre o acontecimento.

Para Dickow (2018), o jornalismo investigativo parte de uma informação cujo repórter não possui certeza de que ela é correta. “A gente tem por hábito, na Folha, buscar as fontes oficiais. Hoje a gente trabalha assim aqui. No caso específico dessa matéria do Eduardo foi assim.” (DICKOW, 2018). Áudios envolvendo o vereador e advogado Eduardo Kappel começaram a circular em Venâncio Aires cerca de dois

---

<sup>16</sup> Informações coletadas em entrevista feita em 11 de outubro de 2018 em sala de entrevistas cedida pela *Folha do Mate* em Venâncio Aires

meses antes da publicação da reportagem. A apuração de Dickow começou no instante em que a Polícia e o Ministério Público se envolveram no caso.

A gente poderia ter trabalhado esse material talvez até dois meses antes. Já circulavam notícias, já circulava o áudio dele tratando com o cara. A gente preferiu que isso se tornasse oficial. [...] A questão da investigação existe no sentido de que surgiu uma informação sendo ela verdadeira ou não e tu tem que ir em busca dessa confirmação, né. Eu acho que basicamente é isso. (DICKOW, 2018).

Diferente de Dickow (2018), Nascimento (2010) afirma que o jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter (p. 21). O autor ainda diz que “vazamento de informações de autoridades, repasse de descobertas de terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por um investigador [...] não são considerados exemplos de jornalismo investigativo” (p. 21). Durante a construção da reportagem, o primeiro contato que Dickow teve com os áudios foi através de grupos do WhatsApp. Neles, Eduardo Kappel trata com o cliente Ademar Fracalossi, condenado por tráfico de drogas, sobre honorários. Na gravação, Kappel cita o nome do irmão, o desembargador Rinez Trindade, e afirma que ele participaria do processo. Supostamente, Trindade facilitaria para que Fracalossi fosse solto. No áudio, os dois envolvidos se desentendem. “Se tinha noção de que sim, aquilo era um fato e que iria repercutir muito, tanto pela questão de ele ser advogado, quanto pela situação de vereador.” (DICKOW, 2018). O repórter, no entanto, frisa que o veículo preferiu aguardar pelo posicionamento da Polícia e do Ministério Público.

#### **4.2 A infiltração e o uso de câmera escondida nas reportagens da *Gazeta do Sul***

Diferente da reportagem feita por Dickow, Letícia Mendes e Pedro Garcia elaboraram reportagens sem partir da investigação de órgãos públicos. Os jornalistas escreveram sobre informações que foram coletadas durante a apuração dos acontecimentos. Eles trabalharam juntos nas reportagens “Informalidade que virou negócio” e “Bingos: o jogo não para”. A primeira trata do transporte clandestino. Nesta ocasião, eles contaram com o auxílio dos repórteres João Pedro Kist e Fernanda Szczecinski. De acordo com Mendes, a apuração durou três semanas. Debates a respeito da condução da pauta começaram quando um cartão, oferecendo o serviço, apareceu na redação. “Quando a gente viu o cartão, a gente viu que a coisa estava

muito—escancarada.” (MENDES, 2018)<sup>17</sup>. Questionamentos a respeito da prática clandestina começaram, em um primeiro momento, em contato com taxistas regulares.

Eles diziam que tinha muito táxi clandestino. Aí a gente começou a debater a pauta, mas como fazer, de que forma mostrar isso, que é o mais complexo, vai flagrar, vai tirar foto, como fazer. Isso foi um bom tempo que a gente foi debatendo assim até chegar à conclusão que a gente faria então essa série de corridas, selecionaria alguns motoristas, procuraria alguns contatos, e faria essa série de corridas. Para isso, a gente selecionou vários repórteres. (MENDES, 2018).

A decisão de convidar Szczecinski e Kist para participar da reportagem durante as corridas em veículos clandestinos, de acordo com Garcia (2018), partiu do fato de ambos serem repórteres jovens. Eles se passaram por estudantes. “A nossa ideia era fazer uma comparação do quanto custava um táxi do Centro até a Unisc e um táxi clandestino para ver a diferença de preço.” (GARCIA, 2018)<sup>18</sup>. Ao chegar na redação, os dois repórteres faziam um relatório para Garcia e Mendes a respeito da corrida. “Eles fizeram as corridas por serem mais jovens. Normalmente os motoristas não iriam desconfiar que eram repórteres. As fotos deles não saem no jornal.” (MENDES, 2018). Para Sczeninski, a decisão faz sentido. Tanto ela quanto o colega não possuíam uma imagem pública conhecida na época. “Se fosse um repórter mais antigo, um editor, alguém que já tem um nome, poderia ser reconhecido.” (SZCZECINSKI, 2018)<sup>19</sup>. Kist concorda com a decisão e afirma que Mendes e Garcia poderiam ser reconhecidos durante uma corrida. Para o jornalista, o material disponível antes de começar a apuração era pouco. “A gente tinha os números de alguns taxistas. Alguns conhecidos nos passaram.” (KIST, 2018)<sup>20</sup>.

Além de tentar entender como funciona o trabalho dos motoristas clandestinos, a pauta também buscou informações sobre este transporte nos órgãos públicos. Segundo Mendes, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul é responsável pela fiscalização. As afirmações eram de que flagrar a atuação desses táxis não era uma tarefa fácil. “Se é difícil, vamos descobrir o quão difícil é. Descobrimos que tinha em redes sociais, tinham os números. Basta ligar e tu vai saber quem são. Tu podes pedir

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada em 23 de setembro de 2018 no Centro Regional de Cultura de Rio Pardo em Rio Pardo

<sup>18</sup> Informações coletadas a partir de entrevista realizada em 2 de outubro de 2018 em sala cedida pela *Gazeta do Sul* em Santa Cruz do Sul

<sup>19</sup> Informações coletadas a partir de entrevista realizada em 2 de outubro de 2018 em sala cedida pela *Gazeta do Sul* em Santa Cruz do Sul

<sup>20</sup> Entrevista realizada através de WhatsApp em 4 de outubro de 2018. O jornalista mora em Melbourne na Austrália



uma corrida, que eles vão te atender.” (MENDES, 2018). Mesmo com esse conhecimento geral a respeito do transporte clandestino, Garcia garante que antes da reportagem ser publicada, foi necessário tomar alguns cuidados. “A gente se cercou bem. Observou bem. Se certificou de que de fato eram serviços de transporte clandestino. Se certificou de que aquilo era irregular consultando a lei.” (GARCIA, 2018). A partir desta primeira reportagem, os dois jornalistas tiveram a ideia de elaborar uma matéria<sup>21</sup> sobre bingos durante um diálogo.

Na reportagem “Bingos: O jogo não para”, Mendes e Garcia acompanharam o fechamento e a reabertura de uma casa de jogos de azar. Sempre que eram publicadas matérias sobre apreensões em casas de jogos de azar em Santa Cruz do Sul, Mendes (2018) conta ouvir comentários de que os estabelecimentos já estavam funcionando novamente no dia seguinte. “Não era o fato de que a polícia não ia nesses bingos, tanto que o fundo da delegacia, tinha épocas em que a garagem não tinha mais espaço. E me intrigava como esses caras conseguiam se remontar tão rápido.” Mendes (2018) afirma ter visto inúmeros computadores na delegacia diversas vezes. Mendes e Garcia (2018) concordam ao afirmarem que a localização de alguns bingos são do conhecimento geral de moradores de Santa Cruz do Sul. “É proibido, mas todo mundo sabe que existem casas de bingo pela cidade, pelo Centro. Aliás, todo mundo sabe até onde é” (GARCIA, 2018). Com estes pensamentos, os dois jornalistas começaram a ter questionamentos.

Um dia depois que tu fazias a matéria, alguém já vinha te falar: ah, mas já tá funcionando de novo. E a nossa dúvida era exatamente essa: quanto tempo os caras levam para se reestruturar? Quanto tempo será que leva entre fechar e abrir um bingo? O Pedro me comentou nesse assunto, me falou que ele tinha curiosidade de saber quantas horas levavam, e aí eu disse, olha, tem um jeito de agente saber. Vamos esperar a polícia fazer, fechar um próximo bingo. Normalmente eles avisam. E quando fecharem a gente tenta descobrir quanto tempo leva. (MENDES, 2018).

Ao ser avisada do fechamento de um bingo pela Polícia, Mendes lembrou da conversa com Garcia e os dois resolveram começar a trabalhar na reportagem. “Nós nos deslocamos para lá. Chegamos minutos depois da Polícia. Foi fotografado eles tirando os computadores.” (GARCIA, 2018). Os dois jornalistas decidiram que deveriam organizar uma forma de observar a reabertura da casa de jogos de azar. “Como a gente estava lá, o pessoal do bingo estava e nos viu, a gente sabia que não podia ficar lá, parado do lado da porta, que não ia dar certo.” (GARCIA, 2018). Por

---

<sup>21</sup> Durante este capítulo, a palavra será usada como sinônimo de reportagem. No entanto, matéria significa toda e qualquer publicação feita em um jornal

isso, eles convidaram fotógrafos e observaram a movimentação em torno do estabelecimento ilegal dentro de veículos. “A gente ficou muito tempo. Todo o tempo, até o bingo reabrir.” (MENDES, 2018). Durante a observação, os jornalistas se questionaram sobre quanto tempo deveriam esperar para que conseguissem flagrar a movimentação. “Como eles sabem que a Polícia, a qualquer momento, pode bater lá, eles deixam umas máquinas de reserva escondidas em um lugar próximo” (GARCIA, 2018). Foi possível flagrar a reorganização do bingo, pois um fotógrafo estava disponível. Conforme Garcia, as máquinas estavam nos fundos de uma fruteira no outro lado da rua. Os funcionários da casa esperaram começar a anoitecer para poder fazer o transporte, a pé.

Os fotógrafos tiveram um papel bem importante, apesar de estarem só assinados como imagem. Mas eles tiveram um papel bem importante porque eles ficaram observando. Primeiro porque eles queriam pegar uma boa imagem, e eles ficavam um bom tempo circulando e observando essa movimentação no entorno do bingo. (MENDES, 2018).

Esta reportagem se diferencia da primeira matéria publicada pela *Gazeta do Sul* pois contou com a participação de fotógrafos. No entanto, a reportagem a respeito dos táxis clandestinos contou com outros dois jornalistas. As reportagens também foram alvos de debate por um grupo focal de oito participantes, uma das metodologias utilizadas durante a pesquisa. No próximo capítulo, vamos seguir com um momento de análise dos diversos aspectos levantados/encontrados. Esta fase será construída em três partes: adversidades para a investigação jornalística, a apuração como forma de identificar o jornalismo investigativo, aspectos visuais e o uso de câmeras escondidas na reportagem investigativa.

## 5 UM DEBATE SOBRE A INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA NOS JORNAIS DIÁRIOS DO VALE DO RIO PARDO

Este estudo teve como objetivo identificar se e como veículos diários do Vale do Rio Pardo produzem jornalismo investigativo. Para isto, a pesquisa baseou-se em quatro reportagens de dois jornais: *Gazeta do Sul*, de Santa Cruz do Sul, e *Folha do Mate*, de Venâncio Aires. As reportagens foram selecionadas pelos próprios editores de cada um dos veículos, com o intuito de entender o que cada um destes jornais conceitua como investigação jornalística. Da *Gazeta do Sul*, foram estudadas as reportagens “Informalidade que virou negócio”, publicada na edição de fim de semana de 24 e 25 de junho de 2017 e “Bingos: o jogo não para”, publicada na edição de fim de semana de 15 e 16 de julho de 2017.

A primeira reportagem aborda o funcionamento do transporte clandestino em Santa Cruz do Sul. Os repórteres coletaram informações sobre táxis que oferecem serviço de transporte de passageiros sem autorização. Foi utilizada a técnica de disfarce para a verificação de detalhes do seu funcionamento. A equipe entrou em contato com motoristas e fizeram pequenas corridas para identificar como acontece o funcionamento desta forma de transporte. O outro texto selecionado foi “Bingos: o jogo não para” que fala sobre uma casa de jogos de azar de Santa Cruz do Sul que foi fechada durante a tarde de quinta-feira, 13 de julho de 2017, pela Polícia, mas voltou a funcionar no mesmo dia, três horas e meia após o fechamento. Os repórteres fizeram um acompanhamento e flagraram a reinstalação dos equipamentos do bingo, além de entrar no local com uma câmera escondida para verificar se a casa estava funcionando.

Da *Folha do Mate*, foram estudadas as reportagens “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, publicada em 27 de setembro de 2017, e “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”, publicada em 19 de janeiro de 2018. A primeira delas trata sobre o vazamento de uma gravação de conversas entre o advogado e vereador Eduardo Kappel e um cliente. Nesta conversa, Kappel incita o envolvimento do irmão e desembargador, Rinez Trindade, no julgamento do cliente, com o objetivo de facilitar a pena. Os áudios começaram a circular através do WhatsApp. A reportagem prioriza o trabalho do Ministério Público que, após dois meses, começou a investigação das gravações. Além disso, aborda a opinião de autoridades como o presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB) de Venâncio Aires, Marcos Thiel, e o presidente da Câmara de Vereadores de Venâncio Aires, Gilberto dos Santos.

A segunda reportagem da *Folha do Mate*, “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”, fala sobre a falta d’água potável em uma região localizada a 60 quilômetros da cidade. As 37 famílias, moradoras da comunidade, já buscaram soluções para o problema junto ao poder público. No entanto, os quatro poços artesianos perfurados na localidade não possibilitaram o fornecimento de água em Paredão Pires. Na reportagem, foram abordados os motivos que tornam esta água imprópria para consumo humano. Foram citados os riscos e as ações dos moradores com relação a este problema.

Para esta análise foram utilizadas entrevistas com os autores das reportagens da *Folha do Mate*, Juliana Bencke e Carlos Dickow, e com o jornalista Álvaro Pegoraro. Foram entrevistados os autores das reportagens da *Gazeta do Sul*, Leticia Mendes, Pedro Garcia, João Pedro Kist e Fernanda Szczecinski. O coordenador de produção do veículo, Otto Tesche, também foi entrevistado. As entrevistas foram aliadas ao grupo focal realizado com oito pessoas e às próprias reportagens, com a finalidade de identificar nelas a presença de investigação jornalística.

### **5.1 A apuração como forma de identificar a investigação jornalística**

Nesta seção discorre-se sobre a apuração feita pelos profissionais nas reportagens estudadas. Como se revelou antes neste estudo, as técnicas utilizadas na apuração estão diretamente ligadas ao conceito de jornalismo investigativo. Outro assunto abordado neste subcapítulo são as dificuldades pelas quais a investigação jornalística passa. As redações possuem um número reduzido de repórteres, a informação requer rapidez e os recursos para promover uma investigação jornalística são pequenos. Participantes do grupo focal foram apresentados a questões relacionadas ao tema e puderam debater a respeito da apuração, adversidades e da definição de jornalismo investigativo, relacionando ao jornalismo diário e de cidades pequenas, contexto onde estão inseridos.

Questionados sobre o que lembravam a respeito das reportagens, P4 comentou ter lido primeiro a reportagem “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”. Para ele, ela pode ser considerada como investigativa por essa conter informações não reveladas antes. A falta de água potável, para o participante,

é algo até difícil de acreditar. Mas, P4 sentiu falta de algo a mais na reportagem. Neste quesito, P6 concorda. O participante diz que a reportagem poderia ter sido “destrinchada” de uma melhor forma. Porém, P6 discorda de P4 quanto à classificação da reportagem como investigativa. Ele não a considera como investigativa. Pelo contrário, para P6, a reportagem não foi aprofundada pela repórter. Assim como P4 e P6, P7 sentiu falta de alguns fatores na matéria. No pensamento de P7, poderia haver mais depoimentos dos moradores. P7 gostaria de ler a opinião de uma gestante ou de um morador que ficou doente ao beber a água.

Após ouvir as faltas que os participantes sentiram ao ler a reportagem, P6 crê que esta foi uma investigação rápida, feita em uma manhã de sexta-feira. Sem discordar dos participantes, P3 comentou que talvez a repórter tivesse pouco espaço para a publicação da reportagem. A participante acredita que isso possa ter influenciado na construção da matéria<sup>22</sup>. No entanto, Bencke comenta ter muita liberdade no jornal para produzir conteúdo. Há confiança por parte da editora, Letícia Wacholz. “Se é um assunto bom [...], que vai render, Letícia compra essa ideia. [...] Se precisasse de mais espaço, com certeza teria.” (BENCKE, 2018). Dentro de uma investigação jornalística, a confiança entre o editor e o repórter é necessária. Nem sempre o jornalista terá disponibilidade para entrar em contato com os seus editores para debater sobre os próximos passos a serem tomados em uma apuração. Em alguns momentos, ele precisa tomar decisões sozinho. Apesar de revelar uma informação que parte dos leitores do grupo focal desconheciam, a reportagem “Água potável é desafio para comunidade de Paredão Pires” não possui a profundidade de informação necessária para ser considerada como investigativo.

Mesmo que este não tenha sido o caso da reportagem feita por Bencke (2018), P3 acertou sobre o espaço ser um problema recorrente nas publicações. Além do tamanho das matérias, há outros impedimentos que deixam as reportagens investigativas no segundo plano.

Muitas reportagens investigativas importantes têm sido abortadas por falta de recursos, não só nos veículos de porte médio das cidades do interior dos estados, mas também na chamada grande imprensa. [...] A redução das equipes de reportagem dos jornais afasta da investigação muitos jornais, obrigados a participar do dia-a-dia da redação para que o veículo possa “fechar” dentro dos prazos estipulados pela direção da empresa. (SEQUEIRA, 2005, p. 184-185).

---

<sup>22</sup> Neste capítulo, a palavra foi usada como sinônimo de reportagem. No entanto, matéria significa toda e qualquer publicação feita em um jornal.

Sequeira fala que todos os veículos, independente do tamanho, passam por essas dificuldades. No entanto, jornais maiores parecem exercer a investigação jornalística com mais tranquilidade. Os participantes do grupo focal parecem perceber este contraste. P1 cita a diferença entre a reportagem “Água potável é desafio para comunidade de Paredão Pires”, da *Folha do Mate*, e a “Bingos: o jogo não para”, da *Gazeta do Sul*. A participante ressaltava o trabalho dos repórteres da Gazeta, que ficaram esperando a polícia sair do local até que os funcionários da casa de jogos de azar voltassem a instalar outros computadores. Da mesma forma, P5 fala que a reportagem sobre bingos é mais completa no sentido investigativo. Para o participante, a reportagem sobre água potável não parece ser investigativa. Apesar da *Folha do Mate* e da *Gazeta do Sul* circularem diariamente, os dois são diferentes entre si. Como citado no terceiro capítulo, a *Gazeta do Sul* tem uma circulação maior. Isso, de certa forma, reflete nas investigações jornalísticas. Os repórteres parecem ter suporte maior da empresa. No entanto, é necessário considerar que a *Folha do Mate* tem uma equipe menor que a *Gazeta do Sul* – por isso, o número pequeno de reportagens investigativas pode estar relacionado ao tamanho do veículo.

Mesmo com essa diferença de tamanho, os integrantes no grupo focal analisaram as reportagens dos dois veículos sob o mesmo olhar. Retomando ao conteúdo publicado nas matérias, P8 diz que a reportagem sobre a água poderia ter sido feita por telefone. O participante acredita que a investigação precisa ter algo a mais, além de ser necessária grande apuração para obter a informação. Uma das autoras da reportagem sobre os bingos, Mendes (2018), concorda com a opinião de P8. Para ela, quando se trata de jornalismo investigativo, o ofício é difícil. Há uma possibilidade grande de o repórter começar a investigar o assunto e se deparar com uma situação diferente daquela que estava esperando. Para Mendes (2018), a função da investigação jornalística é

Deixar as pessoas mais atentas, a comunidade mais atenta. Quando a pessoa descobre que realmente a coisa pode estar acontecendo daquela forma, também serve como uma forma de policiar. [...] Eu acho que é um jornalismo muito difícil de fazer. Não é um jornalismo simples de fazer. Porque muitas vezes tu vai apostar em uma coisa e não vai dar certo. Vai chegar alguém com uma denúncia e [...] tu vai ao longo descobrir que não é aquilo, mas outras vezes não... Outras vezes chega alguma coisa que tu pensa que não é e vai acabar dando em algo. (MENDES, 2018).

Garcia (2018) escreveu a reportagem sobre a casa de jogos de azar. Diferente de Mendes, ele não aborda as dificuldades durante a apuração em uma investigação jornalística. No entanto, ele acredita que os repórteres possuem responsabilidade

social e devem investigar, nos limites da profissão, sem competir com órgãos públicos. “Nós também temos o papel de jogar luz nos problemas sociais, nas coisas que acontecem e que ou não se sabe ou algumas pessoas sabem e outras não.” (GARCIA, 2018). Tal qual dizem Mendes (2018) e Garcia (2018), o jornalismo possui uma função social de incentivar o espírito crítico dos leitores, além de alertar para problemas que a sociedade passa e acabam sendo esquecidos por outras autoridades. Porém, mesmo com a possibilidade de auxiliar o desenvolvimento da sociedade ao expor injustiças, fraudes e casos de corrupção, o jornalismo investigativo não pode servir como guardião da sociedade. Assim como cita Garcia (2018), as reportagens investigativas devem acontecer, mas sem o objetivo de substituir os órgãos públicos responsáveis por investigar estes assuntos. Mesmo com as adversidades citadas por Mendes (2018), este deve ser um jornalismo que fiscaliza e tenta auxiliar a ser melhor.

A reportagem elaborada por Mendes e Garcia chamou a atenção dos participantes do grupo focal. Para P1, a reportagem dos bingos possui um diferencial: o acompanhamento feito pelos repórteres. No entanto, a participante gostou da reportagem sobre os táxis clandestinos. Conforme ela, quando pensa em jornalismo investigativo, pensa no que ocorreu durante esta matéria. Os jornalistas obtiveram informações com os motoristas clandestinos sem se identificar.

Assim como a participante, P4 gostou da reportagem sobre transporte clandestino. Em comparação com a reportagem sobre o bingo, preferiu esta. Acredita que, mesmo que esteja completa, casa de jogos de azar não é assunto novo. P6 não citou qual a reportagem lhe chamou mais a atenção, mas elogiou o veículo que encontrou um gancho novo para um tema recorrente. P7 concordou com o participante e afirmou não ter sido mais uma reportagem sobre uma apreensão. As duas reportagens publicadas pela *Gazeta do Sul* têm características do jornalismo investigativo. Na matéria “Informalidade que virou negócio”, os repórteres usaram disfarces e se infiltraram no centro do acontecimento. Eles se passaram por clientes dos táxis clandestinos e conversaram com os motoristas. Através desta iniciativa, obtiveram informações para a reportagem. Já na matéria “Bingos: o jogo não para”, os repórteres tiveram que observar a movimentação ao redor da casa de jogos de azar para conseguirem entender a forma como o estabelecimento reabre rapidamente após a apreensão de computadores feita pela polícia. O uso de câmera escondida, outro atributo da investigação jornalística, também foi um recurso usado na apuração desta matéria.

A forma como as reportagens foram conduzidas aparece na definição de jornalismo investigativo de Tesche (2018). Para o jornalista, a reportagem investigativa demanda mais tempo e mais pesquisas. “É aquilo que é diferente do jornalismo do dia a dia. Investigativo tu precisas te aprofundar bem mais. A profundidade de informações, sem dúvidas, é básica.” (TESCHE, 2018). Pensando assim, a apuração demanda trabalho. A respeito disso, Fortes (2005) deixa claro: “Preguiça e jornalismo não combinam. O jornalismo não é, definitivamente, uma profissão para preguiçosos, muito menos para covardes.” (p. 69). Ao ler as reportagens publicadas pela *Gazeta do Sul*, a apuração feita pelos jornalistas está visível. Como citado anteriormente, características do jornalismo investigativo são encontradas em ambas. Além destes atributos, a reportagem também conta com profundidade de informações. O trabalho de apuração feito pelo repórter, determinante para definir se a reportagem pode ser considerada investigativa, está claro.

Considerando o trabalho de investigação feito pelo repórter como um dos fatores para definir se uma reportagem é investigativa ou não, alguns dos participantes do grupo tiveram dúvidas sobre a reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, publicada na *Folha do Mate*. Para P6, a matéria se baseou em um acontecimento e, por isso, não pode ser considerada como investigativa.

Ao ouvir a opinião de P6, P8 interrompeu o participante e complementou que uma reportagem sobre o caso saiu no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. Para o participante, o repórter tentou ouvir pessoas que não haviam sido ouvidas pelo outro veículo. Assim como P8, P7 lembrou o caso. O jornalista investigativo Giovani Grizotti foi responsável pela reportagem publicada no jornal *Zero Hora*. Segundo P7, a presença dele na Câmara de Vereadores de Venâncio Aires na noite de segunda-feira, 25 de setembro de 2017, foi noticiada pelo no portal de notícias do jornal *Folha do Mate*. Para o participante, o caso tornou-se notícia após a presença do jornalista. P8 possui uma opinião parecida com a de P7. Ele teve a impressão que o trabalho investigativo da matéria foi de Grizotti. Para P8, a *Folha do Mate* teria apenas repercutido o caso. A partir deste debate, P7 ainda ressaltou que a reportagem começa falando sobre os áudios, que já circulavam há cerca de dois meses no WhatsApp de pessoas de Venâncio Aires.

A demora para publicar uma reportagem sobre o assunto é justificada pelo autor da matéria. Dickow (2018) afirma que os repórteres da *Folha do Mate* costumam



esperar para que os casos sejam oficializados por órgãos públicos. “A gente tratou com uma investigação a partir do momento em que a gente tinha a confirmação que a Polícia e o Ministério Público tinham entrado na parada.” (DICKOW, 2018). O autor definiu o jornalismo investigativo como uma apuração que parte de uma informação em que não há certeza da veracidade dela. Ele explicou a visão de investigação a partir da matéria que escreveu. “A questão da investigação existe no sentido de que surgiu uma informação, sendo ela verdadeira ou não, e tu tens que ir em busca dessa confirmação. Eu acho que é basicamente isso.” (DICKOW, 2018). Pensando na busca por fontes oficiais por Dickow, a pesquisa de Sequeira (2005) demonstra que jornalistas investigativos não aprovam a visão do jornalismo investigativo como um guardião da sociedade.

Para eles, não cabe a esse jornalismo substituir a investigação da polícia, o trabalho do promotor na denúncia de erros sociais e muito menos o do juiz, julgando as mazelas sociais. Para eles, cabe ao jornalismo investigar, com profundidade, dentro de balizas éticas, o produto do trabalho dessas áreas, como prestador de serviço. (p. 189-190).

Diferente de Sequeira (2005), Szczecinski (2018) diz que os repórteres, em determinados momentos, fazem o papel da Polícia.

É o jornalismo que tu tens que ir atrás mesmo, que tu tens que virar coisas, que tu tens que incomodar as pessoas e, enfim, buscar confrontar dados e muitas vezes fazer a tua própria investigação, fazer um pouco papel de polícia, de investigar mesmo, de ir atrás daquilo e ver o que tu consegues descobrir. (SZCZECINSKI, 2018).

Há momentos em que o jornalista, para obter informações, deverá optar por fazer a própria apuração em detrimento a dos órgãos oficiais. Se pensarmos na reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, publicada pela *Folha do Mate*, é evidente a necessidade de uma investigação por parte do repórter. Caso este trabalho tivesse acontecido, usando técnicas apontadas pelos autores como parte da investigação jornalística, o jornal poderia ter publicado a reportagem assim que as gravações começaram a circular. O autor da reportagem, apesar de sentir adversidades durante a apuração, estava próximo das fontes envolvidas no caso de Kappel, diferente de Grizotti. Por isso, poderia ter noticiado a respeito dos áudios antes mesmo de se tornar investigação nos órgãos públicos. Isso não pressupõe que o veículo está substituindo o trabalho oficial, e sim priorizando a informação e o jornalismo investigativo. O caso estava acontecendo e não poderia ter sido ignorado. Da mesma forma, tanto Sequeira (2005) quanto Szczecinski (2018) ressaltam como a apuração é importante para reportagens investigativas. Ainda que ela tenha um papel

determinante, Fortes (2005) chama a atenção para a forma como a matéria será editada.

Clareza e simplicidade devem pautar a construção do texto e sua edição final, para que o resultado de uma apuração tão trabalhosa como a de uma investigação jornalística não termine em um emaranhado de nomes, números, vocábulos e expressões inteligíveis. O leitor quer uma boa notícia, e não apreciar a capacidade dedutiva e o brilhantismo intelectual do repórter. (p. 43).

Os editores possuem um papel essencial quando falamos sobre investigação jornalística. Fon (2005)<sup>23</sup> possui uma visão crítica ao trabalho deles. Conforme o profissional, os editores estão “acostumados a pensar de acordo com os manuais de redação” (p. 45). O jornalista ainda diz que “está faltando sensibilidade nas redações. O que vemos são matérias fragmentadas, *drops* e infográficos de um lado [nas páginas dos jornais], e leitores que, ao chegar ao fim de uma leitura, não entendem o que aconteceu” (p. 45). A culpa deste resultado não é somente do editor. Vasconcelos (2005)<sup>24</sup> ressalta o papel do repórter. “É preciso que o jornalista acompanhe a edição da reportagem, pois um título errado ou mal interpretado pode trazer problemas para o jornal.” (p. 145).

Ao serem questionados a respeito do que acrescentariam ou mudariam nas reportagens, um participante do grupo focal ressalta problemas no trabalho de edição. Para P6, uma boa edição fez falta na reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, da *Folha do Mate*. O participante definiu a matéria como uma “salada de frutas”. Para ele houve falha na diagramação, que poderia ter sido melhor explorada. Ele constatou o mesmo problema na diagramação da reportagem “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”, da *Folha do Mate*. Os problemas citados por P6 demonstram a falta de cuidado ao lidar com reportagens investigativas, assim consideradas pelo veículo. O trabalho jornalístico de investigação lida com informações delicadas, geralmente relacionadas a temas que necessitam muita atenção. Por isso o planejamento, a apuração, a produção e a edição são etapas que devem ser vivenciadas em sua totalidade, sempre com a participação do repórter que escreveu a matéria. Tudo isso pois, assim como citado

---

<sup>23</sup> A fala de Fon consta de entrevista e foi utilizada por Sequeira (2005). A citação não está em forma de publicação.

<sup>24</sup> A fala de Vasconcelos consta de entrevista e foi utilizada por Sequeira (2005). A citação não está em forma de publicação.

por Vasconcelos (2005), a edição deve estar de acordo com o conteúdo apurado. Essa é uma das formas de evitar problemas para o veículo após a publicação do texto.

Além dos problemas na edição, o fato de o repórter ter feito a foto da reportagem sobre os áudios chamou a atenção de P6. Isso remeteu P8 às dificuldades que as redações sofrem com a falta de tempo. A reportagem escrita por Dickow foi publicada em uma quarta-feira. No entanto, a sessão da Câmara de Vereadores em que ele esteve presente foi em uma segunda-feira. A falta de tempo e a rotina complexa dentro de redações pode ser um problema para os jornalistas em geral.

Talvez o cenário que o jornalista encontra não seja o da corrupção. Mas o do trabalho diário rotineiro. Pode ser que, quando se tratar de mover-se em qualquer direção, para a direita ou para a esquerda, para a frente ou para trás, quando ele levantar um pé o outro se atole. Pode-se prever que qualquer pessoa que caia nos mecanismos do jornalismo de rotina se converterá num lobo solitário devidamente adaptado, conquanto persista a ilusão de ser o jornalista um “cordeiro solitário” independente. A aceitação da hierarquia de trabalho pode vir a ser o preço que o jornalista terá de pagar para pertencer a profissão. (KUNCZIK, 1997, p. 151-152).

O cenário retratado por Kunczik (1997) é sentido por repórteres das redações atualmente. Tesche (2018) relembra a disponibilidade de tempo que os profissionais tinham para apurar e investigar pautas no passado. Conforme o jornalista, eles sempre produziam mais conteúdos. A respeito de reportagens investigativas, o profissional lembra que elas eram produzidas com mais frequência já que existia uma equipe maior. “Isso é uma característica de todos os jornais do interior. A gente não consegue fazer muitas. Não consegue fazer uma por semana, por exemplo. Uma, duas por mês, talvez.” (TESCHE, 2018). Já para Pegoraro (2018), o tamanho da cidade onde o veículo está inserido pode ser prejudicial ao andamento de uma investigação. Ele aponta este como um dos motivos pelos quais a *Folha do Mate* trabalhou, até então, com poucas investigações jornalísticas. “Por essa questão de cidade pequena, se comprometer com outras fontes.” (PEGORARO, 2018). Em contrapartida, Kist (2018) possui uma visão menos pessimista a respeito das redações. Com o cenário atual, ele acredita ser aceitável o trabalho dos repórteres.

Eu acredito que todo o jornalismo deva ser investigativo. Se o jornalismo não investiga, não vai atrás, acaba sendo um jornalismo raso, um jornalismo superficial. Até às vezes uma publicidade. Que, na verdade, em uma redação de jornal, acaba sendo aceitável. Tudo tem que ser muito rápido. A tua investigação tem que ser muito rápida. Ela tem que ser resolvida, muitas vezes, com um telefonema, às vezes menos que isso, com uma simples mensagem no WhatsApp, um e-mail. (KIST, 2018).

Como visto no primeiro capítulo, nem todo o trabalho jornalístico pode ser considerado investigativo. Assim deveria ser. No entanto, a rotina das redações –

assim como cita Kunczik (1997) – exige que o profissional se adapte às normas e a rapidez da informação. Com isso, o jornalismo investigativo tornou-se em uma área a parte, uma espécie de especialização profissional. Atualmente, é impossível considerar todas as reportagens publicadas pelos jornais como investigativas. O cotidiano das notícias requer agilidade, apuração rápida e textos curtos. A partir da união destes três fatores, a investigação jornalística fica na contramão. A apuração de uma reportagem investigativa requer tempo, um dos atributos do jornalismo investigativo. Durante o processo de apuração é necessário ter “paciência e concentração, porque uma boa investigação é demorada e, normalmente, recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se tira o extrato necessário para a notícia.” (FORTES, 2005, p. 36).

Como citado anteriormente, este tempo citado por Fortes (2005) não é comum dentro das redações. Por isso, as investigações jornalísticas acabam prejudicadas. Para que consiga dar conta de toda a reportagem, o jornalista acaba desenvolvendo outras maneiras de apurar informações. Ao invés da entrevista tradicional, o profissional se vê obrigado a entrar em contato com as fontes de informação através de telefonemas. Isso aconteceu na reportagem escrita por Dickow (2018), que admitiu falar com a grande maioria das fontes por telefone, decisão tomada por questão de necessidade. Caso tivesse optado por entrevistas presenciais, o repórter talvez não tivesse tempo para concluir a reportagem até o fechamento da edição. A apuração feita através de ligações é criticada por alguns jornalistas investigativos. Para Fon (2005), os repórteres devem ter espírito crítico.

Sem ter familiaridade com as técnicas de apuração jornalística, este pessoal, pendurado ao telefone, passa a se contatar com fontes de informação, anotar dados e a transformá-los em ‘notícias’, que posteriormente serão editadas, sem um espírito crítico. Não se faz um trabalho de análise sobre o que é dito e apurado junto às fontes de informação; o jornalista foi transformado [...] em um anotador de dados, que posteriormente ele transforma em notícias insípidas, sem contextualização, que servem para desinformar o leitor ao invés de informá-lo. (FON, 2005, p. 45).

É evidente que o repórter da *Folha do Mate* se esforçou para incluir na matéria a maioria das pessoas envolvidas no caso. Porém, quando falamos em jornalismo investigativo, devemos sempre refletir a respeito da forma como as informações foram obtidas. No caso de Dickow, a reportagem foi baseada nos depoimentos das fontes de informações oficiais. Ou seja, a construção da matéria ocorreu a partir de declarações. Dessa forma, verificamos um jornalismo declaratório. Não há um espírito

crítico ou investigação feita pelo próprio repórter. Da mesma forma, os participantes do grupo focal perceberam algumas falhas.

Ao serem questionados se as imagens publicadas nas matérias dão a informação visual necessária diante da pauta, os integrantes passaram a debater outras necessidades além da fotografia. Para P6, ao invés de uma imagem, a reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel” poderia ter contado com a transcrição dos áudios. O participante acredita que as gravações podem falar mais do que está escrito na matéria. P5 concorda pois não tinha conhecimento da situação antes do grupo. Por isso, uma transcrição dos áudios auxiliaria para entender o caso. Para P1, uma solução para a falta de espaço na diagramação seria publicar as gravações no portal de notícias da *Folha do Mate*.

No entanto, tanto Bencke (2018) quanto Dickow (2018) não têm problemas para definir o tamanho das reportagens. O autor da matéria “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel” costuma escrever bastante. Logo que começou a apurar o assunto, comenta não ter nenhum tipo de definição a respeito do número de páginas a ser usado. Foi definido, junto com a editora Letícia Wacholz e do diretor de conteúdo Sérgio Klafke, que seriam ouvidas todas as pessoas possíveis para a reportagem. A apuração resultou em duas páginas.

Na produção, tu tens uma série de recursos que tu podes enxugar uma matéria para uma página, por exemplo. Não usar foto, não usar frase de destaque, usar uma foto maior ou menor. Depende muito do espaço que tu tens, do espaço que tu ganhou e, lógico, da repercussão que o material vai ter. Mas não necessariamente que a gente tenha feito a matéria render duas páginas em virtude do assunto, foi necessário. (DICKOW, 2018).

Se precisasse de mais espaço para a matéria “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”, Bencke (2018) não teria problema algum em pedir. É um assunto tranquilo dentro do jornal. Nas redações em geral, os espaços para escrever as reportagens investigativas é curto. Apesar da disponibilidade de mais páginas, a matéria de Bencke (2018) possui somente uma página. Já a reportagem de Dickow (2018) tem duas. No entanto, o tamanho das matérias e a possibilidade de aumentar o número de páginas não pode ser considerado ao definir as reportagens como investigativas ou não. Mesmo que a falta de espaço seja um problema para a maioria dos jornalistas investigativos, as reportagens apresentaram falhas na construção. Assim como citado anteriormente pelos participantes do grupo focal, a matéria “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires” poderia contar com mais fontes como, por exemplo, um morador que adoeceu ao ingerir a água. Da

mesma forma, a reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel” não destacou as gravações suficientemente. Faltou a transcrição destas conversas, fator principal do caso. Leitores que não tiveram acesso às gravações podem não compreender a reportagem. Este é um fator contrário às reportagens investigativas, que priorizam a clareza das informações.

Ao serem questionados sobre o que acharam da diagramação das páginas, os participantes exaltaram o trabalho feito na reportagem “Bingos: o jogo não para”, da *Gazeta do Sul*. Para P6, a matéria está bem editada. Em concordância com P6, P4 até mesmo conferiu a data da reportagem pois, ao olhar a diagramação das páginas, pensou que poderia ser um trabalho antigo. “A questão visual é ressaltada e explicada no texto. Ela faz sentido. Isso é muito bom”. Para P7, o resultado final da matéria demonstra um esforço coletivo.

Este trabalho em grupo é confirmado por Mendes (2018) e Garcia (2018). Os autores da reportagem “Bingos: o jogo não para” comentam que há diálogo entre os repórteres e os diagramadores. Segundo Mendes (2018), este é um padrão na *Gazeta do Sul*. “Todas as matérias, pelo menos as que eu participava, sempre o diagramador e o repórter conversam. Nem sempre se entendem, mas sempre conversam. Então a gente sempre dava algumas ideias.” (MENDES, 2018). É um trabalho que acontece para que haja coerência entre a página e o texto. “Na hora da diagramação efetiva, a gente sempre tá junto com o diagramador, orientando para ficar o mais harmônico, não muito pesado.” (GARCIA, 2018). Sczeninski (2018) e Kist (2018) reforçam este padrão. A dupla atuou com Mendes e Garcia na reportagem “Informalidade que virou negócio”. Quando ajudaram na apuração, eles ainda eram estagiários. Por isso não participaram de toda a produção. Ainda assim, já conseguiram perceber como funciona o planejamento dentro do veículo. “Quando o repórter faz a matéria, ele já imagina como vai ficar a página.” (SZCZENINSKI, 2018). Kist (2018) comentou que os colegas conversaram com os diagramadores. “Até para explicar onde esses táxis ficavam localizados. Teve uso de um infográfico, de um mapa. Então, teve uma interferência entre os editores e os diagramadores. Mas não com os estagiários.” (KIST, 2018).

Este padrão de trabalho que acontece na *Gazeta do Sul* não é uma regra na *Folha do Mate*. Através das citações de Dickow (2018) e Bencke (2018), é perceptível que os repórteres escolhem se estarão presentes na hora da diagramação ou não. Dickow, por exemplo, gosta de estar sempre perto dos diagramadores. O repórter

ainda comentou a diagramação feita na capa da edição em que a reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel” foi publicada.

Se tu fores analisar a capa dessa primeira matéria, ela é diferente do usual. A gente tem manchete, a gente tem foto. Levando em consideração que a gente precisava ter segurança do que a gente estava fazendo, a gente já trouxe frases abaixo da manchete. (DICKOW, 2018).

Ele ainda acompanhou o trabalho dos diagramadores quando a reportagem foi feita. Diferente de Dickow, Bencke (2018) não recorda de ter conversado a respeito da diagramação da reportagem “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”. Ela diz não ter acontecido nenhuma iniciativa pontual neste sentido. No entanto, comenta ter deixado alguns fatores já escolhidos para os diagramadores. “Não sei como funciona os outros jornais. Aqui o repórter que já define a foto, já define os elementos gráficos. Então a gente já deixa numa estrutura que a gente gostaria.” (BENCKE, 2018). De acordo com a jornalista, o veículo possui três diagramadores. Mesmo com este número disponível de profissionais, há uma diferença entre o resultado final das reportagens publicadas pela *Folha do Mate* e *Gazeta do Sul*. A diagramação feita no primeiro jornal é confusa. Já no segundo, a diagramação está bem-feita e os recursos visuais utilizados estão de acordo com os conteúdos publicados. Prestar atenção no trabalho de diagramação e edição é algo primário no jornalismo. No entanto, quando abordamos as reportagens investigativas, estes dois campos merecem uma atenção especial. Uma matéria com uma diagramação ou edição ruim pode anular o trabalho de apuração do repórter. Por isso é necessário debater com os diagramadores a melhor forma de organizar os conteúdos na página e acompanhar o trabalho dos editores, assim como os repórteres da *Gazeta do Sul*. Como a investigação jornalística trabalha com assuntos delicados, é necessário ter responsabilidade, atenção e cuidado na hora de publicar a matéria. Até mesmo um título em desacordo com o restante da reportagem pode causar um processo judicial. Os participantes do grupo focal perceberam as diferenças na diagramação entre um veículo e outro. Da mesma forma, eles também questionaram os títulos das reportagens.

## **5.2 A necessidade de planejamento das reportagens investigativas**

Assim como a edição e diagramação, os títulos também são parte essencial do resultado de uma reportagem. Quando abordamos a investigação jornalística, os

títulos devem levar em conta os conteúdos divulgados na matéria. Como os assuntos abordados pela reportagem investigativa geralmente tratam de crimes, casos de corrupção e injustiça, é preciso ter muita atenção no momento de escrever um título, priorizando a relação com os conteúdos escritos na matéria. Por isso, os participantes foram questionados se os títulos correspondem aos conteúdos postos nos textos após ouvirem todos eles em voz alta.

Cada um deles teve reações diferentes. Para P6, o título da matéria “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires” diz o óbvio. Poderia ter algo a mais. Sem citar esta reportagem, P1 aproveita para elogiar o título da reportagem “Bingos: o jogo não para”. P5 concorda com P1 e afirma que a leitura do título é impactante. Além de citar a reportagem sobre casa de jogos de azar, P1 comenta que a reportagem “Informalidade que virou negócio”, que aborda o transporte de passageiros feito por táxis de forma ilegal, possui um título bom. No entanto, a participante ressalta que é possível tomar conhecimento sobre o assunto quando o leitor vê as imagens. Ao ouvir o título sozinho – sem olhar a página – percebe que poderia ser qualquer assunto. Ainda assim, acredita que é um bom título.

P7 não comentou a respeito dos títulos das reportagens da *Gazeta do Sul*. Mas fez um questionamento a respeito do título da matéria “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, publicada na *Folha do Mate*. Para o participante não fica claro sobre o que será a divulgação, já que o conteúdo não foi divulgado antes. P1 concorda com P7 e diz que o título desta matéria lembra uma suíte<sup>25</sup>. “Não parece que é da primeira matéria. Isso do MP poderia estar na linha de apoio.”

Com o título da reportagem “Informalidade que virou negócio”, P5 lembrou de negócios e empresas. Apenas com esta frase, não imaginou que a reportagem poderia tratar sobre transporte ilegal. O participante ainda ressaltou que ao ver a identidade visual da reportagem e ler o título é possível entender. No entanto, somente o título o remete a outros assuntos. P1, que antes havia dito que o título da reportagem “Bingos: o jogo não para” era bom, retomou a frase e comentou que, mesmo o considerando adequado, possui duplo sentido. Diferente de P5, que não consegue entender a reportagem dos táxis somente com o título, P1 comentou conseguir imaginar o que o título da matéria sobre bingos trata.

---

<sup>25</sup> Texto jornalístico que faz um desdobramento da reportagem principal. Acompanhamento das informações que surgem após a primeira publicação.



Com este debate, é perceptível que títulos podem remeter o leitor a um tema diferente daquele proposto pela matéria. Ao redigir um título, o repórter deve sempre levar em conta o foco da reportagem. Isso pode evitar confusões. Este é um cuidado natural no jornalismo, mas, como todos outros aspectos, merece uma atenção redobrada quando se trata de uma reportagem investigativa. Prejudicar o veículo em que trabalha com um processo judicial por um título feito sem cuidados não é algo bom para o jornalista investigativo, que já sofre com a falta de tempo para planejar, apurar e escrever as suas reportagens. Das matérias estudadas, “Bingos: o jogo não para” pode ser considerado um título apropriado conforme o conteúdo. Diferente desta reportagem, “Informalidade que virou negócio” tem um título que remete o leitor a diferentes assuntos, sem nem mesmo lembrar a respeito do transporte clandestino. O título poderia ter sido melhor relacionado ao conteúdo da matéria. A respeito dos títulos publicados nas reportagens da *Folha do Mate*, “Água potável é considerada desafio para a comunidade de Paredão Pires” é um título facilmente relacionado ao conteúdo da matéria. Já o título “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel” parece ser, realmente, de uma suíte. Apenas pelo título, é possível perceber que a reportagem publicada pelo veículo não conta com um processo de investigação feito pelo repórter. Este título noticia uma investigação feita por órgãos oficiais. Além do resultado final, também é necessário considerar a etapa de planejamento de uma matéria investigativa, crucial antes de começar a apurar as informações. Esta organização é o primeiro passo dos profissionais de investigação.

Por isso, os participantes do grupo focal foram questionados se as reportagens pareciam ter sido bem planejadas. A partir desta pergunta, alguns dos participantes passaram a imaginar como cada uma das matérias havia sido feita. Para P5, a reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, publicada na *Folha do Mate*, não foi planejada. O jornalista acredita que ela tenha partido de outra investigação, feita pelo repórter Giovani Grizotti. Ele imagina que antes da reportagem a respeito da casa de jogos de azar, publicada na *Gazeta do Sul*, um dos repórteres tenha sido avisado do trabalho da Polícia. Ele ficou na dúvida se os jornalistas tiveram a ideia para a reportagem após a apreensão. Para P3, alguém da equipe da reportagem obteve a informação sobre o trabalho de instalação de outros computadores após o fechamento da casa de jogos de azar através de uma pessoa de confiança. Assim como ela, P2 possui uma opinião parecida. A participante acredita que a informação já estava nas mãos dos repórteres e por isso foi possível deslocar

uma equipe para o local. Independente da forma como a informação foi recebida, P5 diz que esta é uma matéria mais elaborada, mesmo que a decisão tenha sido tomada rapidamente.

A forma como a reportagem é elaborada está diretamente aliada ao planejamento. De acordo com Lage (2003), possuir um planejamento é benéfico do ponto de vista administrativo. Mas o êxito da pauta é o resultado do trabalho do repórter.

O trabalho de reportagem não é apenas o de seguir um roteiro de apuração e apresentar um texto correto. Como qualquer projeto de pesquisa, envolve imaginação, insight: a partir dos dados e indicações contidos na pauta, a busca do ângulo (às vezes apenas sugerido ou nem isso) que permita revelar uma realidade, a descoberta de aspectos das coisas que poderiam passar despercebidos. (p. 35).

Ao mesmo tempo que planejar a reportagem é extremamente importante, o repórter deve estar atento ao andamento da própria pauta. Sem priorizar um pensamento mecânico, ele pode encontrar informações muito interessantes, ainda que não estejam planejadas. Para que isso aconteça, o jornalista investigativo deve ser curioso, ter um espírito crítico e tentar fugir das fontes óbvias. Tendo em vista o resultado das reportagens, os integrantes do grupo focal questionaram a forma como as reportagens foram planejadas e elaboradas. Sobre a reportagem da abertura de um bingo em Santa Cruz do Sul após a apreensão da polícia, P6 não acredita que ela foi elaborada em um curto espaço de tempo. Para o participante, houve um momento onde os repórteres puderam pensar na produção da matéria. Ele possui o mesmo pensamento para a matéria sobre táxis de transporte ilegal, publicada pela *Gazeta do Sul*. Tanto P4 quanto P5 deram palpites sobre a forma como a informação chegou até a redação. Para P4, os repórteres ouviram boatos sobre a chegada da empresa Uber em Santa Cruz do Sul. A partir disto, começaram a investigação. Enquanto isto, P5 suspeita de uma denúncia do taxista. Os participantes ficaram curiosos para entender a origem da reportagem. Esse questionamento pode ser considerado uma característica do jornalismo investigativo. Para Valente (2003)<sup>26</sup>, os leitores devem se perguntar como os repórteres obtiveram as informações publicadas. Ele fala que que “Como o repórter conseguiu descobrir isso?” é a frase que define o jornalismo investigativo (p. 66).

---

<sup>26</sup> A fala de Valente consta de entrevista e foi utilizada por Sequeira (2005). A citação não está em forma de publicação.

Este questionamento é realmente uma boa forma de definir as investigações jornalísticas. Ao lermos uma reportagem ou notícia proveniente do jornalismo diário, fica claro como as informações surgiram. Na maioria dos casos, elas vêm de fontes de informações oficiais. Como a reportagem investigativa busca por informações de difícil acesso, o processo de produção feito pelo jornalista não é perceptível através da matéria. Ele pode conseguir informações através de documentos, uso de disfarce, câmera escondida e outros recursos. São estratégias que levam o leitor a se questionar sobre como o repórter escreveu a matéria, diferente das reportagens publicadas pelo jornalismo factual. Por isso, o planejamento se torna tão importante. É através dele que o jornalista vai decidir os caminhos da apuração, assim como aconteceu na reportagem “Informalidade que virou negócio”, publicada pela *Gazeta do Sul*.

A reportagem só foi executada após o planejamento durante debates entre repórteres e editores. A ideia surgiu quando a redação recebeu um cartão contendo informações sobre o transporte, com um logotipo da empresa Uber. “Queria dizer que realmente era uma prática muito comum.” (MENDES, 2018). A partir disso, Garcia (2018) e os demais repórteres perceberam que seria uma forma de chamar a atenção para um problema recorrente.

Conforme Mendes (2018), eles começaram trocando ideia com os próprios taxistas, profissionais regularizados. Em seguida, passaram a debater a pauta dentro da redação. “Como fazer? De que forma mostrar isso? É o mais complexo. [...] Isso foi um bom tempo que a gente foi debatendo, até chegar à conclusão que a gente faria essa série de corridas.” (MENDES, 2018). Com a estratégia de apuração definida, os profissionais se inseriram no centro do acontecimento com o uso de disfarce. Durante a apuração, eles não revelaram aos motoristas que eram repórteres da *Gazeta do Sul*. De acordo com Valente (2003), “tal estratégia é necessária quando não existe prova documental” (p. 75). Para Sequeira (2003), a diferença entre o jornalismo de investigação e diário está na maneira como as informações são apuradas. Segundo a autora, a investigação jornalística “visa esmiuçar os acontecimentos e denunciar situações que prejudicam a sociedade, em busca da “verdade jornalística”, levando o profissional a lançar mão de estratégias que os jornalistas de atualidade não costumam empregar.” (p. 74).

A ideia de Sequeira vai ao encontro com a definição de Szczecinski (2018) de jornalismo investigativo. Para ela, a investigação jornalística acontece quando o

repórter precisa buscar por informações que não estão à sua disposição. “Essa verificação não se dá só ligando para a fonte oficial e perguntando, ou ouvindo especialistas” (SZCEZECINSKI, 2018). A respeito da reportagem “Informalidade que virou negócio”, Garcia (2018) diz ser um trabalho diferente do que acontece diariamente. Sua apuração e elaboração da matéria exigiu organização dos repórteres. O repórter comenta que a matéria foi investigativa na medida em que os profissionais entraram no mundo dos táxis clandestinos de alguma forma. “Nós nos passamos por usuários para ver exatamente como a coisa funcionava, para ver quem é que estava envolvido e explicar isso. Eu entendi como um exemplo de jornalismo investigativo.” (GARCIA, 2018).

Até mesmo a escolha dos repórteres estagiários para a execução das corridas foi planejada. O disfarce exigiu cuidados. Para Garcia (2018), deslizes poderiam colocar os profissionais em uma situação de risco ou fazer a pauta cair. A forma como a apuração foi conduzida está de acordo com uma das dicas, elaboradas por Fortes (2005), para a elaboração de uma reportagem investigativa. Segundo o autor, é necessário ser discreto.

O movimento silencioso de um bom repórter pode ser, muitas vezes, a chave de uma reportagem de sucesso. Assim como devem ser calculadas as investidas do repórter junto às fontes de forma a preservar o sigilo da apuração. Vale lembrar que o distanciamento da notícia é uma boa maneira de se resguardar de reações desconfortáveis, sobretudo no caso de denúncias. O jornalista investigativo deve, na medida do possível, caminhar pela sombra, ser pouco conhecido, não se deixar fotografar, falar o mínimo possível ao telefone (para evitar grampos) e manter uma relação estritamente profissional com as fontes. O repórter não precisa – na verdade, não deve – inserir-se socialmente na vida das fontes, e vice-versa. (p. 40).

Por conta dos riscos que assume, o repórter investigativo deve manter alguns cuidados com a própria identidade. Os profissionais envolvidos na reportagem “Informalidade que virou negócio” escolheram não se expor. Na época em que a reportagem foi elaborada, Mendes (2018) e Garcia (2018) tinham a própria coluna na *Gazeta do Sul*. Junto com os textos, eram publicadas as fotos dos repórteres e, por isso, eles convidaram Szczecinski e Kist para fazerem as corridas. Segundo Kist (2018), isso aconteceu, pois, ele e a colega não eram tão conhecidos como repórteres.

O cuidado em escolher os repórteres para participar das corridas, planejar a forma como seriam obtidas as informações e o uso de disfarce demonstra a atenção dos jornalistas da *Gazeta do Sul* em produzir uma reportagem com informações aprofundadas, uma das características do jornalismo investigativo. Esta atenção dos profissionais demonstra a necessidade de planejamento das investigações

jornalísticas. Elaborar uma reportagem investigativa sobre o transporte clandestino em Santa Cruz do Sul sem planejar poderia resultar em uma investigação ruim. Caso fosse publicada sem planejamento, a reportagem poderia causar, até mesmo, problemas judiciais para a empresa.

Investigações jornalísticas de qualidade são resultado de um bom planejamento. Tanto a reportagem “Informalidade que virou negócio” e a matéria “Bingos: o jogo não para” são um exemplo disto. Nas duas reportagens, é perceptível que a organização e planejamento da apuração gerou em um conteúdo com profundidade. Elas não parecem ser matérias que surgiram de um dia para o outro. As reportagens publicadas pela *Folha do Mate* são diferentes. A preferência por fontes oficiais, a falta de algumas fontes e de uma apuração feita com técnicas do jornalismo investigativo levam a acreditar que elas não foram pensadas antes. Em ambas matérias, os conteúdos parecem ter sido feitos sem programar técnicas de apuração. Além deste planejamento, os repórteres jornalísticos devem prestar atenção ao relacionamento com suas fontes. Esta é uma “questão crucial” para Sequeira (p. 79).

Os profissionais avaliam essa relação de maneiras diferentes. Porém, a autora ressalta que “não se pode esquecer que o repórter investigativo aborda, na maioria das vezes, temas cuja informação é de difícil acesso, e quem as detém quer deixá-las fora do alcance do grande público” (2005, p. 80). Ao mesmo tempo em que entrar em contato com essas fontes possa ser complicado, a apuração de uma reportagem investigativa exige que o profissional faça muitas entrevistas para que obtenha todas as informações possíveis. “Entrevistas, muitas entrevistas, com o objetivo de obter o maior número possível de informações, contrapontos, críticas, pistas e, sobretudo, contradições dentro da apuração.” (FORTES, 2005, p. 38). Por isso, consideramos a dificuldade em entrar em contatos com fontes de informação uma das características das reportagens investigativa. Geralmente, o jornalista investigativo busca por informações que não estão disponíveis em condições normais. Considerando estes dois fatores, a apuração do profissional deve ser incansável.

A humanização também é uma característica a ser considerada nas reportagens. Quando um repórter opta pela humanização, ele conta a história de pessoas relacionadas aos dados publicados na reportagem. Documentos e números são realmente importantes, mas é a humanização que aproxima o leitor da matéria. “Diretamente ligada à emotividade, a humanização se acentuará na medida em que o

relato for feito por alguém que não só testemunha a ação, mas também participa dos fatos.” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 15).

A falta de humanização das fontes nas reportagens foi um dos fatores debatidos pelos participantes do grupo focal. Para P7, a reportagem “Bingos: o jogo não para” deveria contar com o depoimento de um usuário da casa de jogos de azar. Para P1, seria isto que humanizaria a matéria. Enquanto isso, P2 aponta que não somente daria mais valor humano ao conteúdo, mas conseguiria expor a opinião das pessoas que jogam. “A gente sabe que muitas pessoas são viciadas nisso. Então, claro que é ilegal, tem toda essa questão. Mas existem pessoas que praticamente a vida delas é jogar no bingo.” P1 complementa a fala de P2 e ressalta que são os jogadores que movimentam estes locais. Além disso, P2 propõe uma diferente abordagem: o vício.

A ideia de P2 levou os participantes a se questionarem sobre o conceito de jornalismo investigativo. Para P4, a investigação jornalística busca informações de todas as possibilidades, todos os lados e raízes. Em concordância com P4, P8 ressalta que isso pode acontecer em sequência. Ou seja, debater um assunto a partir de todos os seus ângulos em uma série de reportagens. A partir deste comentário, P4 que a reportagens a respeito dos táxis clandestinos deveria ter o depoimento de um usuário. Para ele, faltam muitas informações para que a matéria seja considerada realmente investigativa. “Talvez pelo espaço, talvez pelo tempo, talvez pela necessidade.” Com isso, P5 relembra a necessidade de ressaltar a rotina dos jornais diários. Ele ainda comparou a equipe de uma redação diária com a de uma revista onde, conforme o participante, até dez pessoas são deslocadas para fazer uma matéria.

P2 concorda com P5 e diz que todos os apontamentos que aconteceram durante o debate são pertinentes. No entanto, a participante ressalta que fazer jornalismo investigativo exige muito tempo e uma apuração gigante. Por isso, com certeza um jornal diário precisaria dedicar muitos repórteres para contemplar todos os ângulos do assunto, entrevistar muitas pessoas, investigar, ver arquivos e ler documentos. Ela fala que, tudo isso, na rotina de um jornal diário, se torna muito “apertado”.

Bencke (2018) tem um pensamento parecido com a participante do grupo focal. Ela afirma que os repórteres sempre tentam investigar e buscar informações que não estão aparentes. Porém, a investigação jornalística pode ser muito difícil. A jornalista ressalta que é impossível os repórteres conseguirem trabalhar exclusivamente em

uma pauta. O contexto onde a profissional está inserida tem suas adversidades. “No interior, município pequeno, a gente fica muito mais na mão. A gente fica muito ligado, atrelado a questões políticas e econômicas.” (BENCKE, 2018). A repórter ainda ressaltou a falta de dados em um município como Venâncio Aires, onde os sistemas de órgãos públicos ainda não são sistematizados.

Tudo é muito difícil. É muito difícil tu conseguir uma estatística [...] Tu queres fazer sobre quantas pessoas faltaram as consultas do SUS no último semestre. Tu vais ter que pedir esses dados. Eles vão demorar pra te dar, vão ter que fazer todo um trabalho para levantar aqueles dados na Secretaria de Saúde. Nada é muito acessível, sabe. Então tudo demanda assim um trabalho de insistência e de convencimento até. (BENCKE, 2018).

Todas estas dificuldades ressaltadas pelos participantes do grupo focal e por Bencke (2018) podem dificultar o andamento da investigação jornalística. Quando tratamos de jornalismo investigativo, a pauta realmente deve trabalhar com todos os ângulos. Porém, considerando as estruturas das redações atualmente, isto é praticamente impossível. É válido lembrar que estamos analisando matérias provenientes de veículos do interior do Vale do Rio Pardo. Assim como apontado anteriormente, até mesmo a grande imprensa passa por dificuldades financeiras e estruturais. Em municípios pequenos e médios, estes problemas se tornam ainda mais latentes. Ressaltar características da investigação jornalística é necessário. Mas, vale lembrar, com a rotina diária e o enxugamento das redações, infelizmente, nem sempre é possível cumprir com tudo o que os teóricos propõem. No entanto, transformar as reportagens publicadas em uma série poderia ser interessante para abordar todas as perspectivas. Caso fossem publicadas mais matérias relacionadas ao assunto, seria interessante abordar o vício de jogadores de bingo nas páginas da *Gazeta do Sul*. Esta perspectiva ajudaria a humanizar os conteúdos. Assim como, na reportagem “Informalidade que virou negócio” abordar os aspectos que levam um motorista a trabalhar com o transporte clandestino seria interessante, sempre levando em conta que a investigação jornalística busca contemplar todos os ângulos de um assunto.

Para humanizar a reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, publicada pela *Folha do Mate*, seria interessante abordar a história e o perfil dos envolvidos nas gravações. Já a matéria “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires” possui traços humanizados. Ela parte do depoimento de moradores que vivenciam dificuldades pela inexistência de água potável na localidade. Porém, entrevistar uma pessoa que adoeceu ao ingerir esta água seria um grande acréscimo para a matéria. Na reportagem, são citadas doenças que são

causadas ao beber a água com excesso de flúor. Nesse sentido, entrevistar uma pessoa que teve a saúde prejudicada seria um exemplo de humanização. A dificuldade está em encontrar a fonte e a convencer em falar. Mas, estas são tarefas que devem ser executadas pelo repórter, tendo em vista as técnicas de apuração. Informações a respeito desta fonte poderiam ser encontradas em documentos disponibilizados por órgãos públicos, por exemplo.

No entanto, estas sugestões só poderiam ser cumpridas pelos repórteres caso eles tivessem disponibilidade de tempo. Esta é uma das adversidades das redações atualmente: as matérias devem ser construídas rapidamente para que sejam publicadas assim que possível. Ainda que o cenário não seja favorável para as investigações, os repórteres devem sempre ser responsáveis ao publicar reportagens. “O jornalismo precisa calçar-se, estar documentado e ter plena noção de seus limites. Se não, quem denuncia é o único punido” (SOUZA, 2002, p. 229). É necessário ter cuidado pois, conforme Fortes (2005), jornalismo investigativo é uma atividade de risco.

É o tipo de coisa que mexe com grandes interesses, com corporações poderosas, com crime organizado, com policiais corruptos, com todo tipo de gente que quer ver qualquer coisa na frente, menos um jornalista abelhudo fazendo perguntas e fuçando para lá e para cá. Enfrentar essas máfias é um ato de grandeza profissional, mas se entregar a isso de qualquer jeito é a maneira mais fácil de se meter em encrenca. Não vale a pena, sob razão alguma, correr risco de morte para tocar uma pauta. (FORTES, 2005, p. 42).

Este trabalho citado por Fortes compreende a definição de investigação jornalística citada por todos os profissionais. No entanto, quando falamos sobre jornalismo investigativo, precisamos pensar que existem outras definições além da clássica. As diferentes formas de conceituar jornalismo investigativo foram pautadas pelos participantes do grupo focal. Assim que P2 comentou que pode ser complicado realizar investigações jornalísticas no interior, P8 lembrou um conceito chamado jornalismo sobre investigações. “É, na verdade, o jornalismo investigativo com base no vazamento de uma investigação em andamento.” O participante ainda disse que é um estilo de reportagem muito atual em que o inquérito está em segredo, mas o repórter consegue ter acesso a ele. Ainda conforme o participante, a partir desta documentação o profissional faz uma matéria a respeito da investigação de um órgão.

O participante está correto ao lembrar que o jornalismo investigativo possui diversas definições. Kovach e Rosenstiel (2003) elencam três diferentes tipos de reportagens dentro do jornalismo investigativo. Conforme os autores, a primeira



definição é a reportagem investigativa original, seguida da reportagem investigativa interpretativa e a reportagem sobre investigações. A reportagem investigativa original é o modelo clássico, citado por participantes do grupo focal e pelos autores das reportagens pesquisadas. Esse tipo de reportagem envolve os próprios repórteres na descoberta e documentação de atividades até então desconhecidas do público. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 176). Ainda conforme os autores, a apuração da reportagem investigativa original pode usar táticas similares ao trabalho policial, como sair em busca de informação, consultas a documentos públicos, uso de informantes e até, em circunstâncias especiais, trabalho secreto (p. 176 – 177).

A reportagem investigativa interpretativa geralmente requer as mesmas habilidades de iniciativa do jornalista, mas leva a interpretação a outro nível. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 178). Conforme os autores, ela surge a partir de uma reflexão e análise de uma nova ideia (p. 178). O resultado desta produção, de acordo com Kovach e Rosestiel (2003), fornece aos leitores um melhor entendimento do que acontece (p. 178).

A terceira definição – reportagem sobre investigações – é diferente das últimas duas. O repórter não assume um papel de detetive. Pelo contrário, o jornalista acompanha as investigações de outros órgãos. Estas reportagens originam da descoberta ou de vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 180). Autores como Nascimento (2010) criticam este desdobramento do jornalismo investigativo. Conforme ele, “matérias jornalísticas que apontam irregularidades devem ser fruto de um leque de grandes fontes” (p. 103). Ele ainda fala que

Há aquelas que saem de investigações do próprio governo – e nelas estão os temas que o governo escolhe para se autofiscalizar -, outras que resultam de iniciativas do Congresso – e aí estão as prioridades dos parlamentares -, outras são originárias de processos que tramitam no Judiciário – dentre as linhas de atuação desse poder –, e outras do Ministério Público, decorrentes das frentes de investigação abertas por promotores e procuradores. Um número enorme de denúncias não pode sair dessas fontes, deve ser resultado da própria investigação dos jornalistas. (NASCIMENTO, 2010, p. 103).

Apesar de reconhecer a existência de diferentes estilos de reportagem, este estudo compreende o jornalismo investigativo de uma só forma: quando o repórter faz um trabalho ativo de apuração, usando de diferentes técnicas para buscar informações que estão escondidas da população. Os demais tipos de investigação

jornalística são considerados apenas como variações. Não há problema em um profissional utilizar informações provenientes de órgãos públicos. No entanto, o trabalho de investigação jornalístico deve ser sempre constante. Ao publicar somente reportagens sobre investigações oficiais, os jornais esquecem de um dos seus maiores potenciais: fiscalizar e promover o espírito crítico dos leitores. Mesmo que alguns pesquisadores, como Kovach e Rosentiel (2003) e Nascimento (2010), reconheçam diferentes tipos de reportagem dentro do jornalismo investigativo, há profissionais que criticam o jornalismo sobre investigações. “Sem investigações de origens – coisa que leva tempo e demanda recursos – e desprovidos de correlações, os fatos apresentados pela mídia tornam-se incompreensíveis.” (RIBEIRO, 2005, p. 47)<sup>27</sup>. Escrever uma reportagem que todos compreendam é um princípio básico do jornalismo. O jornalismo investigativo requer sensibilidade ao lembrar do leitor.

Lealdade ao leitor é a razão de toda a atividade jornalística. Toda investigação levada a cabo por um repórter deve ter como fundamento o interesse coletivo, a ética humana, a preservação da democracia e todas essas coisas bonitas que fazem da profissão motivo de orgulho para quem a exerce com paixão e destemor. (FORTES, 2005, p. 42).

O leitor é parte do jornalismo e deve ser considerado quando os repórteres escrevem matérias, independente do assunto. Sob o ponto de vista do leitor, os participantes do grupo focal foram questionados se substituiriam alguma das fontes de informação das reportagens. Na matéria “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires” P7 sentiu a falta de algum morador que tenha ficado doente após ingerir o líquido. Enquanto isso, P6 não acredita que a população realmente beba a água. “Eles devem comprar [...] pegar na cidade.” Em concordância com P6, P4 fala que esse é um assunto que poderia ser apurado e acrescenta que seria interessante calcular quanto os moradores de Paredão Pires gastam com água. Com isso, P6 diz que cabe ao repórter desconfiar. Para Fortes (2005), curiosidade e desconfiança são características que devem andar juntas durante uma investigação jornalística. “A curiosidade é que leva o homem a olhar um buraco escuro no chão. A desconfiança é o que o impede de meter a mão sem antes pesquisar o que tem dentro.” (p. 39). Apesar de serem características gerais de qualquer ser humano, ser curioso e desconfiado são essenciais no trabalho jornalístico de investigação. Quando um repórter é curioso e desconfiado, ele busca por informações onde outros

---

<sup>27</sup> A fala de Ribeiro consta de entrevista e foi utilizada por Sequeira (2005). A citação não está em forma de publicação.

profissionais não procurariam. Com a desconfiança, o jornalista sempre pensa duas vezes antes de acreditar completamente em uma informação. A combinação destas duas características resulta em uma apuração bem-feita, com ângulos diferentes e informações conferidas, fatores que são fundamentais em uma reportagem investigativa.

Bencke (2018) confessa que não pensou em calcular os gastos dos moradores de Paredão Pires com a compra de água. De acordo com a jornalista, pelo que percebeu nas casas, os moradores não adquiriam água em grande quantidade. “São famílias muito carentes. São situações críticas mesmo.” (BENCKE, 2018). Ela notou que os moradores tinham garrafas com a água imprópria para beber. A repórter acredita que a matéria está completa. “Se eu fosse trabalhar de forma geral, investigar quais localidades não tem água potável, com certeza não. Eu precisaria ir atrás de outras comunidades. Esse caso foi bem específico de Paredão Pires.” (BENCKE, 2018). Considerando que o jornalismo investigativo expõe diversos ângulos sobre um assunto, o trabalho de Bencke poderia ter sido melhor explorado. No entanto, é preciso lembrar que jornalistas sofrem com a falta de tempo das redações. Se tivesse tempo, a investigação poderia ser ampliada com a busca por outras comunidades de Venâncio Aires que não têm água potável. Como a reportagem pautou somente o caso de Paredão Pires, buscar por moradores que adoeceram ao ingerir a água e apurar quanto cada família gasta com água – como citado pelos integrantes do grupo focal - seria interessante. A investigação jornalística não pode partir de suposições ou aparências. Deve sempre ser aprofundada, feita com olhares curiosos. Por isso, a apuração do repórter deve buscar pelo maior número de informações possíveis, mesmo que não sejam utilizadas nas matérias.

Após comentarem a reportagem “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”, os participantes do grupo focal passaram a falar sobre a reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”. Eles criticaram as fontes escolhidas na matéria. É perceptível que as informações não ficaram claras, já que os entrevistados não assumiram a responsabilidade pela investigação. Para P7, “parece que o promotor empurra para o delegado, o delegado empurra para o promotor”. E P6 continua, dizendo que “a Câmara empurra para o presidente da OAB”. Algo que, conforme P4, seria normal. Nascimento (2006) faz uma crítica a este tipo de reportagem em que o repórter escreve sobre uma investigação, algo que aconteceu na reportagem publicada na *Folha do Mate*.

Quando jornalistas resolvem se ater de forma especial às investigações de procuradores da República e de policiais federais, estão deixando que o Ministério Público ou o Poder Executivo decidam a “agenda” da imprensa, que determinem de forma indireta quais assuntos devem chegar aos leitores. (p. 103).

Durante o estudo, o autor deixou claro que a investigação da imprensa e a oficial devem ocorrer de formas diferentes. “Tanto as investigações jornalísticas quanto as oficiais são fundamentais para a transparência de instituições, de empresas e para a denúncia de problemas sociais graves.” (NASCIMENTO, p. 105). Diferente de Nascimento, Souza (p. 2002) faz uma crítica rígida ao jornalismo sobre investigações.

Os jornalistas que não investigam e apenas reproduzem, não se interessando pela eliminação das aspás, costumam informar, diante de episódios mais relevantes, que a apuração decorreu de “meses de investigação”. O curso de um inquérito pode demorar meses, sim, e o de um processo também, mas numa investigação isso raramente acontece. Além de não investigarem mais como antigamente, os policiais de hoje são mais impacientes. Poucos são capazes de ficar à espreita, seguir, acompanhar, observar detalhes aparentemente irrelevantes, e muito menos encarar, sem receio de ficar em notória inferioridade, o bandido capaz de atirar. As sindicâncias são sempre chamadas de “rigorosas”. Jamais de inúteis. Mas é o que são, na maioria. (p. 114).

Em sua fala, o autor avaliou a investigação feita por órgãos do Estado. Ainda que o jornalista possa fazer a sua própria investigação, Vasconcelos (2005) diz que a imprensa não é substituta da polícia. “Ela tem de investigar tendo como referência o produto do trabalho dessas áreas. O jornalismo presta serviço, não tem a menor dúvida, denunciando o que não funciona nessas áreas, mas não pode substituir o Estado.” (p. 110). Complementando a fala de Vasconcelos, Nascimento deixa claro que o jornalismo sobre investigações não é algo negativo. “Muitas vezes, é somente a divulgação de uma investigação oficial que impede ou inibe a impunidade. Mostrar de forma honesta e crítica o que investigadores oficiais estão fazendo na fiscalização de instituições também deve ser uma das tarefas da imprensa.” (p. 102). Quando o repórter opta por escrever uma reportagem pautada por investigações oficiais, é comum acontecer algo como na matéria publicada pela *Folha do Mate*. Sem elaborar a sua própria investigação, o profissional depende da opinião e depoimento das fontes de informação. No entanto, nem sempre as fontes de informação clarificam o acontecimento. Unindo todas as entrevistas, o resultado é a transcrição de depoimentos: todos dizem alguma coisa, mas nenhum diz o que o leitor quer realmente saber. O olhar crítico do repórter é básico para driblar este tipo de problema. É necessário planejar, questionar-se o que realmente aconteceu, buscar fontes menos

óbvias e apurar de maneiras além das tradicionais. Exatamente neste momento em que começa o trabalho de investigação do repórter, algo que não aconteceu na reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”.

É importante ressaltar novamente que, ao fazer a própria investigação, o jornalista desenvolve as suas próprias técnicas. As apurações coletam informações através de documentos, disfarce e inserção do repórter no centro do acontecimento. Há o uso de câmera escondida, método usado por repórteres para flagrar acontecimentos.

### **5.3 Uso de câmera escondida e de imagens na reportagem investigativa**

Das quatro reportagens selecionadas para a pesquisa, somente uma delas contou com o uso de câmera escondida. A matéria “Bingos: o jogo não para”, publicada na *Gazeta do Sul*, utilizou o recurso. Conforme Mendes (2018), era necessário saber se a casa de jogos de azar estava realmente funcionando. Essa foi uma dúvida que surgiu durante a apuração. “Eu não vou bater lá na porta e perguntar “aqui é da Gazeta, está funcionando o bingo?” Nós colocamos um repórter lá dentro para saber isso, acho que essa foi a diferença” (MENDES, 2018). O nome do repórter não foi veiculado na publicação da matéria. “Ele só aceitou usar a câmera e entrar lá porque fez um acordo que nunca saberiam que era ele.” (MENDES, 2018).

Conforme a repórter, o profissional chegou a conversar com algumas pessoas que estavam no local. Mas, tudo foi muito rápido. Segundo Mendes (2018), ele acreditou que as pessoas iriam notar que estava com uma pequena câmera. “Ele deu uma volta dentro do bingo para nos mostrar que ainda tinha poucos computadores, porque eles estavam recém remontando.” (MENDES, 2018). O objetivo da matéria, conforme Garcia (2018), era demonstrar como o estabelecimento se organizava para driblar a fiscalização e a polícia. Para o repórter, usuários de bingo não são exatamente criminosos. Seria desnecessário expor alguma dessas pessoas, já que o foco da reportagem era outro. Caso a *Gazeta do Sul* publicasse a reportagem sem entrar no local, correria o risco de divulgar informações erradas. A câmera escondida foi usada para comprovar que, efetivamente, o bingo estava funcionando. Se não tivessem usado o recurso, os repórteres ficariam com dúvidas sobre a abertura da casa de jogos de azar. Outros computadores poderiam ter sido, somente, instalados. É necessário ter certeza quando publicamos uma reportagem investigativa. Uma boa

apuração e uma matéria feita com profundidade não deixam dúvidas. Estes fatores reduzem as chances da empresa jornalística ser alvo de processos judiciais, algo que, com a crise econômica, é bom evitar.

De acordo com Tesche (2018), a *Gazeta do Sul* sempre disponibilizou aos repórteres os recursos necessários para o andamento de uma reportagem investigativa, como veículo e fotógrafos. A câmera escondida foi comprada recentemente. Como o uso de gravações ocultas é considerado uma das características das reportagens de investigação, os participantes do grupo focal foram questionados sobre este recurso nas demais reportagens investigativas. P1 não consegue imaginar como uma câmera poderia ser usada na matéria “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires”. A participante diz que na reportagem “Informalidade que virou negócio” uma gravação poderia ter sido feita. Ela fica em dúvida com relação à matéria “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, enquanto P6 considera não possível.

Diferente de P1 e P6, P7 acredita que a câmera escondida poderia ser utilizada na reportagem sobre o vereador, publicada na *Folha do Mate*. Porém, para que isso acontecesse, ele acredita que a matéria deveria ser alterada. O foco dela poderia ser a respeito dos áudios, enquanto as gravações aconteceriam com os envolvidos, conversando sobre o ocorrido. Ele não imagina um repórter abordando Kappel para ter essa conversa. Por isso, P6 sugere o uso de disfarce. Talvez vestir alguém como um detento ou familiar de um detento. Mas P7 problematiza a ideia e diz que Kappel ele não falaria sobre este assunto com qualquer pessoa. Ainda assim, P6 acredita que essa seria a maneira de flagrar o homem em uma tratativa ilegal. Com a crítica de P7, P1 ressalta que o uso de câmera escondida poderia ser difícil pois o vereador já conhece os jornalistas do veículo. A participante faz uma comparação com a reportagem dos táxis clandestinos, onde os condutores não conhecem os repórteres. Na opinião dela, neste caso o uso do recurso seria mais fácil.

Ao considerarmos o uso da câmera escondida como uma das características da investigação jornalística, a inserção deste recurso nestas reportagens deveria acontecer de forma natural. Na reportagem feita pela *Gazeta do Sul* sobre o transporte clandestino, o recurso realmente poderia ter sido utilizado durante as corridas feitas pelos repórteres. Isso acrescentaria imagens para a matéria, além de mais recursos contra possíveis processos jurídicos. Não é fácil imaginar uma gravação oculta na matéria “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”. Mas, pensando no

conteúdo da reportagem, o uso de câmera escondida é possível já que ela trata de uma negociação ilícita entre um vereador, também advogado, e familiares de um cliente. Porém, desvendar a melhor forma de utilizar o recurso é o papel do repórter.

Mesmo sem uma gravação escondida, a reportagem possui outros atributos da reportagem investigativa. De acordo com P2, a matéria ouviu todas as pessoas atingidas. Para ela, é algo que não pode faltar em uma reportagem. Mas ainda assim, para P6, não há nada de investigativo na matéria. Para P1, tudo se trata apenas de um relato. Enquanto isso, P7, novamente propõe mudanças na reportagem. Para ele, a matéria está invertida. P5 complementa P7 e diz que os áudios estão faltando na reportagem. Ao ler a matéria sem saber do acontecimento previamente, o participante não a considera como investigativa. Antes de pensarmos nas características que dão a aparência investigativa para uma matéria, assim como P7, é interessante falarmos sobre o papel do profissional durante a apuração.

Para Fortes (2005), o repórter deve ser puramente curioso, além de “assumir um quê de detetive mesmo” (p. 35). Conforme o autor, uma dica no momento de elaborar uma reportagem investigativa é “fugir das fontes oficiais e óbvias” (p. 35). Assumindo um posicionamento um pouco diferente de Fortes (2005), Dickow (2018) começou a apurar as informações a respeito do caso assim que os órgãos oficiais iniciaram a investigação. Ele tentou conversar com todos os envolvidos e diz que “a apuração foi o posicionamento de cada um deles” (DICKOW, 2018). Isso aconteceu, conforme o profissional, pois foi necessário “amarrar todos os pontos”. Ele acredita que outros veículos teriam trabalhado da maneira como a *Folha do Mate* trabalhou. Para o jornalista, o foco da matéria foi demonstrar a veracidade dos áudios.

Nada mais foi do que a partir da conformação de que ele era uma das pessoas que fazia parte daquelas gravações, que ele estava no áudio, a gente começou a conversar com promotoria, com polícia, tudo mais, e também a gente passou a acompanhar a investigação. (DICKOW, 2018).

Ao optar por esperar pelo início da investigação dos veículos oficiais para publicar a reportagem, Dickow (2018) expõe uma opinião contrária a de Fortes (2005).

Vale lembrar de uma velha máxima jornalística, definitivamente aplicável à reportagem investigativa: “notícia é tudo aquilo que alguém, em algum lugar, quer manter escondido. O resto é propaganda”. Não espere colaboração de quem estiver sendo investigado, nem do grupo de interesse ao qual ele pertence. (p. 36-37).

Indiretamente, Fortes (2005) ressalta a importância das investigações feitas pelos repórteres. Nascimento (2010) possui uma opinião parecida com a do autor.

Para ele, as investigações oficiais podem ser usadas como um complemento dentro de uma reportagem.

O uso de algumas informações de investigações oficiais não impediu que o trabalho de Bernstein e Woodward se transformasse no mais famoso exemplo de jornalismo investigativo do mundo. A grande diferença entre o que a dupla do Post fez e as atuais reportagens sobre investigações é que as informações oficiais sobre o Watergate foram usadas para reforçar a apuração, esclarecer dúvidas e confirmar fatos que os repórteres haviam descoberto. Ou seja, as investigações oficiais funcionaram como um acessório para a investigação jornalística. (p. 101).

Assim como Fortes (2005), Nascimento (2010) retoma a importância do repórter investigar um assunto por conta própria. Mesmo que Dickow (2018) tenha ouvido todas as pessoas envolvidas no caso de Eduardo Kappel, a reportagem possui falhas. Não há investigação feita pelo repórter, somente declarações de fontes oficiais envolvidas no caso. A apuração de uma reportagem investigativa requer buscar por informações além do óbvio. Assim como citado anteriormente, para que isso aconteça, o repórter deve ser curioso. A curiosidade implica que o profissional irá além do esperado, procurar por um ângulo diferente e fazer um trabalho independente da investigação oficial. Através do depoimento de Dickow (2018), é perceptível que isto não aconteceu na reportagem.

Diferente de Fortes (2005) e Nascimento (2010), Sequeira (2005) faz uma crítica ao cenário atual das redações sem citar as reportagens sobre investigações. Um dos problemas, conforme ela, são os grandes destaques dados às imagens.

Com respeito à elaboração das matérias, a reportagem investigativa está na contramão do fazer jornalístico processado as redações de hoje, que privilegia a imagem em detrimento do texto e as notícias curtas de até três parágrafos em detrimento das grandes matérias. (p. 58-59).

Assim como a autora, os participantes do grupo focal observaram os recursos visuais que foram utilizados nas matérias. A imagem da reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel” mostra uma câmera filmando a sessão da Câmara de Vereadores, com a legenda “Equipe de reportagem que acompanha o jornalista Giovani Grizotti estava a postos na sessão da Câmara de Vereadores”. Alguns dos participantes do grupo criticaram a maneira como o recurso visual foi utilizado. Para P5, a legenda implica que a matéria é sobre a investigação e a presença de Grizotti em Venâncio Aires, com isso a imagem vai contra o título da matéria. P5 concorda com P1 e diz que o veículo parece dar mais destaque para o profissional do que para o acontecimento.



Diferente de P5 e P1, P2 não critica a imagem e tenta justificar o posicionamento do veículo. Para a participante, a presença de Grizotti em Venâncio Aires chamou muita atenção. Ela diz que talvez o jornal tenha escolhido esta imagem pois foi realmente algo de muita repercussão. Da mesma forma, P8 concorda com P2 e diz que há sempre boatos de uma investigação feita pelo profissional, em tom de brincadeira. Quando essa investigação realmente acontece, torna-se um grande comentário. Apesar da relevância do trabalho de Grizotti no Rio Grande do Sul, o foco da reportagem, citado por Dickow (2018), era demonstrar a veracidade dos áudios. Com isso, a imagem publicada na página não se relaciona ao assunto.

O caso envolvendo o vereador Eduardo Kappel deveria ser considerado mais relevante que a presença de um jornalista em Venâncio Aires. As imagens utilizadas nas matérias investigativas, assim como os títulos, precisam ser coerentes com o assunto publicado na reportagem. Neste caso, não há relação: Grizotti não está envolvido no caso de Kappel. A imagem poderia ter sido mudada por uma do vereador. O espaço poderia ter sido utilizado, até mesmo, para a publicação da transcrição dos áudios, informação mais relevante que a investigação de outro profissional.

A respeito da reportagem publicada pela *Gazeta do Sul*, “Informalidade que virou negócio”, P2 tem uma opinião positiva. Para a participante, o infográfico que está na matéria explica mais. Segundo P2, o recurso visual é didático para quem está lendo a matéria, ainda mais quando ela contém muitas informações. De acordo com Garcia (2018), uma das primeiras decisões tomadas pelos repórteres foi a criação de um mapa.

Segundo o jornalista, o principal motivo era demonstrar as diferenças de preço entre um táxi regular e um clandestino. “A gente desde o início decidiu que iria fazer um mapa, mostrando os trajetos que a gente tinha feito, até para deixar claro que o nosso trabalho de apuração não foi uma coisa feita de qualquer jeito.” (GARCIA, 2018). O resultado final deste trabalho, citado por Garcia (2018), pode ser considerado como investigação jornalística. O planejamento, a apuração feita a partir da infiltração de repórteres no centro do acontecimento e o cuidado com a edição e diagramação da matéria comprovam que a reportagem foi feita com o cuidado que o jornalismo investigativo requer. Ela possui a característica central da reportagem investigativa: os repórteres assumiram um papel ativo na investigação. Durante a apuração, eles se inseriram no centro do acontecimento. Observaram o trabalho dos motoristas clandestinos e assumiram papel de detetives. Além disto, o mapa publicado pelo

veículo demonstra todo o cuidado dos jornalistas com a apuração. Alguns participantes do grupo focal pensam da mesma forma. Para P8, as duas reportagens publicadas pela *Gazeta do Sul* são investigativas. P5, P1 e P6 concordam com o participante. No entanto, P6 acrescenta que ambas as matérias demonstram que o veículo planejou a pauta. Em contrapartida, ele diz que as reportagens publicadas pela *Folha do Mate* não foram pensadas.

Para P1, é necessário considerar o tamanho do veículo. Segundo a participante, a *Folha do Mate* é menor que a *Gazeta do Sul*. Mesmo que indiretamente, esta indiferença pode ser relacionada ao trabalho de investigação jornalística. As redações passam por um momento de crise econômica. Com isso, o número de repórteres é reduzido. Problemas como estes são sentidos por todos os veículos, independente de seu tamanho. No entanto, eles se tornam maiores em empresas menores. Com menos jornalistas, nem sempre é possível deslocar profissionais para elaborar uma reportagem investigativa. Na *Gazeta do Sul*, seis jornalistas elaboraram as matérias. Quatro profissionais trabalharam na reportagem “Informalidade que virou negócio” e dois escreveram a matéria “Bingos: o jogo não para”. Já na *Folha do Mate*, somente um repórter foi deslocado para cada uma das reportagens. Dessa forma, torna-se difícil seguir todas as características do jornalismo investigativo.

Para P3, as reportagens publicadas pela *Gazeta do Sul* demonstram que os funcionários são incentivados a fazer reportagens investigativas. Apesar do posicionamento positivo em relação às reportagens publicadas pelo veículo, tanto P1 quanto P6 reconhecem algumas falhas. P1 diz que falta humanização. A participante diz que a reportagem “Bingos: o jogo não para” poderia ter contado com o relato de um participante, assim como a matéria “Informalidade que virou negócio” seria interessante ter um relato um pouco mais detalhado sobre as viagens e o atendimento. Sobre essa reportagem, P6 sentiu a falta do relato detalhado do próprio motorista. Já na matéria “Água potável é desafio para Paredão Pires”, P6 acredita que outros moradores da localidade poderiam ser ouvidos. Ele diz que isso contextualizaria melhor a história. Essas lacunas poderiam ser relacionadas ao pouco tempo disponível para apuração, um dos problemas percebidos nas redações jornalísticas. Nem sempre os repórteres conseguem contemplar todos os ângulos do assunto tratado. Seria interessante se os jornalistas da *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate* pudessem inserir mais material humano nas reportagens. A humanização emocional aproxima o leitor do conteúdo. Ela deixa dados, números e documentos mais

compreensíveis. Uma alternativa interessante para abordar este outro ângulo dos assuntos seria a publicação de uma série de reportagens.

Reportagens como a publicada pela *Folha do Mate* a respeito da água potável geralmente, conforme Fortes (2005), são desprezadas de forma blasé dentro das redações, onde o destaque vai para a política e economia. Ele ainda diz que isso acontece com matérias que parecem “teorias conspiratórias” (p. 36). A respeito disso, o autor deixa claro que os repórteres devem levar a “loucura até o fim” (p. 36). Assim como Fortes (2005), Sequeira (2005) critica a rotina das redações.

Quando se exige que o profissional trabalhe na velocidade do sistema, exclui-se o jornalista investigativo - que não faz suas apurações entre fontes estabelecidas, como agências noticiosas e assessorias de imprensa, não consegue cumprir prazos fixos de fechamento nem produzir reportagens dentro de padrões estabelecidos (com relação a espaço), e ainda necessita de tempo para desenvolver suas apurações. (p. 58).

Ela ainda diz que as edições feitas pelas redações atualmente vão na contramão do jornalismo investigativo, pois o seu desígnio é “aprofundar informações para o leitor.” (p. 59) A autora ainda fala que

Seu objetivo é levar ao leitor uma informação que grupos de poder querem omitir ou sonegar da sociedade, explicando-a na sua complexidade, sem simplificações reducionistas e sem tentar neutralizar seu impacto perante a sociedade. (SEQUEIRA, 2005, p. 59).

Considerando a função da investigação jornalística, citada por Sequeira (2005), as técnicas de apuração e a definição de jornalismo investigativo, é perceptível que as reportagens investigativas originais, assim nomeadas por Kovach e Rosenstiel (2003), ainda acontecem, mesmo que timidamente. Ao analisarmos as reportagens publicadas pela *Gazeta do Sul* e *Folha do Mate*, devemos ter em mente que estamos abordando dois veículos do interior do Rio Grande do Sul. Todas as dificuldades que a grande imprensa passa são ressaltadas nas cidades pequenas.

A investigação é perceptível nas reportagens “Informalidade que virou negócio” e “Bingos: o jogo não para”. Em ambas matérias, os repórteres tiveram um papel importante durante a apuração. A partir do planejamento, eles saíram às ruas para buscar informações que mostrassem como funciona o transporte clandestino em Santa Cruz do Sul e como uma casa de jogos de azar reabre rapidamente após a apreensão de computadores. Quando os repórteres assumem um trabalho de investigação, sempre há o risco de voltar para a redação sem o material esperado. Pensando desta forma, os jornalistas da *Gazeta do Sul* ousaram em um cenário onde a investigação jornalística não é a prioridade. Ao optar pelo uso de disfarce na

reportagem sobre os táxis clandestinos, os repórteres utilizaram um dos recursos mais característicos da investigação jornalística. Durante a apuração, eles se transformaram em verdadeiros detetives. Já na matéria “Bingos: o jogo não para”, os repórteres também agiram de acordo com um dos atributos do jornalismo investigativo. Toda a reportagem foi baseada na observação dos jornalistas.

Apesar da reportagem “Água potável é desafio para a comunidade de Paredão Pires” ser considerada investigativa pela *Folha do Mate*, não há características de investigação jornalística nela. Da mesma forma, a matéria “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel” não pode ser definida como reportagem investigativa. Ela noticia uma investigação oficial, sem indícios de que o repórter tenha feito uma investigação para obter as informações. É evidente que ambas as reportagens demandaram tempo dos profissionais. Mas, sem o uso de disfarce, câmera escondida ou observação, não há atributos que as relacionem com a investigação jornalística. A tentativa de ouvir todos os envolvidos no caso de Kappel não deve ser considerada pois é algo natural do jornalismo em geral.

A proximidade das fontes, interesses econômicos e políticos tornam o exercício da investigação jornalística praticamente impossível. Há também a falta de recursos e de incentivo. Ainda assim, como visto neste capítulo, a investigação jornalística encontra as suas maneiras de acontecer.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da aplicação dos procedimentos metodológicos e feita a análise de todos os conteúdos coletados, conclui-se que as reportagens publicadas pela *Gazeta do Sul* são investigativas. Já as matérias publicadas pela *Folha do Mate* não possuem características relacionadas ao jornalismo investigativo e, por tanto, não são investigativas. Apesar destas definições, as entrevistas feitas com os profissionais dos veículos e as falas dos participantes do grupo focal demonstram que jornalistas de veículos do interior tentam exercer a investigação jornalística. Contudo, há adversidades que prejudicam o andamento destas reportagens. A falta de recursos e o número pequeno de repórteres nas redações são dificuldades que tornam a elaboração da investigação jornalística difícil. Uma reportagem investigativa demanda tempo, espaço, recursos humanos e financeiros. No contexto atual, estes fatores não estão facilmente disponíveis.

As investigações jornalísticas ficam em segundo plano para que as redações consigam cobrir as notícias factuais, dar informações em primeira mão e apurar com agilidade. Não há problema nos jornais optarem por destacar as atualidades ao invés das reportagens longas. Esta é uma escolha compreensível neste cenário que, como citado anteriormente, é contrário ao jornalismo investigativo. No entanto, ao esquecer as investigações jornalísticas, os veículos perdem de apostar em uma área que possui funções sociais, como por exemplo, fiscalizar e agir como guardião da sociedade. O jornalismo investigativo procura expor informações que antes estavam ocultas dos leitores, dos órgãos públicos e até mesmo da polícia. Considerando o ofício e o seu papel, os veículos deixam de pautar reportagens que poderiam causar transformações em seus municípios. Ao noticiarem somente acontecimentos, os jornais tornam-se reprodutores da realidade. Com a publicação de reportagens investigativas, eles promovem a reflexão da realidade e colaboram com o desenvolvimento do espírito crítico dos leitores. Estes dois fatores são facilmente relacionados ao desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, justa e transparente.

As tentativas de investigar, citadas anteriormente, nem sempre são bem-sucedidas. Antes de dar início a uma apuração investigativa, o repórter deve planejar os passos a serem tomados para que a reportagem esteja de acordo com as características de jornalismo investigativo. Nesse momento, o profissional precisa pensar em diferentes técnicas de apuração - como o disfarce, inserção no centro dos

acontecimentos e uso de câmera escondida - para obter informações. No entanto, as mesmas dificuldades que reduzem a produção de reportagens investigativas, também atrapalham o planejamento das pautas. Para que o repórter consiga organizar e elaborar a reportagem pensando nas características investigativas, ele precisa conhecer as definições de jornalismo investigativo com profundidade.

Dos oito entrevistados, todos demonstraram ter conhecimento dos conceitos de jornalismo investigativo. No entanto, um deles foi incoerente ao definir a investigação jornalística. Para o profissional, a reportagem investigativa partiria de uma informação incerta e buscaria pela confirmação da mesma. No entanto, isso não foi o que aconteceu na reportagem que escreveu. Somente um dos entrevistados desacreditou o termo jornalismo investigativo. Durante o estudo concluiu-se que, apesar de alguns teóricos dizerem que todo o jornalismo passa por uma investigação, nem todas as reportagens publicadas por jornais seguem as características do jornalismo investigativo. Está ultrapassado afirmar que todo o jornalismo é investigativo, especialmente considerando todas as dificuldades que os repórteres têm para iniciar e concluir uma reportagem investigativa.

Apesar de conhecerem as definições de investigação jornalística, nem todos os profissionais inseriram características na apuração das reportagens para que elas fossem consideradas investigativas. Estar familiarizado com as teorias não é o suficiente: os repórteres devem pensar em maneiras de apurar sem depender da investigação de órgãos públicos ou fontes de informação oficiais. Decidir como isto poderia ser feito em cada uma das reportagens é um papel dos jornalistas que, se realmente estivessem comprometidos com o jornalismo investigativo, deveria acontecer durante o planejamento. Quando um jornalista se organiza para produzir uma reportagem, isso é facilmente notável pelo resultado publicado, assim como observaram os participantes do grupo focal.

A credibilidade do veículo e dos profissionais está diretamente aliada a forma como um repórter se organiza antes de começar uma apuração. Como o jornalismo investigativo aborda assuntos delicados, geralmente associados a casos de corrupção, crimes ou injustiças, o jornalista que realmente planejou a pauta busca, durante a apuração, certezas e provas a respeito do assunto que ele está escrevendo sobre. Uso de alguma das técnicas de apuração do jornalismo investigativo, imagens relacionadas ao assunto da matéria, gravações e infográficos são indícios de que uma

reportagem foi bem planejada. Quando os jornalistas conseguem fazer tudo isso, os leitores confiam no bom trabalho do jornal. A final, ele está publicado.

Esta organização foi perceptível pelos participantes do grupo focal nas duas reportagens publicadas pela *Gazeta do Sul*, consideradas por esta pesquisa como investigativas. Isto não ocorreu nas reportagens publicadas pela *Folha do Mate*. Ambas as matérias parecem ter sido feitas rapidamente, sem uma apuração com técnicas do jornalismo investigativo, sem infográficos e gravações. Além disto, uma das reportagens publicadas pelo veículo pautou-se somente no depoimento de fontes oficiais. Isto, assim como foi visto nos capítulos anteriores, não prescinde de uma investigação. O resultado de apurações que se contentam apenas com a declaração de fontes oficiais não promove uma reflexão. Da mesma forma, ao fazer uma reportagem desta maneira, o repórter parece não ter espírito crítico e curiosidade, características ligadas ao perfil do jornalista investigativo.

Porém, por estarmos falando sobre veículos do interior, é necessário ressaltar o medo que os profissionais têm de cometer deslizes. Qualquer informação publicada de maneira publicada, pode causar um processo judicial. Para jornais pequenos e médios, isso é extremamente prejudicial. Nem sempre as empresas conseguem arcar com estes custos. Por isso, o repórter deve ter certeza das informações que está publicando. A melhor forma de obter esta confiança é apurando conforme as técnicas do jornalismo investigativo. Dessa forma, o profissional pode elaborar uma reportagem investigativa profunda, completa de certezas.

Por fim, é importante ressaltar que a investigação jornalística acontece na *Gazeta do Sul*. Reportagens investigativas são publicadas, mas sempre com um pequeno intervalo de tempo. É notável que os profissionais nem sempre conseguem trabalhar com investigações, mas, neste veículo, ela ainda é pautada. Os profissionais *Folha do Mate* sabem como definir jornalismo investigativo. Entretanto, eles têm dificuldades para transferir a teoria para a prática. Isso acontece devido a inúmeras adversidades, porém, isto também não é uma justificativa para a não-publicação de reportagens investigativas. Os mesmos problemas foram citados pelos profissionais da *Gazeta do Sul*, que investe em investigação. Para que uma reportagem investigativa aconteça, é necessário o suporte das empresas de comunicação, liberdade para expressar o pensamento durante a elaboração de uma pauta e

recursos para trabalhar conforme as técnicas de apuração do jornalismo investigativo. Caso isso não aconteça, os repórteres jamais conseguirão investigar.

Através do resultado deste estudo, é possível perceber o surgimento de uma nova perspectiva de pesquisa. Uma comparação entre a investigação dos veículos do interior e veículos de grandes cidades, como Porto Alegre, por exemplo, poderia identificar diferenças entre estes trabalhos, sempre lembrando a dimensão em que cada um dos jornais está inserido. Este trabalho poderia encontrar novos conceitos de jornalismo investigativo e outras formas de apuração.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leonel Azevedo de. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.73-84, junho 2006. Disponível em: < <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>> Acesso em: 12 abr. 2018.
- ALLUM, N. C.; BAUER M. W.; GASKELL G. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2004.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ALVES, G.; MEDEIROS, C. P. d.; MENEZES, M. R. B. Jornalismo investigativo e Policial: os bastidores da produção jornalística de assassinatos em série e crimes que abalaram a sociedade. **Revista Anagrama**, v. 3, n. 2, p 1-10, dez 2009–fev 2010, Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35421>> Acesso em: 13 abr. 2018.
- BARROS, A. T. d.; JUNQUEIRA, R. D. A elaboração do projeto de pesquisa. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BENCKE, Juliana. Água potável é desafio para comunidade de Paredão Pires. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 19 de jan. 2017. Destaques do dia. p. 4.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1993.
- COSTA, Lailton Alves da. Gêneros jornalísticos. In: ASSIS, F. d.; MELO, J. M. d. (Org.) **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UEMESP, 2010.
- \_\_\_\_\_; LUCHT, J. M. P. In: In: ASSIS, F. d.; MELO, J. M. d. (Org.) **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UEMESP, 2010.
- COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo focal. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- DICKOW, Carlos. MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 27 de set. 2017. Manchete. p.8-9.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- FERRARI, M. H.; SODRÉ, M. **Técnica de Reportagem: Notas sobre a Narrativa Jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- GARCIA, P.; KIST, J. P.; MENDES, L.; SZCZECINSKI, F. Informalidade que virou negócio. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 24 e 25 jun. 2017. Especial, p. 18-19.
- GARCIA, P.; MENDES, L.; Bingos: o jogo não para. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 15 e 16 de jul. 2017. Polícia. p. 24-25.

- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2004.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GROTH, Otto. **O Poder Cultural Desconhecido: Fundamentos da Ciência dos Jornais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- MARCONDES, Ciro Filho. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARTINO, L. M. S.; SILVA, L. R. Paradoxos e fronteiras éticas do jornalismo investigativo na doutrina jornalística brasileira. **Revista Comunicação Midiática**, v.8, n. 1, p.13-29, jan-abr 2013. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/issue/view/14/showToc>> Acesso em: 12 abr. 2018.
- MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992.
- MOREIRA, Sonia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da Notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.) **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: EDUnB, 2002.
- NASCIMENTO, Solano. **Os Novos Escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.
- PENA, FELIPE. **Jornalismo**. Rio de Janeiro: Rio, 2005b.
- \_\_\_\_\_. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005a.
- PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo na universidade de Columbia: o poder da opinião pública**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2009.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SOUZA, Percival de. **Narcoditadura**: o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

## ANEXOS

## ANEXO A – REPORTAGEM “MP VAI INVESTIGAR ÁUDIOS ENVOLVENDO DUDA KAPPEL”

.8 **Manchete**Folha **do** Mate

QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2017

## REPERCUSSÃO

**MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel***Promotor Pedro Rui da Fontoura Porto confirmou ontem que aguarda chegada de material que será enviado pelo delegado Felipe Cano*

CARLOS DICKOW

O promotor de Justiça Pedro Rui da Fontoura Porto confirmou, ontem à tarde, que espera apenas o envio do material, por parte do titular da 1ª Delegacia de Polícia, Felipe Staub Cano, para instaurar procedimento investigativo em relação a áudios que há quase dois meses circulam, via WhatsApp, pelos telefones de vários venâncio-airesenses. As gravações seriam de conversas entre o advogado e vereador Eduardo Kappel, o Duda (PP), e o filho de um preso que buscava a liberdade; além de um recado ao advogado, do próprio detento, de que queria a devolução de R\$ 20 mil pagos sem que a liberdade fosse conquistada.

Pedro Porto disse que tomou conhecimento da situação “porque um foi passando para o outro, até que chegaram em mim (os áudios)” e que a partir do material vindo da Polícia Civil definirá o que será feito em relação ao caso. “Há uma alusão a um desembargador, portanto temos que ver se fica aqui ou vai para Porto Alegre. Tudo vai depender do que o delegado mandar. Conversei com ele na manhã de hoje [ontem] e ele ficou de encaminhar”, esclareceu. Cano confirmou à reportagem que o material seguirá ao Ministério Público. “Chegou para mim como chegou para todo mundo. O MP é quem pode investigar”, reforçou.

Quem também espera pela



EDUARDO KAPPEL: ADVOGADO E VEREADOR DIZ QUE VAI ESPERAR PELA INTIMAÇÃO

chegada do material à Promotoria é João Afonso da Silva Beltrame, que seria o responsável por analisar eventual ocorrência de improbidade relacionada ao caso. De acordo com o promotor, a averiguação, quando o material oficialmente for remetido pela Polícia, será para a identificação da procedência dos áudios, bem como quem gravou as conversas. “Precisamos ver nomes, processo, réu, vítima, para somente depois traçar uma linha de trabalho. Depende muito do que vier da DP”, destacou Beltrame.

**INTIMAÇÃO**

Contatado pela Folha do Mate na tarde de ontem, o advogado e vereador Eduardo Kappel afirmou que só vai se manifestar mais a respeito do assunto quando for intimado pelo Ministério Público. O profissional declarou ainda que não atendeu a equipe de reportagem que esteve na Câmara



EQUIPE DE REPORTAGEM QUE ACOMPANHA O JORNALISTA GIOVANI GRIZOTTI ESTAVA A POSTOS NA SESSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES

segunda-feira à noite, mas admitiu que o interesse do repórter era no caso dos áudios, que ele também

sabe que estão circulando em grupos de WhatsApp. Ele não afastou a possibilidade de se pronunciar

nos próximos dias sobre a questão. “Quando eu estiver preparado, te aviso”, sintetizou.

**Rinez Trindade: “Cortei as relações com ele”**

O desembargador Rinez Trindade concedeu entrevista à Folha do Mate na tarde de ontem sobre a repercussão dos áudios em que o irmão Eduardo Kappel estaria envolvido e nos quais seu nome é citado. afirmou que jamais adotaria este tipo de conduta e que Duda utilizou seu nome de forma irresponsável. “Eu cansei, cortei relações com ele. Não dá mais”, disparou. Trindade ainda afirmou que ouviu os áudios e

tem passado por constrangimentos em virtude da repercussão do assunto. “Sim, eu tomei conhecimento. Agora, cada um tem a sua vida, cada um responde pelos seus atos”, complementou.

Rinez Trindade ressaltou que a votação que é mencionada nas gravações teve placar de três a zero, o que reforçaria a tese de que o irmão agiu sem a sua anuência. “Se eu tivesse dado uma decisão favorável, até poderia

me manifestar de outra forma, mas o que eu tenho que dizer é que não tenho nada a ver com isso aí”, enfatizou. Na opinião do desembargador, não há dúvida de que em um dos áudios Duda Kappel é um dos interlocutores e revela que já falou com o irmão sobre o caso. “Se eu souber que ele está atuando em algum processo, naturalmente vou declarar a suspeição”, encerrou o desembargador.

**ÁUDIO 1**

Em conversa com a duração de sete minutos e doze segundos (7min12s), que teria sido gravada no estacionamento do Shopping Praia de Belas, em Porto Alegre, em data desconhecida, Duda Kappel e um suposto filho do interessado em uma sentença do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) falam sobre votação desfavorável que impediu a saída do cliente do sistema prisional.

O homem diz que o pai tinha esperanças de deixar o cárcere, mas os desembargadores negaram tal solicitação por três votos a zero. Na sequência, Duda alega que a votação teria sido proposital e que um novo pedido, após a emissão de um laudo médico comprovando problemas de saúde do cliente, prosperaria.

Ao interlocutor, o advogado afirma que a revisão da decisão estaria assegurada pelo fato de que seu irmão - o desembargador Rinez Trindade - atuaria nesse sentido. O preço para a soltura foi acertado em R\$ 200 mil, com R\$ 90 mil sendo pagos no dia em que o médico emitisse o laudo e mais R\$ 90 mil repassados quando a Justiça confirmasse a decisão. Outros R\$ 20 mil já teriam sido antecipados a Kappel, antes da votação que negou a solicitação.

**ÁUDIO 2**

Outra conversa vazada, com a duração de sete minutos e vinte e oito segundos (7min28s), também ocorrida em data desconhecida, traria um recado do cliente, insatisfeito com a negativa do colegiado e a cobrança do dinheiro adiantado de volta.

O homem reclama que Duda Kappel teria “brincado” com a sua saúde, família e liberdade, além de ter envolvido o irmão desembargador na situação. O cliente pede o dinheiro de volta até segunda-feira (não há como precisar que dia seria), porque na terça-feira não queria mais o valor e buscaria os seus direitos. Ele também exige a devolução de quatro cheques do filho - sem informar o valor - que teriam sido repassados ao advogado.

O preso afirma no áudio que havia obtido o valor antecipado ao advogado com um amigo, e que estaria pagando juros. Quando deixasse a prisão - na gravação o cliente fala em “indulto” -, conseguiria levantar a quantia total da negociação. Também diz que tem mais gravações envolvendo Eduardo Kappel e finaliza: “Eu errei, tô preso e tô pagando. Tu também pode ser preso, perder teu emprego e fazer o teu irmão perder o emprego dele também”.

**Saiba mais****OAB**

O presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Venâncio Aires, Marcos Thiel, declarou ontem que não pode dar informações a respeito de eventual processo disciplinar contra integrantes da Ordem. “Se por acaso houver, corre em sigilo, com todo o direito de defesa para o profissional. Mas não estou dizendo que há ou que não há, simplesmente explicando o rito”, justificou. Thiel também admitiu ter tido acesso aos áudios envolvendo o colega de profissão e afirmou que, em caso de um processo disciplinar ser deflagrado, ao seu final as opções são de advertência, suspensão ou até mesmo exclusão da OAB. “Reforço que tudo depende do que for averiguado, e se for”, concluiu.

## Alvorço antes da sessão do Legislativo

O caso dos áudios envolvendo o advogado e vereador venâncio-aiense Eduardo Kappel rendeu um alvoroço antes da sessão da Câmara desta segunda-feira, 25. Quando os parlamentares participavam da tradicional reunião de preparação ao encontro em plenário, uma equipe de reportagem, liderada pelo jornalista Giovanni Grizotti, nacionalmente reconhecido por seu trabalho investigativo, compareceu ao Plenarinho João Jorge Hinterholz, no segundo piso do Legislativo, em busca de entrevistas com Kappel e outros vereadores.

Ao ser questionado, o progressista afirmou que não se pronunciaria sobre os áudios e rapidamente entrou no gabinete do colega Clécio Espíndola, o Galo (PTB), para evitar o repórter. O presidente da Casa, Gilberto dos Santos (PTB), e a assessora de comunicação, Vanessa Behling, falaram com os profissionais e pediram que eles aguardassem os parlamentares no Plenário Vicente Schuck, uma vez que a reunião

do plenarinho é fechada, mas a equipe permaneceu no local e entrevistou outros vereadores venâncio-aienses.

Falaram a pedetista Ana Cláudia do Amaral Teixeira, a peemedebista Izaura Landim e o petebista, líder de governo no Legislativo e presidente da Comissão de Ética, Ezequiel Stahl. Ana Cláudia e Ezequiel Stahl voltaram a comentar o assunto ontem, já Izaura Landim não foi encontrada. Segundo a pedetista, o repórter a pegou de surpresa, perguntando se ela não pretendia fazer alguma coisa em relação ao caso. "Oficialmente, penso que a sociedade exige que isso seja apurado e, se por acaso houver a necessidade, que seja imposta a punição. É uma situação da vida privada dele, entretanto as coisas se misturam", comentou.

Já o presidente da Comissão de Ética, Ezequiel Stahl, argumentou que "quem pode fazer alguma coisa é a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), pois foi na condição de advogado que ele

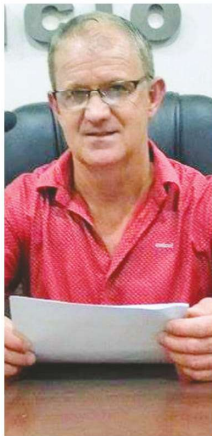
(Duda Kappel) foi envolvido na questão". Stahl admitiu ter ouvido os áudios e lamentou que a imagem do Legislativo de Venâncio Aires vai acabar desgastada em função do caso. "Não tenho porque dizer que não ouvi. Ouvi e acho que, do jeito que a política está, não tem como não sobrar para a Casa", complementou o petebista.

### PRESIDENTE

O presidente da Câmara, Gilberto dos Santos, disse que não chegou a ouvir as gravações, todavia ficou sabendo do que tratam os áudios "pelos comentários de outras pessoas". Santos também lamentou o fato de que o Legislativo acabará sendo prejudicado em razão de o caso envolver um vereador, embora na sua opinião a situação devesse ser tratada "fora daqui, porque não foi aqui na Câmara que aconteceu". O petebista afirmou que, ao ser questionado pela equipe de reportagem, deu estas mesmas declarações.



EZEQUIEL STAHL, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA DA CÂMARA DE VENÂNCIO AIRES ENTENDE QUE OAB É QUEM PODE FAZER ALGO, JÁ QUE FATO É PRIVADO DE EDUARDO KAPPEL



GILBERTO DOS SANTOS, PRESIDENTE DO LEGISLATIVO DIZ QUE FICOU SABENDO DO CONTEÚDO DOS ÁUDIOS E LAMENTA QUE A IMAGEM DA CÂMARA SEJA PREJUDICADA



ANA CLÁUDIA, VEREADORA DO PDT AFIRMA TER SIDO PEGA DE SURPRESA PELO REPÓRTER GIOVANNI GRIZOTTI, QUE FOI ATÉ O PLENARINHO JOÃO JORGE HINTERHOLZ

### SESSÃO

• Mesmo após todo o rebuliço registrado na Câmara de Vereadores com a presença da equipe de reportagem, Eduardo Kappel participou normalmente da sessão. Esperou pacientemente a sua vez de falar na tribuna e, quando lá esteve, fez até uma brincadeira. "Quero saudar a chegada do colega Rato (Luiz Thiesen) e dizer que estamos com muitos bichos aqui na Câmara, pois tem o Galo também (Clécio Espíndola). Além disso, temos um doce, o pudim (referência ao peemedebista André Puthin)", falou.

• Ainda destacou a economia que a Câmara de Venâncio Aires vem fazendo, oportunizando que o caixa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (SISP) seja reforçado com R\$ 50 mil mensalmente. "É graças a esta economia que os caminhões e máquinas estão rodando nesta cidade", sustentou, desejando ainda uma boa viagem ao prefeito Giovane Wickert (PSB), ao vice-prefeito Celso Krämer (PTB) e ao presidente da Casa, Gilberto dos Santos (PTB), já que os três viajarão para Brasília.

### NOTAS DA CÂMARA

**MOÇÕES** - Três moções foram aprovadas no período de Ordem do Dia da sessão da Câmara desta segunda-feira, 25. Uma, de autoria do Legislativo, apela para que Ministério da Educação reveja os cortes orçamentários na ordem de 20%, mais especificamente para as escolas técnicas federais. De autoria do vereador Zé da Rosa (PSDB) e com o apoio de todos os colegas, foi aprovada Moção de Repúdio ao parcelamento dos salários dos servidores estaduais. O parlamentar remeteu a moção ao governador José Ivo Sartori. A última foi a Moção de Apelo de Tata Haussen Oliveira, vereadora da Rede Sustentabilidade, ao Daer, pedindo providências para a VRS-816, que leva à localidade de Palanque. Ainda durante a sessão, Tata recebeu informações de que já estariam sendo providenciadas melhorias na estrada.

**FICHA LIMPA** - A vereadora Tata Haussen Oliveira (Rede Sustentabilidade) vai reapresentar o seu projeto que prevê a Lei da Ficha Limpa Municipal. A parlamentar fez a revelação durante período de pronunciamentos, explicando que a assessoria jurídica da Câmara entendeu que a legislação não pode ser aplicada no Executivo e Legislativo, conforme previa a proposta. Tata disse que apresentou o material porque tinha garantia de constitucionalidade aferida pelo Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos (Igam), mas que vai refazer o projeto, para que tenha validade em relação aos cargos de confiança (CCs) da Câmara.

**POSSE** - Tornou posse na segunda-feira o vereador Luiz Thiesen (PSB, na foto abaixo), no lugar de Sandra Wagner (PSB), que pediu licença de um mês. Na próxima semana, William Schneider (PSB) assumirá no lugar de Adalberto Ruppenthal (PSB), que pediu afastamento, também por um mês, para viagem internacional.



### MENSAGEM DE 1º ANO DE FALECIMENTO

#### NILVA WILDNER

★ 23/05/1940  
✠ 27/09/2016

Vó e mãe Nilva, há um ano você se foi. Parece que foi ontem que recebemos a desoladora notícia que você já não estava mais entre nós. Os nossos corações ficaram devaídos. Mesmo agora, um ano depois, ainda é frequente fazermos planos com você ou te ligar quando alguma coisa boa acontece... Deve ser o coração que, tendo nos enganar, para deixarmos de sofrer ao menos por alguns momentos. A sua partida foi rápida e isso tudo causa ainda mais dificuldade em aceitar e entender. Tentamos transformar a saudade aterradora que sentimos por você em uma saudade serena, tranquila. Tentamos transformar as lágrimas pela sua ausência em um sorriso ao me lembrar dos momentos felizes que passamos juntos. Tentamos...

Um ano se passou. Muita coisa já mudou. As flores, o gramado, a noite ao redor da casa estão diferentes, com menos vivacidade e brilho. É difícil reaprender a viver, mas pensar que você está em paz em um lugar cheio de luz, e com a sua alma serena, traz-nos alguma tranquilidade para seguir com a vida. Fique em paz em sua imensa bondade.

Saudades eternas  
Dos filhos Ivanor e Luiz, das noras Anelize e Leonir, dos netos Cristiano e Jean.

Convidam para culto em memória a ser celebrado no dia 14 de outubro, às 20 horas, na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Sampaio, Mato Leitão.





# Bingos: o jogo não para

## Fechado pela polícia, estabelecimento clandestino voltou a funcionar em três horas e meia no Centro de Santa Cruz

Textos: Leticia Mendes e Pedro Garcia  
Imagens: Bruno Pedry e Rodrigo Kassman

As 16h30 da última quinta-feira, uma viatura amarela da frente de um prédio sem identificação ou janelas, no Centro de Santa Cruz do Sul, O Centro da Polícia Civil estava carregado de computadores, equipamentos de vigilância e outros materiais. O estabelecimento clandestino foi fechado. Passadas apenas três horas e 30 minutos, o lugar já recebia clientes de novo. No início da noite, as apostas eram feitas normalmente.

Após o fechamento do estabelecimento, os policiais saíram. Inimigos desconhecidos começaram a transportar novos equipamentos. Os equipamentos voltaram de um depósito a poucos metros dali. Na prática, a polícia conseguiu impedir apenas algumas horas o funcionamento do bingo. O estabelecimento clandestino voltou a funcionar em três horas e meia. O lugar já recebia clientes de novo. No início da noite, as apostas eram feitas normalmente.



Como funciona

- O jogo é vendido por séries. Cada série é formada de seis cartões, com 15 números cada.
- São 90 números que podem ser sorteados. No entanto, em geral, são sorteados apenas 15 números.
- Cada série custa R\$ 20,00. O valor mínimo para apostar é de R\$ 5,00. O valor máximo para apostar é de R\$ 100,00.
- O valor é pago na hora em dinheiro. Da mesma forma, o valor do prêmio é recebido imediatamente após a rodada.
- O prêmio mais alto é de R\$ 50,00 ou R\$ 100,00.
- O valor é pago na hora em dinheiro. Da mesma forma, o valor do prêmio é recebido imediatamente após a rodada.
- O prêmio mais alto é de R\$ 50,00 ou R\$ 100,00.

### O estabelecimento

- Os prêmios são pagos na hora em dinheiro.
- Os apostadores são pagos na hora em dinheiro.
- Quando funciona, o bingo funciona todos os dias, das 16h30 às 20h30.
- Onde funciona, o bingo funciona em Santa Cruz, três pontos são conhecidos por abrigar bingos clandestinos: um próximo ao Centro de Santa Cruz, outro próximo ao Centro de Santa Cruz e outro próximo ao Centro de Santa Cruz.

A pena prevista para a exploração de jogos de zazar é de três meses a um ano, além de multa. Em janeiro, no entanto, a Turma Recursal Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que o jogo de zazar não pode ser considerado crime, com base no artigo 151 da Constituição de 1988 e, nessa interpretação, fez os crimes individuais. O despacho não permite a abertura dos bingos, pois eles precisariam de uma lei específica para serem considerados crimes.



Ambiente escondido e insalubre

Na tentativa de debater a impossibilidade de ter janelas e portas abertas, para não denunciar a atividade, os bingos costumam ser equipados com ar-condicionado, ventiladores e exaustores. Ainda assim, o forte cheiro de fritura misturado ao dos cigarros e a poluição visual formam um ambiente ruim para os jogadores. A maioria dos jogadores são pessoas humildes, que vivem em áreas periféricas.

Em um ambiente insalubre, para ninguém enxergar de fora, muitas pessoas participam de jogos de zazar em locais fechados. Além de fazer mal à saúde, ainda há o risco de incendiar o estabelecimento.

Muitas informações que chegam à polícia, conforme o delegado, são repassadas por familiares de apostadores. "As pessoas nos ligam desesperadas porque os parentes estão perdendo tudo no jogo. Isso é um vício. Muitas vezes são pessoas humildes, que vivem em áreas periféricas", afirma.

### Os dois lados

- Contra:
  - É ilegal.
  - Tem ambiente insalubre.
  - Não recebe imposto.
  - Não registra as apostas.
  - Não registra os ganhos, o que dificulta a fiscalização.
  - Está aliado a outros crimes.
  - Forma-se em um ambiente insalubre.
- A favor:
  - Legalização permitiria o recolhimento de imposto.
  - Formalização não obrigaria a pagar impostos.
  - Não registra as apostas.
  - Não registra os ganhos, o que dificulta a fiscalização.
  - O apostador tem direito a pagar seu dinheiro.
  - Não registra as apostas.
  - Não registra os ganhos, o que dificulta a fiscalização.

### Quinta-feira, 13 de julho



15h20 – Agentes coordenados pela Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) chegaram ao bingo na Rua Fernando Abade, próximo à esquina com a Rua 100, para investigar os estabelecimentos clandestinos que funcionam no local sem autorização. Seus funcionários são identificados.



16h30 – Os quatro policiais foram cercados em uma hora para remover os computadores e transportá-los. Os agentes deixaram o prédio com 31 moradores, mas alguns que não tinham autorização para entrar foram removidos para outros locais.



17 horas – Alguns minutos depois da polícia deixar o local, os mesmos funcionários retornaram para dentro do bingo para remover os computadores. Os funcionários foram removidos para outros locais.



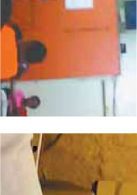
18h30 – Chegaram a transportar os monitores e outros peças. Para isso, só precisaram atravessar a rua. Do outro lado está o depósito. Por cerca de uma hora, os funcionários foram removidos para dentro do bingo para remover os computadores. Os funcionários foram removidos para outros locais.



19h30 – A porta permanece fechada para não levantar suspeitas. Os apostadores começaram a chegar. O segurança, com o suporte de uma câmera, é o responsável por controlar a entrada e saída dos jogadores. A segurança é de que os jogadores não possam entrar e sair do bingo sem autorização.



20 horas – Nesse horário, os computadores ainda não estão prontos para rodarem os jogos. Os funcionários trabalham no resfriamento dos computadores para não superaquecerem. Os funcionários trabalham no resfriamento dos computadores para não superaquecerem.



21h30 – Um jogador, com uma câmera escondida, circula por dentro do bingo. Nesse momento, o jogo já está ocorrendo normalmente. Pelo menos seis funcionários trabalham no estabelecimento. Além do segurança, duas funcionários trabalham no estabelecimento. Além do segurança, duas funcionários trabalham no estabelecimento.



Os que apostam altos valores mais são responsáveis pela venda de bebidas e comida. Também há alguns responsáveis pela venda de bebidas e comida.

As rodadas duram poucos minutos. Os jogadores apostam de cada jogada, as vendadoras passam oferecendo as séries para os jogadores. Parte deles preferem marcar os cartões a mão. Nesse caso, os jogadores usam cartões para fazer apostas automaticamente.

## Os piratas das ruas de Santa Cruz

Fernanda Szezenhli, João Pedro Kiss, Letícia Mendes e Pedro Garcia

# Informalidade que virou negócio

### COMO FUNCIONA

■ **CONATO:** os taxis clandestinos atendem tanto pelo celular quanto por aplicativos. Em geral, eles não atendem a primeira chamada e retornam a ligação na primeira corrida, quando o motorista já está em outra corrida. O tempo de espera varia em alguns casos por dia e hora e pode chegar a 15 minutos.

■ **ESPERA:** sem uma das tentativas, com três telefonos diferentes, não se consegue falar com o motorista a partir da Ulnic. Os condutores dizem que estavam ocupados com outras corridas. O tempo de espera varia em alguns casos por dia e hora e pode chegar a 15 minutos.

■ **VEÍCULO:** o tipo de automóvel usado pelos clandestinos varia bastante. As corridas nas ruas centrais são mais antigas, sem ar-condicionado, com amarranhões e outros modos de ao pé da estrada, com pneus de cinto.

■ **UNDE:** os taxis clandestinos atendem em diferentes pontos da cidade, como na Zona Sul, no Centro, no bairro de Santa Cruz, no bairro Rádio Taxi, percebendo uma maior concentração no Bairro Universitário.

■ **VALORES:** o preço cobrado não tem variação, alguns motoristas indicam o valor antes de o cliente embarcar no carro. Outros se negam a falar sobre o valor cobrado e dizem que o valor mínimo cobrado é de R\$ 10,00. Porém, em outros casos, alguns utilizam preços variados, ficando o valor de R\$ 10,00. O pagamento é em dinheiro.

A **Gazeta do Sul** fez seis corridas com clandestinos em diferentes pontos da cidade, percebendo que o valor de "taxi" com um emprego formal é superior ao cobrado pelos ilegais. Em um dos casos, o motorista recebeu R\$ 10,00 por uma corrida que durou apenas 10 minutos. O motorista afirmou que não se lembra de ter recebido esse valor. O motorista afirmou que não se lembra de ter recebido esse valor.

■ **Multa administrativa**  
Quem é flagrado nesse tipo de atividade pode ser multado em até R\$ 3.810,80. Nos últimos seis meses, porém, apenas cinco casos foram identificados e autuados. Os motoristas alegam que não se lembram de ter recebido esse valor.

■ **PONTO A PONTO**  
Segundo o secretário municipal de Transportes, o ponto a ponto é uma modalidade de transporte que não é regulamentada. Segundo o secretário municipal de Transportes, o ponto a ponto é uma modalidade de transporte que não é regulamentada.

■ **É difícil flagrar**  
Segundo o secretário municipal de Transportes, o ponto a ponto é uma modalidade de transporte que não é regulamentada. Segundo o secretário municipal de Transportes, o ponto a ponto é uma modalidade de transporte que não é regulamentada.

■ **"Sem qualidade e segurança"**  
Profissionais regulares há 30 anos, os taxistas dizem que o crescimento da informalidade é um problema. Segundo o secretário municipal de Transportes, o ponto a ponto é uma modalidade de transporte que não é regulamentada.

■ **"A maioria são ex-taxistas"**  
O presidente da Associação dos Taxistas, diz que o crescimento da informalidade é um problema. Segundo o secretário municipal de Transportes, o ponto a ponto é uma modalidade de transporte que não é regulamentada.

■ **Contra-regra penal**  
Quem opera com taxi clandestino, responde criminalmente por exercício ilegal da profissão. A multa administrativa é de R\$ 3.810,80. Segundo o secretário municipal de Transportes, o ponto a ponto é uma modalidade de transporte que não é regulamentada.

■ **Uber, só no aplicativo**  
Em nota enviada a reportagem, a Uber afirmou que não opera no Brasil com o aplicativo. Segundo o secretário municipal de Transportes, o ponto a ponto é uma modalidade de transporte que não é regulamentada.

■ **Por que usam?**  
Entre os usuários, os principais motivos são a facilidade de acesso e o preço. Muitos motoristas alegam que não se lembram de ter recebido esse valor.

■ **A FROTA**  
Estimativa da Associação Rádio Taxi: 152 na zona urbana, 18 na zona rural, 267 taxistas licenciados, 30 clandestinos.

■ **Denuncie**  
Quem sabe de alguma atividade ilegal de transporte em Santa Cruz deve avisar a Prefeitura. Para mais informações, ligue para o telefone (51) 3633-1111 ou envie mensagem para o WhatsApp 99443 0312.



1. O transporte individual de passageiros é uma atividade econômica que gera emprego e renda. A Prefeitura de Santa Cruz tem a obrigação de garantir o acesso à mobilidade urbana para todos os cidadãos. A informalidade no transporte é uma realidade que precisa ser enfrentada. A Prefeitura de Santa Cruz tem a obrigação de garantir o acesso à mobilidade urbana para todos os cidadãos.



## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS DO GRUPO FOCAL**

#### **Exploração inicial**

Idade; Formação; Quanto tempo trabalha como jornalista? Qual meio de comunicação trabalha atualmente?; Há quanto tempo? Trabalhou em outros (pode citar quais e por quanto tempo em cada)?; Tem experiência em quais editorias?; Já produziu reportagens investigativas? Se sim, consegue lembrar quantas? Onde fez o curso superior, ou onde está fazendo?; Para aqueles que já concluíram, qual foi o trabalho de conclusão que fizeram? Ou que estão fazendo?

#### **Exploração geral**

De que tratam as reportagens que leram?

Qual das reportagens lidas chamou mais a atenção? E por quê?

Quais dessas reportagens vocês consideram investigativas e quais não? E por quê?

Se vocês fossem produzir a reportagem, o que teriam acrescentado? O que teriam feito diferente? O que vocês acreditam que falta?

Há algum ponto nas reportagens que poderia/deveria ter sido explorado melhor?

Do ponto de vista das imagens, ou das fotografias: Elas dão a informação visual necessária diante da pauta em questão?

O que vocês acharam da diagramação das páginas? Vocês destacariam alguma que foi mais complicada de ler ou mais interessante, do ponto de vista de distribuição do material?

#### **Exploração específica**

Os títulos correspondem aos conteúdos postos nos textos?

O que conseguem entender dos títulos? O que eles dizem?

Vocês acham que a pauta de cada uma das reportagens foi bem planejada? Por quê?

Vocês acreditam que as reportagens têm fontes suficientes para dar conta das informações? E por quê?

Vocês acrescentariam alguma fonte? Que fonte seria?

Tem alguma fonte que vocês consideram não tão necessária e que poderia ter sido substituída por outra?

Vocês acreditam que as fontes estão claras?

Estão claras as formas como foram obtidas as informações ou não? Por quê?

Vocês usariam outros recursos para obter informações nestas pautas? Por quê?  
Têm informações nas matérias que, porventura, vocês não tenham entendido?  
Citem alguns aspectos de cada reportagem levam vocês a classificá-las como investigativas?

### **Exploração final**

Vocês conseguem perceber nos textos, que houve outros recursos para a captação da informação que não fosse a interlocução direta?

Vocês usariam câmeras escondidas nas reportagens em discussão?

Tem algum título principal ou secundário, legenda, fotografia ou parte de texto que gostariam de destacar e comentar em qualquer um dos textos?

Ao ler os seguintes títulos, qual a ideia que vocês têm da reportagem? “Água potável é desafio para comunidade de Paredão Pires”; “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”; “Bingos: o jogo não para”; “Informalidade que virou negócio”;

Interpretem os seguintes parágrafos:

- Técnica responsável por parte das redes hídricas de Venâncio Aires, a química industrial Ligiane Angela Weber explica que a formação geológica da região favorece o teor elevado de flúor na água de poços artesianos. “O fluoreto alto está relacionado à composição da rocha”, comenta. A profissional lembra que, para ser consumida, a água deve ter, no máximo, 1,5 miligrama de fluoreto por litro de água, para ser considerada potável. Por isso, quando o nível extrapola essa quantidade, não é recomendada a ingestão, já que ela coloca em risco a saúde. (Água potável é desafio para comunidade de Paredão Pires – Folha do Mate)

- O desembargador Rinez Trindade concedeu entrevista à Folha do Mate na tarde de ontem sobre a repercussão dos áudios em que o irmão Eduardo Kappel estaria envolvido e nos quais seu nome é citado. Afirmou que jamais adotaria este tipo de conduta e que Duda utilizou seu nome de forma irresponsável. “Eu cansei, cortei relações com ele. Não dá mais”, disparou. Trindade ainda afirmou que ouviu os áudios e tem passado por constrangimentos em virtude da repercussão do assunto. “Sim, eu tomei conhecimento. Agora, cada um tem a sua vida, cada um responde pelos seus atos”, complementou. (“MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”)

- O promotor de Justiça Pedro Rui da Fontoura Porto confirmou, ontem à tarde, que espera apenas o envio do material, por parte do titular da 1ª Delegacia de Polícia, Felipe Staub Cano, para instaurar procedimento investigativo em relação a áudios que

há quase dois meses circulam, via WhatsApp, pelos telefones de vários venâncio-aireses. As gravações seriam de conversas entre o advogado e vereador Eduardo Kappel, o Duda (PP), e o filho de um preso que buscava a liberdade; além de um recado ao advogado, do próprio detento, de que queria a devolução de R\$ 20 mil pagos sem que a liberdade fosse conquistada. (“MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”)

- Embora não existam registros que permitam precisar o valor arrecadado com a atividade, a estimativa de apostadores e pessoas envolvidas no esquema é de que, em média, o lucro chegue a cerca de R\$ 3 mil por dia. O valor mensal chegaria a R\$ 100 mil. Os verdadeiros proprietários das casas, no entanto, em geral não têm contato com os estabelecimentos. Assim, quando ocorre uma operação policial, não são responsabilizados. (“Bingos: o jogo não para”)

- A Gazeta do Sul fez seis corridas com clandestinos nos últimos dez dias, sem se identificar. Entre os condutores, é comum o relato de que aliam o serviço de “táxi” com um emprego formal. Em um dos casos, o motorista relatou à reportagem que só faz corridas fora do horário comercial, mas planeja abandonar o emprego e se dedicar integralmente à atividade. Outro condutor, que trabalha em tempo integral, diz que está à procura de uma taxista mulher, para poder facilitar o atendimento do público feminino. Quer ganhar mais confiança das clientes. (“Informalidade que virou negócio”)

Ao lerem a seguinte legenda, qual o pensamento de vocês? Equipe de reportagem que acompanha o jornalista Giovani Grizotti estava a postos na sessão da câmara de vereadores. (“MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”)

Quando vocês leem essas palavras, o que vocês sabem do significado de cada uma delas? Acreditam que as reportagens deixam esse significado claro? “Fluoreto”; “Desembargador”; “Clandestino”; “Insalubre”; “Jogo de Azar”;

A respeito das imagens: Vocês acham que está claro, na matéria “Bingo: o Jogo não para”, quais as fotografias foram feitas de maneira escondida, e quais não? (ao escolherem, pede para explicar porque pensam que as fotos indicadas foram feitas de forma escondida)

Na reportagem “MP vai investigar áudios envolvendo Duda Kappel”, o que vocês pensam a respeito da imagem feita na Câmara de Vereadores?

Na reportagem, “Informalidade que virou negócio”, o que vocês acham a respeito do mapa (infográfico)? Ajudou a tornar mais claro o conteúdo proposto na reportagem?

A partir do grupo focal, vocês consideram que essas reportagens são investigativas ou não? Por quê?

A partir do grupo focal, quais falhas e virtudes vocês perceberam nos textos e nas reportagens?

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS

### **Álvaro Pegoraro, *Folha do Mate***

O que é o Jornalismo Investigativo?

Quais as características que uma reportagem deve ter para ser investigativa?

Trabalhou com reportagem investigativa? Se sim, quando?

Lembra de alguma reportagem, ou série de reportagens, produzidas pela Folha que são consideradas por ti como investigativas? Qual o período?

Quanto tempo está na Folha? Por quais editorias que passou?

Considera que a Folha faz ou fez jornalismo investigativo? Quais são as características deste jornalismo investigativo da Folha?

Teve algum período que foi feito mais reportagens?

Qual o perfil do repórter investigativo?

Dos repórteres com quais viveu na Folha até hoje, quais considera que foram bons repórteres investigativos?

Quais técnicas eles utilizavam para fazer o seu trabalho investigativo?

Que apoio a redação e a própria Gazeta dava a esses repórteres para que eles pudessem fazer esse trabalho?

Quais os tipos de fontes podem auxiliar um repórter a fazer uma boa investigação?

### **Juliana Bencke, *Folha do Mate***

O que é Jornalismo Investigativo?

Vocês arquivam os materiais coletados? Por quanto tempo?

Qual o suporte que a redação dá aos repórteres no momento de investigar um tema? (Suporte – Carros, verba, tempo, equipamento, pessoas)

Como esta pauta chegou até vocês?

Como foi definido o repórter que iria fazer a matéria?

Como foram buscadas as informações? Pensando nas fontes e na forma de contato delas.

Quem é a química industrial Ligiane Angela Weber trabalha? Ela é da Corsan, da Prefeitura?

Quanto tempo de apuração?

Vocês foram até o local? Como foi feita a apuração?

Aconteceu diálogo entre os repórteres e diagramadores para definir a diagramação da reportagem? Havia uma definição prévia do tamanho da reportagem? Quem diagramou a matéria?

Teve alguma fonte que tentou conversar com e não conseguiu?

Você considera que a matéria está completa? Se não, o que você acha que está faltando na matéria?

### **Perguntas específicas**

Vocês encontraram alguém que teve alguma doença pelo consumo da água?

Vocês buscaram os valores que os moradores gastam mensalmente em água?

(Galões, garrafas... Etc. Água comercializada em estabelecimentos)

Vocês tentaram entrar em contato com algum morador de Paredão Pires que mora no lugar mais distante da comunidade? (De mais difícil acesso)? Se sim, como ele busca água?

Os moradores coletam água da chuva? Possuem caixa d'água?

Quem responsável pelo fornecimento de água em Venâncio Aires?

Vocês chegaram a enviar a água para análise em laboratório?

Quando reduz a quantidade de água no açude, como os moradores fazem?

Quais são as principais doenças que essa água pode trazer? (Relacionada aos açudes)

### **Carlos Dickow, *Folha do Mate***

Como essa pauta chegou até vocês?

Como foi definido o repórter que iria fazer a matéria?

Como foram buscadas as informações? Pensando nas fontes e na forma de contato delas.

Quanto tempo de apuração?

Qual foi o efetivo foco da matéria?

Alguém da redação sabia da existência dos áudios antes da investigação do jornalista Giovanni Grizzoti?

Vocês tiveram acesso aos áudios?

Aconteceu diálogo entre os repórteres e diagramadores para definir a diagramação da reportagem? Havia uma definição prévia do tamanho da reportagem? Quem diagramou a matéria?

Tinha alguma fonte que vocês gostariam de conversar e não conseguiram?

### **Perguntas específicas**

Por que vocês optaram por começar a matéria falando a respeito da investigação do Ministério Público?

Vocês pensaram, em algum momento, em transcrever os áudios? Ao invés de narrar eles.

Antes desta reportagem, vocês publicaram algo a respeito deste acontecimento?

Vocês deram continuidade a esta reportagem? Descobriram algo novo? Qual foi o desfecho? Ao mesmo tempo, qual foi a repercussão do público da Folha do Mate?

Por que vocês não entrevistaram alguém da população?

Vocês obtiveram informações a respeito do homem que estava preso, no tempo da reportagem, e buscava por liberdade? Tentaram entrar em contato com a família dele, ou com ele, ou até mesmo com o advogado? Vocês sabiam qual crime ele cometeu e qual era a pena que ele deveria cumprir?

Vocês sabiam qual era a efetiva relação entre o vereador e o preso?

Vocês chegaram a traçar um perfil do Vereador? Se sim, ou não – por quê?

### **Otto Tesche, *Gazeta do Sul***

O que é o Jornalismo Investigativo?

Quais as características que uma reportagem deve ter para ser investigativa?

Trabalhou com reportagem investigativa? Se sim, quando?

Lembra de alguma reportagem, ou série de reportagens, produzidas pela Gazeta que são consideradas por ti como investigativas? Qual o período?

- Grupo de família buscado pela Interpol que estava se escondendo em Monte Alverne

Quanto tempo está na Gazeta? Por quais editorias que passou?

Considera que a Gazeta faz ou fez jornalismo investigativo? Quais são as características deste jornalismo investigativo da Gazeta?

Teve algum período que foi feito mais reportagens?

Qual o perfil do repórter investigativo?

Dos repórteres com quais viveu na Gazeta até hoje, quais ele considera que foram bons repórteres investigativos?

Quais técnicas eles utilizavam para fazer o seu trabalho investigativo?

Que apoio a redação e a própria Gazeta dava a esses repórteres para que eles pudessem fazer esse trabalho?

**Letícia Mendes, Pedro Garcia, João Pedro Kist e Fernanda Szczecinski, *Gazeta do Sul***

O que é Jornalismo Investigativo?

Você considera essa matéria como investigativa? Se sim, por quê?

Como a pauta chegou até o jornal? Quanto tempo de apuração?

Nessa matéria, o que é considerado como investigativo e não?

Como foi definido o papel de cada um dos repórteres participantes nesta matéria?

Foi usado algum tipo de recurso durante as corridas para coletar informações?

O que motivou a escolha dos repórteres que participaram das corridas?

Aconteceu diálogo entre os repórteres e diagramadores para definir a diagramação da reportagem?

Por que selecionaram essas fontes?

Como arquivam esse tipo de material? Por quanto tempo?

**Perguntas específicas**

Como chegaram nesta universitária e por que ela topou falar?

Como o Sindicato sabe que os motoristas dos táxis piratas são taxistas? O repórter perguntou?

Por que Faust considera o transporte como algo sem qualidade?

Qual a diferença entre informal e pirata?

**Pedro Garcia, Letícia Mendes, *Gazeta do Sul***

Como a pauta chegou até o jornal?

Você considera essa matéria como investigativa? Se sim, por que? Quanto tempo de apuração?

Quais as diferenças dessa matéria, se comparada com uma matéria do jornalismo diário?

Aconteceu diálogo entre os repórteres e diagramadores para definir a diagramação da reportagem?

Como foi definido o papel de cada um dos repórteres participantes nesta matéria?

Como arquivam esse tipo de material? Por quanto tempo?



**Perguntas específicas**

As imagens clandestinas foram feitas pelos repórteres ou fotógrafos?

Foram usadas câmeras escondidas ou microfones escondidos?

Vocês chegaram a entrevistar alguém dentro do local? Algum apostador? Se não, por quê?

Vocês chegaram a buscar a origem dos computadores? Por quê sim ou não?

Onde estavam esses computadores?

Como eles foram trazidos ao local do bingo novamente?

Vocês chegaram a entrar no depósito? Ele era abastecido por quem?

Vocês chegaram a falar com os proprietários do local? Isso não faria parte da investigação?

Qual o suporte a redação dá/dava para que vocês conseguissem concluir a reportagem?

**APÊNDICE C – DVD DO GRUPO FOCAL**

**APÊNDICE D – DVD DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE**